



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS (UFG)  
FACULDADE DE LETRAS (FL)  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA (PPGLL)

CAROLINA LOBO DE LIMA SOUZA

**O *ethos* em torno do *homeschooling* no Brasil:** uma  
análise enunciativo-discursiva do *site* da ANED

GOIÂNIA  
2025



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS  
FACULDADE DE LETRAS

## TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO (TECA) PARA DISPONIBILIZAR VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES

### E DISSERTAÇÕES NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a [Lei 9.610/98](#), o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou download, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

O conteúdo das Teses e Dissertações disponibilizado na BDTD/UFG é de responsabilidade exclusiva do autor. Ao encaminhar o produto final, o autor(a) e o(a) orientador(a) firmam o compromisso de que o trabalho não contém nenhuma violação de quaisquer direitos autorais ou outro direito de terceiros.

#### 1. Identificação do material bibliográfico

Dissertação     Tese     Outro\*: \_\_\_\_\_

\*No caso de mestrado/doutorado profissional, indique o formato do Trabalho de Conclusão de Curso, permitido no documento de área, correspondente ao programa de pós-graduação, orientado pela legislação vigente da CAPES.

**Exemplos:** Estudo de caso ou Revisão sistemática ou outros formatos.

#### 2. Nome completo do autor

Carolina Lobo de Lima Souza

#### 3. Título do trabalho

O ETHOS EM TORNO DO HOMESCHOOLING NO BRASIL: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DO SITE DA ANED

#### 4. Informações de acesso ao documento (este campo deve ser preenchido pelo orientador)

Concorda com a liberação total do documento  SIM     NÃO<sup>1</sup>

[1] Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. Após esse período, a possível disponibilização ocorrerá apenas mediante:

**a)** consulta ao(à) autor(a) e ao(à) orientador(a);

**b)** novo Termo de Ciência e de Autorização (TECA) assinado e inserido no arquivo da tese ou dissertação.

O documento não será disponibilizado durante o período de embargo.

Casos de embargo:

- Solicitação de registro de patente;
- Submissão de artigo em revista científica;
- Publicação como capítulo de livro;
- Publicação da dissertação/tese em livro.

**Obs. Este termo deverá ser assinado no SEI pelo orientador e pelo autor.**



Documento assinado eletronicamente por **Carolina Lobo De Lima Souza, Discente**, em 30/05/2025, às 18:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Aparecida Ribeiro Carreira, Professora do Magistério Superior**, em 30/05/2025, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

---



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5404811** e o código CRC **A6F895C1**.

---

Referência: Processo nº 23070.006040/2025-01

SEI nº 5404811

CAROLINA LOBO DE LIMA SOUZA

**O *ethos* em torno do *homeschooling* no Brasil: uma  
análise enunciativo-discursiva do *site* da ANED**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, da Faculdade de Letras, da Universidade Federal de Goiás (UFG), como requisito para obtenção do título de Mestra em Letras e Linguística.

Área de concentração: Estudos Linguísticos.

Linha de Pesquisa: 8 - Língua, texto e discurso.

Orientador: Professora Doutora Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira.

GOIÂNIA

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Souza, Carolina Lobo de Lima

O ethos em torno do homeschooling no Brasil: [manuscrito] : uma análise enunciativo-discursiva do site da ANED / Carolina Lobo de Lima Souza. - 2025.

cvi, 106 f.: il.

Orientador: Prof. Rosangela Aparecida Ribeiro Carreira.  
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Letras (FL), Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística, Goiânia, 2025.

Bibliografia.

Inclui siglas, abreviaturas, tabelas, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Homeschooling. 2. Ethos . 3. Enunciação. 4. Educação. 5. Discurso e Argumentação. I. Carreira, Rosangela Aparecida Ribeiro, orient. II. Título.

CDU 81



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE LETRAS

## ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº 8 da sessão de Defesa de Dissertação de Carolina Lobo de Lima Souza, que confere o título de Mestre em Letras e Linguística, na área de concentração em Estudos Linguísticos.

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco, a partir das 09h, de forma híbrida na sala 33 da Faculdade de Letras e via Google Meet, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada “O ETHOS EM TORNO DO HOMESCHOOLING NO BRASIL: UMA ANÁLISE ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DO SITE DA ANED”. Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira (PPGLL-FL-UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professora Doutora Luciana Soares da Silva (UFLA), membro titular externo; cuja participação ocorreu através de videoconferência e Professor Doutor Francisco José Quaresma de Figueiredo (PPGLL-FL-UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca não fizeram sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão secreta a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata aprovada pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Rosângela Aparecida Ribeiro Carreira, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e cinco.

### TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA



Documento assinado eletronicamente por **Rosangela Aparecida Ribeiro Carreira, Professora do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Jose Quaresma De Figueiredo, Professor do Magistério Superior**, em 26/02/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Luciana Soares da Silva, Usuário Externo**, em 26/02/2025, às 11:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [https://sei.ufg.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **5176845** e o código CRC **B4E82CBB**.

**BANCA EXAMINADORA**

Prof. Dr. Francisco José Quaresma de Figueiredo (UFG)

Profa. Dra. Luciana Soares da Silva (UFLA)

Profa. Dra. Rosangela Aparecida Ribeiro Carreira (UFG)  
(orientadora)

## **DEDICATÓRIA**

Dedico esta dissertação especialmente para três pessoas importantes na minha vida: minha mãe Dilma, meu pai Nelson e meu esposo Rodrigo, sem as quais nada disso seria possível. Muito obrigada por estarem sempre comigo.

## AGRADECIMENTOS

Caminhar sozinho é impossível, a vida é feita para ser compartilhada. Sem as pessoas que amamos, o sentido de existir é vazio e solitário, e é por isso que eu sou grata por as pessoas incríveis que fazem parte da minha história. Por este e outros motivos, resolvi homenageá-las em um singelo e importante momento da minha jornada.

Primeiramente, agradeço a Deus por ser a minha fonte de força e inspiração em todos os momentos desta caminhada.

A minha mãe, Dilma, uma mulher incrível, que sempre batalhou para que eu pudesse ter e ser o melhor, minha eterna gratidão.

Ao meu pai, Nelson, que nunca deixou de acreditar no meu potencial, agradeço por todo o apoio e encorajamento.

Ao meu esposo, Rodrigo, por estar ao meu lado desde o começo, oferecendo aconchego nos momentos mais difíceis e pegando no meu pé, quando precisei. Sou profundamente grata.

Ao meu irmão, Rafael, agradeço pelo apoio, mesmo que distante, sei que sempre torceu e torce por mim.

Aos meus amigos Lucas e Marco, pelo apoio inicial que foi fundamental para eu dar os primeiros passos nesta caminhada, minha sincera gratidão.

Às minhas amigas de faculdade, Amanda e Caroline, por todo o companheirismo e incentivo ao longo dessa jornada acadêmica, meu muito obrigada.

Agradeço a todos os amigos e familiares que sempre torceram por mim, vocês foram fundamentais para que eu chegasse até aqui.

E, por fim, não menos importante, agradeço a minha orientadora Rosângela, cujo conhecimento, paciência e orientação foram essenciais para a realização deste trabalho. A todos vocês, meus mais sinceros agradecimentos.

## RESUMO

Os debates acerca do ensino domiciliar no Brasil vêm ganhando cada vez mais visibilidade, sobretudo após a parcial aprovação de Projeto de Lei que autoriza o seu exercício no país. Na polêmica que divide apoiadores e contrários à modalidade, destaca-se a ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar – que, em sua página na internet, expõe seus posicionamentos e argumentos em defesa da modalidade, projetando, para tanto, imagens de si (*ethos*) positivas ao projeto persuasivo. Entendendo que é por meio do discurso que os sentidos emergem, o objetivo desta dissertação se coloca, portanto, como o de compreender, por meio de Análise Discursiva, quais elementos enunciativo-discursivos sustentam a construção do *ethos* institucional dessa associação e, conseqüentemente, o projeto persuasivo de promoção da educação domiciliar no país. O *corpus* desta pesquisa está constituído por textos da página da ANED (Associação Nacional de Ensino Domiciliar), sendo delimitadas, para efeitos de análise, aquelas em que as marcas enunciativas e discursivas revelam traços/elementos do sujeito em sua configuração de *ethos* e da *cena de enunciação* – *cena englobante, cena genérica e cenografia* (Dominique Maingueneau) – como subsidiárias da construção do *ethos* institucional e considerando a linguagem como processo de interação fundamental no processo de ensino-aprendizagem. Para isso, como fundamentação teórica, partimos dos conceitos de *cena de enunciação* e de *ethos* em Maingueneau (2005, 2008, 2015, 2020), bem como, levando a característica interdisciplinar da AD em consideração, estabelece diálogos com o conceito de *ethos* na teoria discursivo-argumentativa de Amossy (2008, 2017, 2020) e o conceito de interação advindos de Vygostky dos estudos de Figueiredo (2019).

**Palavras-chave:** *Homeschooling*, *Ethos*, Enunciação, Educação, Discurso e Argumentação.

## ABSTRACT

Debates about homeschooling in Brazil have been gaining increasing visibility, especially after the partial approval of a Bill that authorizes its practice in the country. In the polemic that divides supporters and opponents of this modality, the National Homeschooling Association (ANED) stands out, which, on its website, its positions and arguments are presented in defense of the modality, projecting positive self-images (*ethos*) to support the persuasive project. Understanding that meaning emerge through discourse, the objective of this dissertation is, therefore, to understand, based on the Discourse Analysis, which enunciative-discursive elements support the construction of the institutional *ethos* of this association and, consequently, the persuasive project of promoting homeschooling in the country. The corpus of this research consists of texts from the ANED (National Homeschooling Association) website, with the analysis being limited to those in which the enunciative and discursive marks reveal traits/elements of the subject in their configuration of *ethos* and the *enunciation scene* — *encompassing scene*, *generic scene*, and *scenography* (Dominique Maingueneau) — as subsidiaries of the construction of the institutional *ethos*, considering language as a fundamental interaction phenomenon in the teaching-learning process. For this, as a theoretical foundation, it draws on the concepts of the *enunciation scene* and *ethos* in Maingueneau (2005, 2008, 2015, 2020). Considering the interdisciplinary characteristic of Discourse Analysis (DA), it also establishes dialogues with the concept of *ethos* in Amossy's discursive-argumentative theory (2008, 2017, 2020) and the concept of interaction derived from Vygotsky's studies by Figueiredo (2019).

**Keywords:** *Homeschooling*, *Ethos*, Enunciation, Education, Discourse e Argumentation.

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

AD	Análise do Discurso
ANED	Associação Nacional de Educação Domiciliar
MEC	Ministério da Educação
PL	Projeto de Lei
STF	Supremo Tribunal Federal
USP	Universidade de São Paulo
ZDP	Zona de Desenvolvimento Proximal

## LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Figura 1 – Parcerias na página inicial do <i>site</i> da ANED em 2023 .....	22
Figura 2 – Seção “Perguntas frequentes” no site da ANED .....	22
Figura 3 – Página inicial da ANED em 2023 .....	24
Figura 4 – Página inicial da ANED em 2024 .....	24
Figura 5 – Página inicial da ANED com recado de transição em 2023.....	25
Figura 6 – Página inicial da ANED “perguntas frequentes” em 2024.....	26
Figura 7 – Página inicial da ANED “notícias homeschooling” em 2024.....	26
Figura 8 – Página inicial da ANED “nossos vídeos” em 2024.....	27
Figura 9 – Barra de tarefas da página inicial da ANED em 2022/2023 .....	64
Figura 10 – Seção “Quem somos” da página da ANED em 2022/2023.....	67
Figura 11 – Seção “Sobre” da página da ANED em 2025.....	67
Figura 12 – “Perguntas e respostas” da Seção “Quero me associar” em 2025 .....	68
Figura 13 – Página inicial da ANED “Deus, Família e Liberdade” em 2025.....	71
Figura 14 – Página inicial da ANED “Blog, Artigos e Notícias” em 2025 .....	73
Figura 15 – Página inicial da ANED em 2025 .....	76
Figura 16 – Página inicial da ANED em 2025 – valores, visão e missão .....	77
Figura 17 – Seção “Quero me associar” em 2025 .....	83
Figura 18 – Seção “Quero me associar” (mentoria jurídica) em 2025.....	84
Figura 10 – Seção “Quem somos” da página da ANED em 2022/2023.....	87
Figura 19 – Perguntas e respostas da seção “Quero me associar” em 2025.....	88
Quadro 1 – Resumo dos <i>ethé</i> , classificados por tipos de dimensão de <i>ethos</i> .....	94

## Sumário

<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>11</b>
<b>CAPÍTULO I.....</b>	<b>15</b>
<b>HOMESCHOOLING.....</b>	<b>15</b>
1.1 <i>Homeschooling</i> .....	15
1.2 <i>Homeschooling no Brasil</i> .....	17
1.2.1 <i>Homeschooling e a ANED</i> .....	20
1.3 <i>ANED: para além de um site</i> .....	23
1.4 <i>Relação homeschooling e ensino-aprendizagem: uma breve reflexão sobre uma relação polêmica</i> .....	27
<b>CAPÍTULO II .....</b>	<b>34</b>
<b>LINGUAGEM, INTERAÇÃO E ENSINO-APRENDIZAGEM.....</b>	<b>34</b>
2.1 <i>Concepções de linguagem</i> .....	34
2.2 <i>Linguagem, interação e ensino-aprendizagem</i> .....	36
2.3 <i>Linguagem e interação em uma perspectiva de análise discursiva</i> .....	40
<b>CAPÍTULO III.....</b>	<b>43</b>
<b>A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DE SI: OLHARES CRUZADOS SOBRE O <i>ETHOS</i> E A CENA ENUNCIATIVA.....</b>	<b>43</b>
3.1 <i>O ethos retórico e as implicações discursivas para a enunciação</i> .....	43
3.2 <i>As cenas da enunciação</i> .....	52
<b>CAPÍTULO IV .....</b>	<b>61</b>
<b>ANÁLISE ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DA <i>PÁGINA</i> DA ANED E O SEU <i>ETHOS</i> INSTITUCIONAL.....</b>	<b>61</b>
4.1 <i>Contextualização sobre a página da ANED</i> .....	61
4.2 <i>Primeiras discussões sobre a cenografia da página da ANED: o que ficou e o que mudou?</i> .....	63
4.3 <i>Sobre cenografias e a configuração de diferentes imagens na construção do ethos da ANED</i> .....	78
4.4 <i>O ethos institucional da ANED desdobrado em cinco imagens de si (ethé)</i> .....	82
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>97</b>
<b>REFERÊNCIAS.....</b>	<b>100</b>

## INTRODUÇÃO

Desde a pandemia da Covid-19, o ensino no Brasil, de modo geral, tem aderido a outras possibilidades para além da educação presencial em sala de aula. Atualmente, a modalidade do ensino domiciliar tem ganhado maior destaque no debate educacional brasileiro e ganhou evidência com a aprovação de um projeto pela Câmara dos Deputados (PL 3.179/2012), o qual propõe a autorização desse tipo de ensino no país, também conhecido como *homeschooling*.

A prática do *homeschooling* passou a ser tema de debate em todo o Brasil, nos mais diversos meios de informação, em jornais, revistas, *blogs* etc. Apesar de serem modalidades reconhecidamente distintas, com a ocorrência do ensino remoto na pandemia, muitas famílias tiveram participação direta na educação dos filhos – estudantes de ensino básico –, sendo estes tanto de escolas públicas quanto de instituições privadas. Sob essa perspectiva, ressurgem, então, questionamentos acerca da contribuição dos pais na educação de seus filhos e a possibilidade da adesão do *homeschooling* em nosso país. Desde 2010, um grupo de famílias adeptas à modalidade criou uma instituição *on-line*, a ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar –, que tem como alegada justificativa, em sua página (no *site*), a autonomia educacional familiar.

Desse modo, a ANED é, por assim dizer, a principal responsável por divulgar esse tipo de ensino no Brasil e tentar difundi-lo em todas as suas regiões. Entendemos que, nas seções da sua página, a associação busca, a partir de estratégias discursivo-argumentativas, persuadir o público sobre as vantagens da implementação dessa prática e seus possíveis benefícios para as famílias brasileiras e para a educação como um todo.

Na medida em que todo sujeito, seja ele um indivíduo ou uma instituição coletiva, diz-se ao dizer, isto é, deixa marcas de si em sua enunciação, a associação, enquanto corpo coletivo, acaba por deixar igualmente marcas que possibilitam compreender não só a constituição de si no discurso, mas também em contraposição a quem e a quê. Dito de outra maneira, a ANED, por meio das imagens que tenta sustentar em defesa do *homeschooling*, deixa entrever em seu discurso os enunciadores com os quais polemiza, os contradiscursos em jogo no cenário da educação domiciliar no Brasil, não apenas por meio de produção verbal, mas também pela construção da cenografia

(incluindo aspectos iconotextuais) e os efeitos de sentido dela decorrentes. Tal cenário nos levou a algumas questões que naturalmente surgiram durante o processo de pesquisa e que guiaram todo este procedimento científico: a) qual (ou quais) cenografia(s) foi/foram construída(s) e discursivizada(s) na página oficial da ANED (em seu site), e quais sentidos se (re)significaram num contexto crescente de promoção da educação domiciliar?; b) dessa(s) cenografia(s), como a ANED construiu discursivamente, em sua página, um *ethos* positivo, em defesa da prática do *homeschooling* no Brasil?

Com vistas a responder a tais questionamentos, temos como objetivo, nesta Dissertação, compreender, por meio de análise discursiva, quais elementos enunciativos sustentam a construção do *ethos* institucional dessa associação e, conseqüentemente, o projeto persuasivo de promoção da educação domiciliar no país. Ademais, é importante ressaltar a problemática que se instaura quando se pensa essa prática dentro do contexto das relações do ensino remoto irrompidas da crise sanitária da Covid-19. Em outras palavras, não há grandes discussões em torno da linha tênue que se constrói diante dessas duas práticas em condições de produção pandêmicas, o que causa maior confusão entre os interlocutores que são, de certo modo, ludibriados pela construção de uma cenografia eufórica e benevolente da prática de *homeschooling*, trazendo muitas vezes alegações controversas e sem comprovação científica.

De modo mais geral, neste trabalho buscamos investigar como se configurou enunciativamente o posicionamento discursivo da ANED por meio de uma análise da cena de enunciação; de maneira mais específica, almejou-se também analisar as marcas linguístico-enunciativas e as estratégias discursivo-argumentativas que sustentaram a construção do *ethos* institucional da associação. A análise discursiva aqui empreendida, como veremos, parte de duas posturas científicas muito próprias das ciências sociais e de seus métodos descritivos e indutivos (Charaudeau, 2011; Lakatos e Marconi, 2007), mas levando também em consideração as especificidades das ciências de corpora, como é o caso das Ciências da Linguagem, e, sobretudo, da própria Análise do Discurso (doravante AD), com sua postura inerentemente crítica, interpretativa, hermenêutica (Charaudeau, 2011; Maingueneau, 2015).

A partir de análise discursiva, buscaremos, portanto, tanto descrever como a ANED configura suas imagens no próprio site, a fim de promover, como já mencionado, a educação domiciliar no país, como também lançar mão de gestos interpretativos e indutivos sobre como a instituição constrói um *ethos* institucional com base em outros

*ethé* subsidiários – tais como *ethos* de competência, de segurança, de acolhimento, conservador etc.

A propósito, não devemos perder de vista, é claro, que é também um objetivo desta pesquisa contribuir para o desenvolvimento dos estudos sobre o *homeschooling* no Brasil e para o questionamento acerca das implicações desse fenômeno não só no campo da educação de modo particular, mas também nos demais campos que são atingidos por essa discussão (político, religioso, privado/familiar etc.). Ademais, mostra-se também crucial discutir aspectos educacionais atinentes ao processo de aprendizagem do indivíduo, considerando a interação como fator preponderante durante esse percurso. Para isso, nos valem das teorias de Vygotsky (1991), dos estudos de Figueiredo (2019) e dos demais teóricos da educação, que nos ajudaram a desenvolver esta pesquisa.

Como base teórica de análise, ancoramo-nos, como veremos mais adiante, nos estudos desenvolvidos pelo linguista francês, Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2015, 2020), dos quais serão destacadas as contribuições acerca da *cena englobante*, da *cena genérica* e da *cenografia*, bem como a concepção de *ethos* do autor. Por outro lado, estabelecemos também diálogos relevantes com a perspectiva discursivo-argumentativa do *ethos* em Ruth Amossy (2008, 2017, 2020), além de breves aproximações com a teoria retórica de Michel Meyer (2008), em especial no que se refere ao *ethos*, uma vez que o objeto possui um caráter reconhecidamente argumentativo e, nesse sentido, relativamente retórico-discursivo.

Tomando como base os objetivos acima elencados, nesta Dissertação teremos quatro capítulos de desenvolvimento, cada um relacionado, mais ou menos, com cada um dos objetivos delineados a seguir: o **Capítulo I** problematizará o fenômeno do *homeschooling*, a sua inserção no Brasil, a polêmica em torno desse fenômeno e, também, os aspectos de ensino-aprendizagem que lhe são constituintes (ou que deixam de ser); no **Capítulo II**, pontuaremos a concepção de linguagem que norteia este trabalho, relacionando-a com o processo de interação, tanto em termos de construção de sentido (numa perspectiva discursiva e argumentativa), quanto em termos de ensino-aprendizagem (no sentido da linguagem como mediação); no **Capítulo III**, discorreremos sobre o recorte teórico principal desta Dissertação, a saber, os conceitos de cena enunciativa (em suas divisões: *cena englobante*, *cena genérica* e *cenografia*) em Dominique Maingueneau (2005, 2008, 2015, 2020), bem como em seu conceito de *ethos*, além do diálogo estabelecido com a teoria discursivo-argumentativa de Ruth Amossy (2008, 2017, 2020), também no que tange ao conceito de *ethos*; no **Capítulo IV**, último

capítulo desta Dissertação, faremos a análise do *corpus* e dos dados selecionados, mobilizando as categorias apresentadas no capítulo imediatamente anterior, bem como nos valendo de outras categorias enunciativas, discursivas e argumentativas subsidiárias que sustentam os sentidos na *cena enunciativa* e na construção do *ethos* institucional da ANED.

Respeitante à metodologia, tomamos como *corpus*, como já aqui antecipado, a própria página da ANED em seu site ([www.aned.org.br](http://www.aned.org.br)), levando em consideração os aspectos discursivos, semióticos, enunciativos, dispostos em sua *homepage*, bem como nas seções que se desencadeiam na navegação da página. Assim, propomos, como dito, uma análise discursivo-argumentativa das marcas enunciativas presentes nessa página e que nos fazem compreender – a partir das categorias de análise acima mencionadas – os sentidos constituídos pela ANED a fim de persuadir o seu interlocutor (potencial leitor da página) sobre a viabilidade e necessidade do ensino domiciliar no Brasil.

Em termos de justificativa, as razões que movem esta pesquisa são de dois tipos: social e acadêmica. A **social** diz respeito ao fato de que, atualmente, o *homeschooling* tem sido objeto de debate político e social no Brasil, sobretudo com o aparente aumento do número de defensores nos últimos anos. A relevância se dá, no entanto, não somente pela atualidade do objeto de pesquisa, mas sobretudo pela urgência em colocar os discursos dos defensores do ensino domiciliar na lente de um microscópio e perceber a construção e a configuração dos sentidos que deles emergem na relação com outras instâncias de discursos que se colocam contrárias a essa prática.

Além disso, é de fundamental importância trabalhar este conteúdo também dentro do ambiente acadêmico. Logo, a justificativa **acadêmica** se dá pelo fato de que, a partir de algumas buscas sobre o tema, percebemos que ainda existem poucos trabalhos sobre o ensino domiciliar no país e, por esse motivo, há uma certa carência no âmbito das pesquisas científicas que problematizam sobre tal assunto. Sendo assim, sem termos a pretensão de esgotar as investigações sobre o tema, pretendemos, com esta Dissertação, contribuir não só para o desenvolvimento da pesquisa no campo da educação, como também, e sobretudo, para mostrar ser possível uma análise discursiva que tenha como finalidade não só descrever dados ou fenômenos discursivos, mas também de estabelecer críticas assertivas e importantes sobre questões sociais.

# CAPÍTULO I

## *HOMESCHOOLING*

### *1.1 Homeschooling*

O *homeschooling*<sup>1</sup>, ou educação domiciliar, é, segundo Andrade (2014), um termo americano utilizado para identificar uma modalidade de educação específica, cuja implementação é feita pelos próprios pais como alternativa para um ensino em casa e não na escola. Esse tipo de ensino tem como foco uma educação particular e estrita aplicada pela própria família do estudante. Cury (2019, p. 2) reforça tal conceito, afirmando que

[a] denominada *homeschooling* ou educação no lar, ou mesmo educação doméstica, é um movimento por meio do qual pais de família, alegando insatisfação com a educação escolar ofertada nos estabelecimentos públicos ou privados, pleiteiam transmissão dos conhecimentos a ser dada em casa.

Cury (2019) explica que a modalidade surge como uma resposta à insatisfação dos pais com o sistema educacional oferecido pelas escolas. Eles buscam promover um ensino totalmente domiciliar, para que, assim, consigam ter um maior controle sobre o currículo, métodos de ensino e ambiente de aprendizagem de seus filhos.

O termo *homeschooling* surgiu na década de 1970, com o americano John Holt, quem, inicialmente, utilizou-se da palavra *unschooling*, cuja tradução literal é entendida como “desescolarização”.

A modalidade emergiu como tentativa de reformar o sistema escolar por meio de

---

<sup>1</sup> Adota-se, aqui, *homeschooling* como um termo masculino (o *homeschooling*), considerando que se trata do ensino *homeschooling*. No entanto, alguns autores utilizam o conceito como um termo feminino, uma vez que partem do pressuposto da educação *homeschooling*. Nesse sentido, ainda que façamos o uso do masculino, manteremos o feminino nas citações diretas destes autores.

sua substituição pelo ensino doméstico. Muitas famílias, principalmente conservadoras e de grupos evangélicos, optaram por esse tipo de ensino com o objetivo de proporcionar uma educação alinhada com suas crenças religiosas e valores morais (Bernardes, 2019). Além dos motivos mencionados, as famílias também adotaram a modalidade alegando uma preocupação pedagógica, ou seja, uma insatisfação com a qualidade e o ambiente das escolas tradicionais. Bernardes (2019, p. 32) afirma que "[...] em razão do crescente número de casos de violência nas escolas, bem como pela percepção generalizada de um ensino escolar de má qualidade, a modalidade tem sido uma alternativa adotada por vários pais educadores". No entanto, embora acredite que existam aqueles pais que estejam, de fato, preocupados com a educação tradicional das escolas, Kunzman (2009) aponta que o objetivo central da educação domiciliar está relacionado aos princípios religiosos, intrinsecamente ligados a uma cosmovisão cristã, que são considerados os responsáveis por moldar o caráter do indivíduo.

Com o passar do tempo e, de certa forma, com a sua popularização no meio evangélico, essa prática acabou difundindo-se em diversos países do mundo, como Estados Unidos, Áustria, Bélgica, Canadá, Austrália, França, Noruega, Portugal, Rússia, Itália e Nova Zelândia. De acordo com Bernardes (2019), não apenas o *homeschooling* se difundiu por esses países como uma prática educacional, mas também foi formalmente legalizado em muitos deles. Em cerca de 63 países a prática não é expressamente proibida, como afirma Vieira (2012, p.12):

[e]m pelo menos 63 países [...] a *homeschooling* não é proibida expressamente por lei. Em muitos deles, a legislação é vaga – em alguns, contraditória – sendo interpretada diversamente por juristas, políticos e famílias. A ausência ou a precariedade de registros confiáveis faz com seja difícil calcular a população mundial de praticantes da modalidade. Apenas nos Estados Unidos, estima-se que 2,04 milhões de crianças sejam educadas em casa, a maior população de *homeschooled* de que se tem informação.

Essa diversidade de interpretações legais e a falta de dados confiáveis destacam a complexidade e a variedade de situações relacionadas ao *homeschooling*, levantando debates sobre os desafios associados à sua prática, tornando-se um tema de interesse e pesquisa em Educação e outras áreas relacionadas ao ensino em boa parte do mundo. Esse tipo de ensino é um fenômeno multifacetado que envolve uma série de questões que estão inter-relacionadas, como a educação, os valores morais, o processo de ensino-aprendizagem, o papel da família, entre outros. Assim, os problemas associados à sua prática tornaram-se necessários em pautas públicas relacionadas à educação e ao próprio

desenvolvimento do sujeito enquanto ser social.

## ***1.2 Homeschooling no Brasil***

Segundo Ribeiro (2020), a educação domiciliar não é uma prática nova no Brasil. Desde a época do Brasil Império e começo do século XX, a modalidade já era aplicada com as famílias mais abastadas financeiramente e que podiam promover em casa a educação de seus filhos. Cury (2019, p. 2, grifo do autor) afirma que, desde o Período Imperial, “[...] as elites ministravam a instrução primária e outros ensinamentos no lar, seja por meio de um ‘tio padre’, seja por meio de governantas”. Com o passar do tempo, o ensino domiciliar no século XXI não foi deixado de lado, mas, de certa maneira, ganhou força, em menor escala, com as classes sociais médias e altas, como afirma Ribeiro (2020, p. 3-4):

[h]oje, da mesma forma, o movimento em prol da *homeschooling* (apesar de não ser homogêneo quando se verifica os estratos sociais, por exemplo), tem atraído mais famílias de classes médias e/ou das classes altas do que famílias pobres, demonstrando o caráter elitista que a prática permite.

De acordo com o autor, o perfil das famílias adeptas à modalidade, tanto do século XX quanto do século XXI, por exemplo, é o mesmo, ou seja, socioeconomicamente favorecido. No entanto, as razões que motivaram a implementação do *homeschooling* são diferentes, dado ao contexto distinto de cada momento histórico:

[n]aquela ocasião, as famílias escolarizavam seus filhos em casa porque o poder público não dispunha de uma vigorosa rede de ensino e suas estruturas formais. Aquelas famílias da época do Brasil Império ou do início do século XX contratavam professores particulares ou preceptores exatamente em decorrência de incipiente e frágil rede de ensino pública formal e suas carências. Tratava-se de “opção forçada” que mais tarde viria a ser suprida com o fortalecimento e a consolidação de escolas públicas nas principais cidades do país. Hoje, as famílias fazem “opção espontânea” em não matricular seus filhos em escolas formais, sejam públicas ou privadas, porque têm sérias desconfiças dos resultados na formação moral e intelectual promovidas nas crianças e nos jovens pelo sistema escolar. Em outras palavras, a desconfiça para com o sistema formal de ensino é o ponto chave que marca a diferença nos dois momentos históricos (Ribeiro, 2020, p. 4, grifo do autor).

Em contraste com a realidade do Brasil Império e início do século XX, atualmente, segundo Ribeiro (2020), a decisão pelo *homeschooling* é uma escolha voluntária para muitas famílias. Os pais frequentemente expressam dúvidas sobre a eficácia das escolas

formais, sejam elas públicas ou privadas, em oferecer uma formação moral e intelectual satisfatória para os filhos. Esse ceticismo em relação ao sistema educacional tradicional é o principal fator que distingue as motivações históricas das razões atuais para optar pelo ensino domiciliar.

Com efeito, embora existam famílias exercendo a educação domiciliar no Brasil – 35.000 famílias praticando atualmente (ANED, 2024) –, a lei não explicita a plena autorização desse tipo de ensino no país. Alguns estados, como Santa Catarina, por exemplo, autorizavam o *homeschooling* por meio de Lei Complementar. No dia 20 de outubro de 2023, em publicação feita pela página oficial do Supremo Tribunal Federal,

[o] ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), manteve decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina (TJ-SC) que julgou inconstitucionais dispositivos de lei daquele estado que previam a possibilidade de ensino domiciliar (*homeschooling*). A decisão se deu no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1459567 (Brasil, 2023 s.p).

Em consonância com o Tribunal de Justiça de Santa Catarina, que julgou inconstitucional a prática do *homeschooling*, o ministro Alexandre de Moraes afirmou que a prática não foi regulamentada pelo Congresso Nacional e “entendeu que a matéria sobre ensino domiciliar é de competência legislativa privativa da União” (Brasil, 2023, s.p). De acordo com os artigos 205 e 206 da Constituição Federal de 1988:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.

Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; (Brasil, 1988, p.123).

A Constituição Federal do Brasil estabelece que a educação é um direito de todos e um dever compartilhado pelo Estado e pela família, sendo promovida com a colaboração da sociedade. O objetivo é garantir o pleno desenvolvimento do indivíduo como cidadão, logo, um ser social.

Em 19 de maio de 2022, a Câmara dos Deputados aprovou um projeto de lei<sup>2</sup> “[...] que regulamenta a prática da educação domiciliar no Brasil, prevendo a obrigação do poder público de zelar pelo adequado desenvolvimento da aprendizagem do estudante” (Brasil, 2022, s.p). O texto substitui o Projeto de Lei 3179/12, que colocava em pauta a possibilidade de oferta do ensino doméstico na Educação Básica. A última atualização que se tem a respeito da proposta de implementação do *homeschooling* aconteceu em 12 de dezembro de 2023, quando

[o] Ministério da Educação (MEC), por meio da Secretaria de Educação Básica (SEB), debateu o ensino domiciliar na educação básica em audiência pública da Comissão de Educação e Cultura do Senado Federal. A reunião ocorreu nesta terça-feira, 12 de dezembro, e abordou o Projeto de Lei (PL) n. 1.338/2022, que trata da possibilidade da oferta de educação domiciliar [...]. (Brasil, 2023).

A representante do MEC na reunião, Raquel Franzim, que é coordenadora-geral de Educação Integral e Tempo Integral, pontuou que “a escola não pode ser substituída pela família”, já que estas instituições se complementam no processo de educação do indivíduo, permitindo que ele seja protegido dentro das leis e seja contemplado plenamente por seus direitos. Além disso, a coordenadora afirma que “[q]uanto ao argumento de que a oferta de educação domiciliar é uma liberdade [...], o sistema educacional brasileiro assegura a possibilidade de escolha às famílias [...] entre instituições públicas e privadas” (Brasil, 2023 [s.p]), e entre as instituições privadas, as inúmeras possibilidades de escolhas, já que o Brasil não tem um único e exclusivo modelo educacional.

Por essa ótica, observamos que o *homeschooling*, apesar de não ser expressamente proibido, não consegue atender plenamente ao que está exposto no Art. 205, no qual afirma que a educação deve ser promovida e compartilhada socialmente. A

---

<sup>2</sup> Projeto de Lei n° 1338, de 2022, disponível em: [https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194#tramitacao\\_10320454](https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/153194#tramitacao_10320454)

Constituição estabelece que o ensino deve ser ministrado com base no princípio da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, ou seja, em um ambiente com as condições necessárias para o desenvolvimento do sujeito enquanto cidadão instituído de direitos e deveres.

### **1.2.1 Homeschooling e a ANED**

Em 2018, após as eleições para a presidência, uma proposta para inserção da educação domiciliar – rejeitada pelos governos anteriores – foi levada à equipe de Jair Bolsonaro por intermédio da ANED – Associação Nacional de Educação Domiciliar, principal representante do *homeschooling* no Brasil. O então presidente, que viria assumir o cargo, prontamente acatou o que lhe foi proposto, prometendo assinar um projeto de lei – Projeto de Lei n. 1.338/2022, que dispõe sobre o ensino domiciliar da educação básica – para a modalidade no país. Tal aprovação na Câmara dos Deputados (que ainda tramita no Senado Federal) sugere uma consonância de interesses de ambos os lados, o que tem permitido a ampliação do *homeschooling* no cenário brasileiro

Apesar da maior ascensão nos últimos anos – 2020-2022 –, a modalidade de educação domiciliar já ganhava alguma visibilidade no Brasil com o surgimento da ANED, criada no ano de 2010 por um grupo de famílias. Segundo essa associação, o grupo surgiu a partir da insatisfação dos pais com a educação que seus filhos estavam recebendo dentro das salas de aula. A justificativa alegada pela ANED (2024, [s.p]) é a “autonomia educacional da família”, a qual afirma estar apoiada no artigo 26 da Declaração Universal de Direitos Humanos (1948, p. 6), objetivo 3, que diz que “aos pais pertence a prioridade do direito de escolher o gênero de educação a dar aos filhos”, e no artigo 1634, do Código Civil Brasileiro:

Art. 1.634. Compete aos pais, quanto à pessoa dos filhos menores:  
I – dirigir-lhes a criação e educação;  
II – tê-los em sua companhia e guarda;  
III – conceder-lhes ou negar-lhes consentimento para casarem;  
IV – nomear-lhes tutor por testamento ou documento autêntico, se o outro dos pais não lhe sobreviver, ou o sobrevivente não puder exercer o poder familiar;  
V – representá-los, até aos dezesseis anos, nos atos da vida civil, e assisti-los, após essa idade, nos atos em que forem partes, suprindo-lhes o consentimento;  
VI – reclamá-los de quem ilegalmente os detenha;  
VII – exigir que lhes prestem obediência, respeito e os serviços próprios de sua idade e condição (Brasil, 2002, p. 351).

Tanto a Declaração Universal dos Direitos Humanos quanto o Código Civil

Brasileiro apresentam como dever dos pais a educação de seus filhos. No entanto, em ambos os casos, não aparecem especificações que legitimem uma educação particular e exclusiva para crianças e adolescentes dentro do ambiente domiciliar.

A própria ANED entende que, no Brasil, é necessário existir legislação que permita a aplicação da educação domiciliar, afirmando que “a Constituição Brasileira não proíbe a educação domiciliar, mas, para que possa ser garantido o direito aos pais, é necessário haver uma legislação própria” (ANED, 2021, s.p). Entretanto, utilizam-se das brechas das leis e dos tratados internacionais para se valerem da aplicabilidade da modalidade no país: “[o] Brasil assinou tratados internacionais que garantem a prática, como na DUDH<sup>3</sup>, em seu artigo 26, que diz: ‘Os pais têm prioridade de direito na escolha do gênero de educação que será ministrada aos seus filhos’” (ANED, 2024, [s.p]). Destarte, em virtude destes artigos, a ANED ancora-se na justificativa da autonomia das famílias, mas que não pode ser legitimada pela falta de dispositivos legais que explicitem a prática do *homeschooling* como válido no território brasileiro.

Como já mencionamos, o *homeschooling* ganhou destaque no Brasil entre os anos de 2020 e 2022, quando o ex-presidente Jair Bolsonaro – defensor do conservadorismo e do que a extrema direita chama de “princípios cristãos” – deu maior visibilidade à modalidade. A ANED, ao ser questionada em sua página sobre a ligação da educação domiciliar enquanto movimento conservador e religioso, garante que esse tipo de ensino não tem qualquer relação, já que, no país, existem muitas famílias que fazem parte de diversas posições políticas e que são adeptas ao *homeschooling*. No entanto, há um paradoxo aqui, considerando que a principal parceira da ANED é Associação Nacional de Juristas Evangélicos (ANAJURE), como visto na Figura 1:

---

<sup>3</sup> Declaração Universal dos Direitos Humanos.

**Figura 1** – Parcerias na página inicial do *site* da ANED em 2023



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Um outro paradoxo parece também estar evidente, quando a associação garante que qualquer pessoa pode exercer a educação domiciliar, não sendo o *homeschooling* um movimento elitista. Entretanto, essa postura aparenta ser um tanto contraditória, quando a instituição afirma que o perfil das famílias, como apresentado na Figura 2, “são pais dispostos a investir tempo e recursos na formação intelectual dos seus filhos” (ANED, 2021, s.p), o que evidencia uma divergência, já que famílias de classes economicamente mais baixas dificilmente terão disponibilidade de tempo e recursos financeiros para tal investimento.

**Figura 2** – Seção “Perguntas frequentes” no site da ANED

### **Qual o perfil das famílias que optam pela educação domiciliar?**

Em geral, são pais dispostos a investir tempo e recursos na formação intelectual dos seus filhos e que desejam participar ativamente desse processo.

Fonte: <https://aned.digital/#assinatura>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Com o destaque das mídias divulgadas pela representante da educação domiciliar no Brasil (ANED), os impulsionadores do movimento permitiram que a pauta ganhasse evidência antes não experimentada. Com o crescente número de apoiadores, mais de 35 mil famílias praticantes, segundo a própria ANED, os defensores do *homeschooling* colocaram a pauta no espaço público, argumentando, quase sempre, que

o ensino domiciliar oferece um ambiente educacional mais personalizado e alinhado com os valores familiares, atrelados, mesmo não assumindo, a um pensamento político-conservador e religioso.

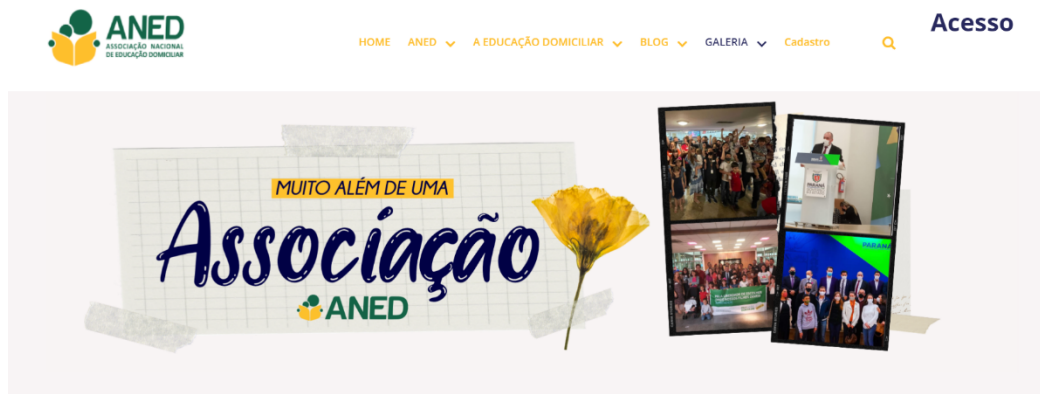
### **1.3 ANED: para além de um *site***

A ANED, como já mencionamos nas seções anteriores deste capítulo, é a principal representante da educação domiciliar no Brasil. Fundada em 2010 por um grupo de famílias defensoras do *homeschooling*, a instituição tem se dedicado a promover e apoiar essa modalidade educacional no país. A associação utiliza alguns canais de divulgação, incluindo *Facebook* e *YouTube*, promovendo informações e recursos sobre a educação domiciliar. O foco principal, no entanto, é o seu *site*<sup>4</sup>, que recentemente passou por modificações após a mudança de governo entre os anos de 2022 e 2023, quando até então presidente Jair Bolsonaro perdeu as eleições para o atual presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A mudança de um governo de extrema-direita para um outro de esquerda fez com que o movimento em prol da educação domiciliar perdesse força, o que causou, de certa forma, uma mudança forçada em como a ANED irá se apresentar daqui para frente. Ainda em processo de mudança e construção, a sua página, de modo mais reduzido, oferece diversos materiais, orientações e suporte para aqueles que optam por educar seus filhos em casa, reafirmando seu discurso com a autonomia educacional das famílias. As figuras 3 e 4 apresentam essa modificação de como era a página inicial do site e como ela está atualmente.

---

<sup>4</sup> Disponível em: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

**Figura 3** – Página inicial da ANED em 2023



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

**Figura 4** – Página inicial da ANED em 2024

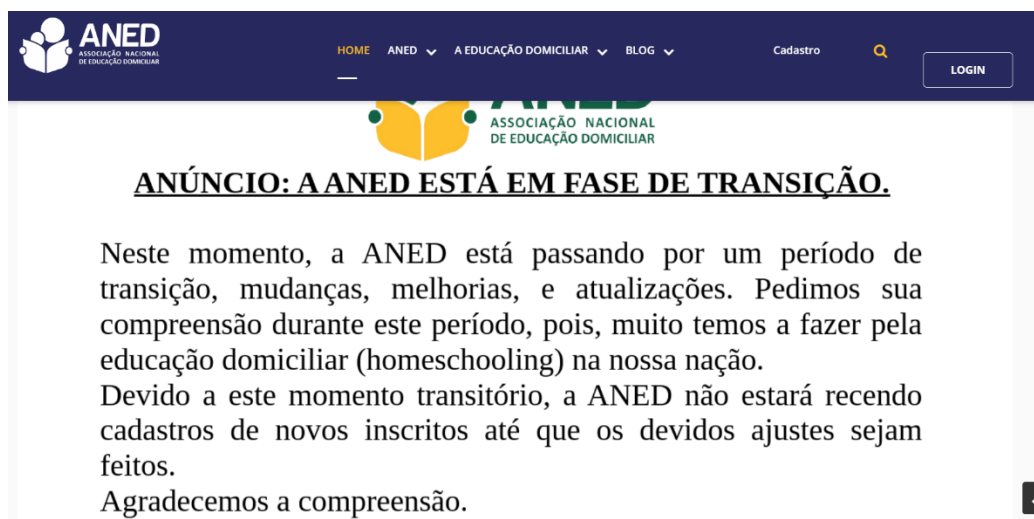


Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Com base nas imagens, identificamos que a ANED apresentou mudanças significativas da página inicial entre os anos de 2023 e 2024. Em 2023, por exemplo, o site era constituído por uma estrutura diversificada, com seções como "home", "ANED", "a educação domiciliar", "blog", "galeria", "cadastro", "acesso" e um espaço para buscas representado por uma lupa, proporcionando uma navegação abrangente em informações para os usuários. No entanto, em 2024, a página passou por uma reestruturação notável, reduzindo suas seções a "quero me associar", "quero ser parceiro" e "entrar na área do associado". Essa simplificação reflete, possivelmente, uma mudança estratégica, focando diretamente nas pessoas decididas a participarem, sejam como associadas ou parceiras, da adesão do *homeschooling*, sem a necessidade de muitos materiais que comprovem a eficácia da modalidade. Essa transição sugere um direcionamento mais pragmático e

voltado para a ação, presumivelmente buscando fortalecer a comunidade de educadores domiciliares e parceiros institucionais. Durante esse período de transição, a associação chegou a fixar um recado informando sobre a fase de transição, como mostra a Figura 5:

**Figura 5** – Página inicial da ANED com recado de transição em 2023



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 26 jul. 2023.

A mensagem principal informa que a ANED está passando por mudanças, melhorias e atualizações, solicitando compreensão dos novos interessados durante esta fase de modificações. Durante esse período, ao entrar na página inicial, como mostra a imagem acima (Figura 5), nota-se que a barra de navegação do site foi simplificada, contendo apenas as seções "home", "ANED", "educação domiciliar", "blog", "cadastro" – com a observação sobre a suspensão de novos cadastros – e "login". A presença do ícone de lupa indica uma funcionalidade de busca, sugerindo que, naquele momento, a associação ofereceria meios para os usuários encontrarem informações específicas, quando ainda estavam disponíveis antes da mudança mais significativa, como identificado na Figura 4.

Embora a associação esteja passando por modificações e as funções da barra de ferramenta da página inicial da ANED tenham sido substituídas por seções curtas e objetivas, o *site* ainda conta com atalhos que vão levar o usuário, independente se é inscrito ou não, a vídeos, notícias e diversas informações sobre o *homeschooling*, como mostram as figuras 6, 7 e 8:

Figura 6 – Página inicial da ANED “perguntas frequentes” em 2024



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

Figura 7 – Página inicial da ANED “notícias *homeschooling*” em 2024



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 24 jul. 2024.

**Figura 8** – Página inicial da ANED “nossos vídeos” em 2024



Fonte: <https://aned.org.br/> Acesso em: 24 jul. 2024.

A ANED, de modo geral, apesar das mudanças ocasionadas pela troca de governo, ainda insiste em promover a educação domiciliar no Brasil por meio da sua página – principal meio de divulgação – e demais redes sociais. A reformulação indica, provavelmente, uma adequação motivada pela falta de apoio do atual presidente (Luiz Inacio Lula de Silva) e de dispositivos que sustentem a aplicabilidade do *homeschooling* no país. Assim, a ANED se encontra em um cenário totalmente oposto ao que era nos anos de 2018 e 2022, no qual busca novas possibilidades para a implementação da modalidade, sem ainda divulgar muitas informações a respeito de como vai agir daqui para frente.

#### **1.4 Relação *homeschooling* e ensino-aprendizagem: uma breve reflexão sobre uma relação polêmica**

A educação domiciliar é uma modalidade pouco utilizada no Brasil, mas que, de

acordo com o Jornal da USP<sup>5</sup> (2023), em uma pesquisa realizada em 2022 pela Ação Educativa e Cenpec, possui um número considerável de 21% de pessoas que são a favor da prática no país. Na década de 1980, “[...] grupos evangélicos passaram a aderir ao *homeschooling* pelo fato de poderem ensinar às crianças conteúdos escolares de acordo com seus princípios cristãos” (Bernardes, 2019, p. 32). Diversas são as justificativas das famílias para esse tipo de ensino, como

[...] motivos religiosos ou valores éticos ou ideológicos, principalmente as que seguem as tradições judaicas ou orientações doutrinárias diversas da maioria. Alguns pais alegam, ainda, que o ensino doméstico proporciona um aprendizado mais natural, individualizado e espontâneo para as crianças (Bernardes, 2019, p. 46).

A relação que existe entre o *homeschooling* e ensino-aprendizagem envolve uma análise crítica das concepções em relação a essas práticas educacionais, principalmente, no que tange às metodologias aplicadas sem um preparo especializado. De acordo com Figueiredo (2019, p. 61),

[a] teoria sociocultural enfatiza o papel da interação entre as pessoas no desenvolvimento cognitivo dos indivíduos e, desse modo, a escola se apresenta como um local privilegiado por proporcionar-lhes participação em atividades socialmente mediadas, seja com o professor, seja com os pares.

Ainda segundo Figueiredo (2019, p. 61), “[...] a instrução é um elemento essencial ao desenvolvimento cognitivo por possibilitar ao indivíduo caminhar em sua ZDP<sup>6</sup>”. Tendo em vista a escola – espaço físico – como este lugar privilegiado onde a interação e o desenvolvimento cognitivo acontecem, o *homeschooling* é visto por grande parte dos especialistas em educação como uma prática negativa, uma vez que confronta

---

<sup>5</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/apenas-21-dos-brasileiros-sao-favoraveis-ao-homeschooling-mostra-pesquisa/#:~:text=Por%C3%A9m%2C%20a%20pesquisa%20Educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20Valor%20escola%2C%20se%20assim%20acharem%20melhor>. Acesso em: 25 jul. 2024.

<sup>6</sup> Zona de Desenvolvimento Proximal – conceito elaborado por Vygotsky (1998).

o papel da escola no processo formador do estudante, confronta teorias sócio-cognitivo-interacionais de ensino de línguas e teorias construtivistas e interacionistas, negando a Educação como uma formação ampla e universal que abarca também a socialização e aspectos históricos, sociais e culturais. Segundo Camargo e Rosa (2020, pp. 16-17), por meio da escola

conhecimento espraia-se e sistematiza-se atingindo um número cada vez mais expressivo de sujeitos, cumprindo funções sociais que se destacam do mero ensino de conteúdos. Uma instituição que garante por intermédio da ciência em seu interior o desenvolvimento de meios para a qualidade de vida dos sujeitos que a defendem, como daqueles que só veem nela a desvirtuação e valores bem particulares. Por isso que defender a instituição escolar implica defender o conhecimento científico, defender a vida: de quem a defende e de quem a ataca.

Como podemos identificar, a instituição *escola* tem grande importância no que se refere ao desenvolvimento da individualidade, pois é nela que se constrói o processo de interação social, bem como todo o referencial para lidar com as diferenças e a diversidade. Além disso, é na escola que o estudante vai receber o apoio necessário para a sua aprendizagem, contando com profissionais capacitados para lidar de forma específica com os diferentes conteúdos propostos nos referenciais nacionais.

Sobre a socialização, em uma entrevista realizada no dia 25 de maio de 2022, para o Jornal da USP<sup>7</sup>, Carlota Boto, professora do Departamento de Filosofia da Educação da Faculdade de Educação (FE), da Universidade de São Paulo (USP), disse que “a socialização é o aprendizado das amizades, da convivência com o outro, e o outro é sempre diferente” e que seria na escola que as crianças receberiam um ensino adequado por intermédio de professores com formação específica à área para a qual se profissionalizaram. Camargo e Rosa (2020, p.17), semelhantemente, afirmam que, “no

---

<sup>7</sup> Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/projeto-de-homeschooling-no-brasil-coloca-um-muro-entre-a-familia-e-o-mundo-social/>. Acesso em: 25. jul de 2024.

bojo da defesa da escola, bem como da educação das crianças e dos jovens, reafirma-se que a profissionalização docente seja parte substantiva e indispensável”.

Ora, é nessa perspectiva de ideias antagônicas sobre o ensino domiciliar que a polêmica<sup>8</sup> emerge no campo educacional, mas com fronteiras com os campos político e familiar (privativo) de modo bem marcado. Se, pelo lado científico, os especialistas em Educação condenam a prática do *homeschooling* (Cecchetti e Tedesco, 2020; Cury, 2019; Kunzman, 2009; Ribeiro, 2020 etc.), por outro, as famílias, geralmente associadas a um pensamento político majoritariamente conservador – em grande maioria pertencentes a uma classe social de maior poder aquisitivo – defendem a ideia de acordo com seus princípios morais religiosos. Cecchetti e Tedesco (2020) apontam que o debate sobre a educação das gerações futuras vive um momento de tensão. Enquanto é dever do Estado laico promover instrumentos básicos para os estudantes, não se pode ignorar a existência de certos grupos político-religiosos que defendem a necessidade de uma educação exclusiva por parte das famílias. Eles destacam que

[...] o homeschooling é mais um dos nefastos tentáculos que o projeto moralizador de cunho fundamentalista religioso e neoconservador de colocar em “xeque” o funcionamento das instituições formativas estatais, fragilizando e afrontando o direito público subjetivo à Educação Básica (Cecchetti; Tedesco 2020, p. 14).

Diante desse cenário, percebemos que essa modalidade de ensino é considerada, para muitos estudiosos da área, a exemplo de Cecchetti e Tedesco (2020), Cury (2019) e Kunzman (2009), um pensamento atrelado ao campo político-religioso – difundido

---

<sup>8</sup> De acordo com Amossy (2017), a polêmica é uma *modalidade argumentativa*, variando dentro de um *continuum* de menor antagonização (no lado menos agudo do dissenso) para o de maior antagonização (no lado mais agudo do dissenso). Nesse sentido, tomamos a ideia de polêmica como um dissenso antagonizado, em geral de forte apelo social. Nas palavras da analista de discurso: “A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura” (Amossy, 2017, p. 49). O debate em torno do *homeschooling*, como aqui defendido, é um tema polêmico, na medida em que gera debates calorosos (antagônicos) sobre esse importante tema social.

principalmente na gestão do governo de Jair Bolsonaro – que assinou um projeto de lei que regulamenta a educação domiciliar no Brasil – adepto do conservadorismo. Tal pensamento conservador, em tese, visa a um maior controle das famílias para com seus filhos, privando-os da convivência social da escola e dos valores que são aprendidos por meio dela.

Essa configuração é, por certo, polêmica, na medida em que evoca posicionamento radicalmente opostos, até mutuamente excludentes, apontando para antagonismos profundos no debate público brasileiro. Para Amossy (2017), a propósito, a polêmica é uma modalidade argumentativa, que varia dentro de um *continuum* de menor antagonização (no lado menos agudo do dissenso) para o de maior antagonização (no lado mais agudo do dissenso). Nesse sentido, tomamos a ideia de polêmica como um dissenso antagonizado, em geral de forte apelo social. Nas palavras da analista de discurso: “A polêmica é, portanto, um debate em torno de uma questão de atualidade, que comporta os anseios das sociedades mais ou menos importantes numa dada cultura” (Amossy, 2017, p. 49). O debate em torno do *homeschooling*, como até aqui defendido, é, portanto, um tema polêmico, na medida em que gera debates calorosos (antagônicos) sobre um importante e sensível tema social (Emediato, 2023).

Veremos em capítulo posterior, na análise, que a própria construção da cenografia parte de uma instituição polêmica. Dito de outra maneira, a construção das estratégias enunciativas por parte da ANED leva em consideração essa organização antagonizada dos valores, das *doxas*, dos saberes, constituindo, ao menos em boa parte das vezes, um contradiscurso. Bakhtin (2013) nos lembra que todo discurso é inerentemente dialógico e, quando polêmico, isso significa que o discurso também se constitui polemicamente, ainda que nem sempre de forma aberta (pode ser, por exemplo, de forma velada). A existência de discursos hegemônicos contra o *homeschooling* no Brasil, além de leis que, ao menos até o momento, impedem a sua aplicação, gera, por parte dos defensores dessa prática (aí, incluindo, obviamente, a ANED, com a maior representante do movimento), uma postura de contraposição automática. Seus discursos são, frequentemente, para defender a educação domiciliar, refutando algumas acusações que são levantadas ao método educacional.

Essa antagonização fica clara no levantamento feito por Ribeiro (2020) acerca dos argumentos favoráveis ao *homeschooling* e as críticas (argumentos contrários) ao movimento. Segundo ele, um dos principais argumentos é o jurídico, que parte de uma contraposição às acusações de que a educação domiciliar é ilegal e que, portanto, a sua

prática constitui crime. Essa questão foi, e segue, sendo discutida no âmbito judicial, mas teve uma decisão relativamente favorável e que é usada pelos defensores do movimento como o trufo jurídico, qual seja: “[...] o Ministro Alexandre de Moraes observou que a Constituição Federal não proíbe a educação domiciliar, mas ressaltou que sua implementação depende de lei editada pelo CN, respeitando todos os requisitos constitucionais” (Ribeiro, 2020, p. 4).

Além do argumento jurídico, outros são, segundo Ribeiro (2020) e também Batista (2018): 1- o argumento contra a doutrinação ideológica; 2 – o argumento contra a má-formação de professores ou da violência dos colegas; 3 – o argumento dos pais que desejam educar seus filhos em casa porque consideram ter a disponibilidade para isso; 4 – argumento de que “o sistema formal de ensino teria se tornado incapaz de enfrentar questões com a disciplina, o afeto, os limites e os conceitos morais, os exemplos éticos.

Todos esses argumentos, segundo os autores, contrapõem-se aos argumentos contrários, críticos, e que são hegemônicos no Brasil. Para Ribeiro (2020, p.8), tais argumentos podem se reunir todos em uma mesma etiqueta: a de uma “percepção individualista-conservadora do mundo”. Todos os problemas – tais como: a) o da falta de acesso ao ensino curricular regular; b) o da falta de socialização; c) o argumento da fundamentação religiosa, cristã, afastando o jovem de ter acesso a conhecimentos mais vastos e de distintas matizes morais (inclusive a laica) – partem de uma compreensão individualista sobre a educação dos filhos, uma compreensão até mesmo objetual, como indica Ribeiro (2020).

Como uma das críticas, Ribeiro (2020) aponta para o fato de que, quando afastadas do seio social escolar, e sem ter o contato com situações experienciais comuns, torna-se uma consequência potencial a formação de “bolhas sociais familiares” que tendem a prejudicar o desenvolvimento cognitivo das crianças e jovens. A partir desse argumento, ele chama atenção para a maior crítica levantada por especialistas ao *homeschooling*: a falta de socialização, que parte, como dito, de uma “percepção individualista-conservadora de mundo” (Ribeiro, 2020, p. 8). Semelhantemente, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) divulgou uma nota, em 2022, após ser aprovado na Câmara dos Deputados um Projeto de Lei (PL) que visa regulamentar a educação no Brasil. Segundo a organização, o modelo “priva as crianças e adolescente do direito de aprender” e que estes são sujeitos de direito e não “objetos de propriedade dos pais” (G1, 2022, s.p).

Essa crítica tem lugar epistêmico porque, dentro do discurso canônico e especializado do campo educacional no Brasil, há o entendimento de que a educação

**curricular** é papel de educadores e professores do sistema escolar, seja ele público ou privado. Caberiam às famílias, portanto, a educação **não curricular**. A ANED, nesse sentido, enquanto principal associação de fomento a uma modalidade não respaldada pela maioria especializada do campo educacional, possui, portanto, algumas imagens potencialmente negativas já instituídas previamente pela situação discursiva, e que coloca a associação numa postura defensiva, na maior parte das vezes, tendo como um dos principais argumentos e estratégias, como veremos mais à frente, uma pretensa preocupação genuína com a “liberdade das famílias” em educar seus filhos.

Nesse sentido, entendemos que a educação domiciliar perpassa as barreiras da educação, tendo como princípios intrínsecos os valores morais da família cristã-conservadora. É por meio desses ideais que os pais se ancoram em pequenas brechas da lei para justificar a implementação do *homeschooling* como algo necessário e importante para as famílias que também desejam essa modalidade como metodologia de ensino a ser aplicada com seus filhos. A ANED, como representante da educação domiciliar, vai tentar assumir, justamente, o papel de porta-voz dessas famílias e, por isso, todos esses argumentos contrários acabam sendo mola propulsora, ou elemento motivador, para a construção do argumentário favorável ao *homeschooling*, às estratégias discursivas – de linguagem – que visam a legitimá-lo. Por esta ótica, nos próximos capítulos, apresentaremos a função da linguagem dentro de uma perspectiva interacionista e como, a partir dela, a ANED constrói discursiva e argumentativamente sua imagem, isto é, seu *ethos* institucional, reunindo, para tanto, diversos *ethé* (de competência, de segurança, de acolhimento, de liberdade, além de *ethos* conservador, cristão etc.), ancorados em uma tópica *familiar*, em favor da promoção da educação domiciliar no país.

Antes de adentrar especificamente nesse tópico, entretanto, é importante lançar algumas luzes e compreender como e por que o *homeschooling* é considerado tão problemático, inclusive em termos de construção de relações de linguagem, relações eminentemente interacionais, e sobretudo em termos de ensino/aprendizagem. Tal discussão, ainda que não seja o cerne da análise, como veremos, constitui-se como um pano de fundo crucial para compreender as *cenas da enunciação* (em especial a *cena englobante*) de que fala Dominique Maingueneau (2005, 2010, 2015), as quais são, por sua vez, componente estruturante das estratégias discursivas e argumentativas adotadas pela ANED nos diferentes atos de enunciação empreendidos em seu *site*.

## CAPÍTULO II

### LINGUAGEM, INTERAÇÃO E ENSINO-APRENDIZAGEM

#### 2.1 Concepções de linguagem

É famosa a citação de Saussure (2021) a respeito de ser o ponto de vista sobre a língua que recorta o objeto linguístico. Com efeito, o objeto linguístico-discursivo também depende de como se compreende o conceito de *língua/linguagem*, o que se configura, na história, de modo bastante heterogêneo. De acordo com Koch (2008, p. 7),

[a] linguagem tem sido concebida [...] de maneiras bastante diversas, que podem ser sintetizadas em três principais: a. como “representação (‘espelho’) do mundo e do pensamento; b. como instrumento (‘ferramenta’) de comunicação; c. como forma (‘lugar’) de ação ou interação.

Cada concepção aborda a linguagem de maneiras distintas. A primeira perspectiva compreende a linguagem como um ato monológico e individual, desconsiderando a influência do outro ou das situações sociais que envolvem a situação de enunciação (Travaglia, 2003). Trata-se de pensar a linguagem como uma mera representação do pensamento, tal como entendiam os gregos (numa perspectiva logicista da linguagem) e como se compreendeu, durante muito tempo, os gramáticos tradicionais.

A segunda é vista como “[...] um conjunto de signos que se combinam segundo regras, e que é capaz de transmitir uma mensagem, informações de um emissor a um receptor” (Travaglia, 2003, p. 22), ou seja, a função da linguagem aqui desconsidera os fatores pragmáticos, pois serve apenas para transmitir códigos de maneira isolada. É essa concepção que vai ser priorizada como recorte do objeto linguístico no nascimento da Ciência da Linguagem, tanto com Roman Jakobson, Ferdinand de Saussure, e outros linguistas estruturalistas. A linguagem, nessa concepção, é um código existente em um sistema de diferenças e combinações. O “social”, nessa concepção, limita-se a uma *convenção* (Rajagopalan, 2003), ou seja, a um compartilhamento de código que se torna socialmente compreensível, mas não se estende a uma ideia do social como interação e interconstituição de sentido pela alteridade e intersubjetividade.

Por sua vez, a terceira mencionada concentra-se na linguagem como forma de interação, foco desta pesquisa. Ela busca analisar a “[...] produção de efeitos de sentido

entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico” (Travaglia, 2003, p. 23). Como vemos, a linguagem, nesse aspecto, é social não apenas no sentido de constituir-se como uma convenção entre participantes de uma mesma comunidade, mas como um fenômeno sociodiscursivo – e segundo Koch (2008), também sociocognitivo – resultante da interação entre os sujeitos, constituindo-se num regime de co-construção de sentido.

De fato, Koch (2008, p. 7-8, grifos da autora), ancorando-se na premissa pragmática de que a linguagem implica ação – uma *inter-ação* –, afirma que tal concepção

[...] é aquela que encara a linguagem como *atividade*, como *forma de ação*, ação individual finalisticamente orientada; como *lugar de interação* que possibilita aos membros de uma sociedade a prática dos mais diversos tipos de atos, que vão exigir dos semelhantes reações e/ou comportamentos, levando ao estabelecimento de vínculos anteriormente inexistentes.

A linguagem aqui é interpretada como uma atividade dinâmica e uma forma de ação intencional, em que o indivíduo a utiliza com objetivos específicos (isto é, pragmáticos). Nessa perspectiva, ela é vista não apenas como um meio de comunicação, mas como um espaço de interação social que permite aos membros de uma sociedade realizar diversos tipos de atos comunicativos.

Travaglia (2003, p. 23) aponta que essa noção é “[...] representada por todas as correntes de estudo da língua que podem ser reunidas sob o rótulo de *linguística da enunciação*”. Nos estudos linguísticos de linha textual e discursiva, considerando essa abordagem sócio-cognitivo-interacionista, tornou-se patente a compreensão de que a linguagem é intrínseca ao ser humano, isto é, é parte fundamental de sua existência (existimos enquanto seres de linguagem) e é o que nos possibilita viver em sociedade.

É esse processo intersubjetivo que nos relaciona com a alteridade (Bakhtin/Volochínov, 2004), ou seja, é a linguagem entendida como meio de interação para constituir o sentido que, nessa perspectiva, apenas é possível pelo encontro com o outro: como afirma Bakhtin/Volochínov (2004), a palavra é uma espécie de ponte lançada entre os interlocutores e é sempre orientada para um fim e por um projeto. Em suma, podemos afirmar que ela é uma forma de *inter-ação*.

Sabemos, conforme Rojo (2000) e também conforme Brait (2000), que desde os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN’s) até o atual documento da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), parte-se da abordagem de que é no texto – e a partir de gêneros textuais e da construção de textualidade – que produzimos discurso, isto é,

produzimos o próprio sentido, que é inescapavelmente histórico, social, político etc. e que, portanto, não se separa da própria ação. Na verdade, é na linguagem, por meio do discurso (e, claro, dos textos), que interagimos e agimos em sociedade.

Ora, importa ainda mencionar que a perspectiva interacionista (ainda que frequentemente de modo heterogênea, se comparado à abordagem discursiva) assume também importante lugar nos estudos educacionais – tanto na perspectiva da Psicologia da Educação, como na perspectiva da Linguística Aplicada no ensino-aprendizagem de língua(s), sobretudo porque a interação e a linguagem são elementos essenciais para a comunicação humana e desempenham, conseqüentemente, um papel crucial na construção e no desenvolvimento das relações sociais, inclusive educativas, conforme nos acentua Lev Vygostky (1991).

## 2.2 Linguagem, interação e ensino-aprendizagem

Vygotsky<sup>9</sup> (1991), em sua perspectiva interacionista, considera que, inicialmente, as crianças utilizam a linguagem para fins de comunicação com o meio ambiente. Após essa fase, o pensamento é organizado e a linguagem, então, se torna uma função mental interna. Figueiredo (2019, p.21), de maneira semelhante, afirma, com base na teoria sociocultural, que

[...] os seres humanos se constituem e estão situados historicamente por meio da linguagem. Constituem-se, pois, como sujeitos interativos, se apropriam de conhecimento e os produzem, utilizando a fala para se relacionarem com outras pessoas e para organizar seu pensamento [...]

---

<sup>9</sup> O sobrenome do autor é grafado na literatura ocidental de diferentes maneiras (Vigostki, Vigostky, Vygotski, entre outras). Assim como Figueiredo (2019), adotamos, neste trabalho, a grafia mais próxima do original russo, e que espelha também a tradução americana: a forma *Vygostky*. Importa ressaltar, entretanto, que nesta obra traduzida citada acima (de 1991), os tradutores utilizam, de modo não tão sistemático, duas formas distintas: Vygotski e Vygotsky.

O autor observa a centralidade da linguagem na constituição dos seres humanos e na sua formação histórica construída por meio dela. Ao se constituírem como sujeitos interativos, os indivíduos não apenas se apropriam de conhecimentos já existentes, mas também os produzem e os transformam a partir desse processo de interação.

Do mesmo modo que entende que tais interações entre crianças e pessoas do seu ambiente são importantes para o desenvolvimento da fala interior e do pensamento reflexivo, Vygotsky (1991) afirma que elas também vão ser fundamentais para “o desenvolvimento do comportamento voluntário da criança” (p. 60). O comportamento, aqui, mencionado pelo teórico está relacionado a uma cadeia de desenvolvimento da criança em relação ao seu processo de aprendizagem. Segundo ele,

um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança. (Vygotsky, 1991, p. 60-61).

Nesse sentido, “[...] o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas” (Vygotsky, 1991, p. 61). A hipótese desenvolvida por Vygotsky justifica que o processo de desenvolvimento não coincide concomitantemente com o de aprendizagem. Dessa maneira, o teórico entende que sua análise

modifica a visão tradicional, segundo a qual, no momento em que uma criança assimila o significado de uma palavra, ou domina uma operação tal como a adição ou a linguagem escrita, seus processos de desenvolvimento estão basicamente completos. Na verdade, naquele momento eles apenas começaram. A maior consequência de se analisar o processo educacional desta maneira, é mostrar que, por exemplo, o domínio inicial das quatro operações aritméticas fornece a base para o desenvolvimento subsequente de vários processos internos altamente complexos no pensamento das crianças. (Vygotsky, 1991, p. 61).

Isto posto, o autor busca compreender “como se internalizam o conhecimento externo e as capacidades nas crianças” (p. 61). Seguindo a mesma lógica, um outro aspecto importante de sua hipótese está relacionado ao desenvolvimento da criança e o seu aprendizado escolar, em que as relações existentes entre esses dois elementos são complexas e “não podem ser englobadas por uma formulação hipotética imutável” (p. 61).

Figueiredo (2019) resgata os princípios vygotksyanos, que demonstram que a criança, durante esse processo, passa por três estágios de desenvolvimento: a *regulação pelo objeto*, quando a criança é influenciada pelo ambiente; a *regulação pelo outro*, quando a criança consegue realizar tarefas com a ajuda de outras pessoas; e a *autorregulação*, quando a criança traça estratégias para realizar tarefas de modo independente. Ao conectar esses estágios ao processo de ensino-aprendizagem, conseguimos compreender que a interação mediada pela linguagem atua diretamente no progresso da criança em direção à autorregulação, quando a linguagem se transforma em um instrumento interno de organização e planejamento, permitindo que ela aplique conceitos de forma autônoma e criativa.

Nesse sentido, observamos a linguagem como elemento fundamental para o desenvolvimento educacional da criança. É por intermédio dela que os significados podem ser compartilhados, internalizados e transformados pelos indivíduos. Figueiredo (2019) ressalta que a linguagem por meio da fala não apenas organiza o pensamento, mas também cria possibilidades de reflexão e fechamento para construção de conhecimento. Fiorin (2021, p. 19) reitera que a linguagem é “[...] um meio de ação recíproca, é um meio de interagir com os outros, é um lugar de confrontações, de acordos e de negociações”. É em vista disso que a prática pedagógica busca, ou deveria, considerar a linguagem como uma ferramenta estratégica para o desenvolvimento cognitivo e social.

Nessa perspectiva, buscamos refletir sobre as implicações do ensino domiciliar, destacando como essa modalidade pode comprometer o desenvolvimento social da criança no seu processo de formação. Conforme Vygotsky (1991, p. 60-61) ressalta, “[...] o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em operação com seus companheiros”. Em um contexto de educação domiciliar, onde a interação da criança se limita essencialmente ao núcleo familiar, esses processos fundamentais de desenvolvimento podem ser prejudicados. Barbosa (2004, p. 33-34) vai dizer que é

[...] inegável o importante papel que a escola exerce na formação das crianças e dos jovens. Ela é significativa no processo educativo dos sujeitos que a integra. É no ensino formal que a educação se condiciona a um projeto pedagógico fundamentado por uma pedagogia que orienta o fazer docente, oportunizando ou não situações para a aplicabilidade prática do ensino.

Como já mencionado no capítulo anterior, ressaltamos que a escola é também considerada uma das responsáveis pela formação social da criança. Nesse sentido, a

ausência de um ambiente de convivência social mais amplo exigiria uma construção de habilidades sociais e cognitivas bem consolidadas, o que torna o *homeschooling* uma modalidade que não atende plenamente aos critérios de uma educação saudável e integral, pois é no espaço educacional adequado que essas habilidades são construídas e desenvolvidas mutuamente por meio da interação. Importa dizer ainda que a escola,

[...] enquanto espaço de desenvolvimento e aprendizagem, envolve todas as experiências contempladas no processo de educar, considerando tudo como significativo: aspectos culturais, cognitivos, afetivos, sociais e históricos, os quais estão inseridos nas interações e relações entre os diferentes segmentos presentes na escola (Carloto; Pereira, 2016, p. 6).

Os autores, quando mencionam sobre a escola, destacam-na como um espaço múltiplo e dinâmico de desenvolvimento e aprendizagem, onde cada experiência vivenciada no processo educativo é considerada significativa. No *homeschooling*, essas práticas podem ser significativamente limitadas, uma vez que a interação se restringe, na maioria das vezes, ao contexto familiar. Essa restrição pode, de algum modo, comprometer a exposição a diferentes perspectivas e vivências culturais, importante para ampliar tanto o repertório social quanto o emocional da criança. Dessa forma, o ensino domiciliar pode não apenas limitar o aprendizado acadêmico, mas também prejudicar o desenvolvimento integral do indivíduo, sobretudo no aspecto social.

Isto posto, destacamos que a interação social por meio da linguagem é um elemento-chave no desenvolvimento integral do indivíduo, sendo esta interação trabalhada plenamente em ambientes educacionais adequados, como a escola e todo o seu funcionamento, pois

[...] é o caráter pedagógico que introduz o elemento diferencial nos processos educativos que se manifestam em situações históricas e sociais concretas. Precisamente pelo fato de a prática educativa se desenvolver no seio de relações entre grupos e classes sociais é que é ressaltada a mediação pedagógica para determinar finalidades sociopolíticas e formas de intervenção organizativa e metodológica do ato educativo (Libâneo, 2001, p. 9).

Como enfatiza Libâneo (2001), o caráter pedagógico da prática educativa diferencia o ambiente escolar, pois este atua como mediador entre os diferentes contextos, promovendo um aprendizado pleno. Nesse sentido, a escola não é apenas um local de transmissão de conhecimento, mas um espaço dinâmico de construção de habilidades cognitivas, sociais e afetivas, fundamentais para a formação cidadã. Em contrapartida, a educação domiciliar, ao limitar essas interações, não oferece as mesmas oportunidades de

vivência coletiva e diversificada, essenciais para um aprendizado significativo e para as etapas de desenvolvimento importantes para a aprendizagem.

### **2.3 Linguagem e interação em uma perspectiva de análise discursiva**

A reflexão acima empreendida acerca da prática interacional aplicada à educação e ao ensino-aprendizagem nos coloca em condição de compreender quais são os fatores que animam a crescente polêmica que separa autoridades (em especial da área de educação) dos defensores da educação domiciliar que, em sua maioria, constituem-se não como especialistas, mas como famílias interessadas, por motivos culturais, políticos e morais, em aplicar o método em seus próprios lares. A investigação sobre o discurso por detrás dos posicionamentos dessas famílias (ou de seus representantes, como é o caso da ANED) mostra-se igualmente relevante para compreender o que estrutura o movimento *homeschooling* em termos críticos.

Dessa maneira, tomar partido de uma perspectiva interacionista significa, portanto, para além de apenas uma concepção da linguagem como objeto, que as práticas de linguagem – e conseqüentemente também de ensino-aprendizagem – vão partir da mesma compreensão de que a interação é elemento crucial na construção de competências discursivas.

Se consideramos como exposto até aqui que a linguagem implica uma atividade e uma forma de ação, logo podemos interpretar que ela apresenta um componente inerentemente pragmático, voltado para o fazer – de variados tipos, como o fazer saber, o fazer crer, o fazer sentir, o fazer pensar (Charaudeau, 2019) etc. –, que situa os diferentes membros de uma coletividade, de uma sociedade, no desafio de gerirem, em um jogo discursivo, os sentidos em regime de coconstrução e, claro, de negociação (Barbosa, 2015). Com efeito, a linguagem se constitui, por assim dizer, como uma ferramenta essencial na interação humana, desempenhando um papel fundamental nas relações intersubjetivas e na construção de sentidos sociais. Por meio dela, os integrantes da coletividade são capazes de, pelo poder da palavra, gerir informações complexas, negociar significados e compartilhar experiências.

Dessa maneira, a linguagem, em sua perspectiva interacional, coloca os sujeitos em uma condição de, pela liberdade da palavra, poderem negociar entre si os sentidos resultantes de um ato interacional e de negociarem aquilo que os separa, aquilo que é

problema e que motiva uma interação (Meyer, 2007), e, assim, constituírem quadros cenográficos e cenas de enunciação passíveis de uma análise discursiva (como veremos no próximo capítulo). Maingueneau (2015, p. 26) afirma que

[a] atividade verbal é, na realidade, uma *interatividade* que envolve dois ou mais parceiros. A manifestação mais evidente dessa interatividade é a troca oral, onde os interlocutores coordenam suas enunciações, enunciam em função da atitude do outro e percebem imediatamente o efeito que suas palavras têm sobre ele.

O linguista francês destaca a natureza interativa da atividade verbal, enfatizando que a comunicação não é um ato isolado, mas uma troca dinâmica entre interlocutores e intersubjetividades em diferentes instâncias discursivas. Essa interação pode ganhar maior evidência na oralidade, na qual os participantes ajustam seus discursos em função do outro, criando um fluxo de sentido que depende da colaboração mútua. No entanto, todo e qualquer ato enunciativo é interacional, como atesta Bakhtin/Volochínov (2004), independentemente se a interação ocorre de maneira síncrona, face a face (de modo verbal, oral ou escrito, ou mesmo de modo multissemiótico), ou de maneira assíncrona, virtual, quando um ato responde a um outro, ainda que ocorra em momentos diferentes no tempo e no espaço (Amossy, 2020).

Como atesta Maingueneau (2015), a perspectiva interacionista pressupõe que os sujeitos enunciam almejando causar um efeito no outro por meio de sua enunciação (um efeito, portanto, perlocutório e persuasivo). Nesse mesmo sentido, Koch (2008) vai considerar que, a partir do momento em que há uma interação, conseqüentemente há também uma finalidade a ser alcançada, uma maneira determinada de atuar sobre o outro, permitindo afirmar

[...] que o uso da linguagem é essencialmente argumentativo: pretendemos orientar os enunciados que produzimos no sentido de determinadas conclusões (com exclusões de outras). Em outras palavras, procuramos dotar nossos enunciados de determinada força argumentativa (Koch, 2008, p. 29).

Ao afirmar isso, a autora traz à luz o caráter persuasivo intrínseco ao uso da linguagem, destacando que a enunciação carrega uma intenção de direcionar o pensamento do interlocutor em direção a determinadas situações. Reitera ainda que a força argumentativa dos enunciados é uma construção deliberada, moldada pelo propósito do locutor e pelo contexto da interação. Por essa razão, tal visão permite compreender a

linguagem e a sua dimensão, a partir da intencionalidade, e em como ela atua sobre o outro.

É justamente dentro dessa perspectiva persuasiva que a ANED visa a alcançar o seu público-alvo em sua página oficial da internet, utilizando argumentos como a “autonomia educacional da família”, entre outros já acima mencionados, e brechas na lei para legitimar o seu discurso. Essa estratégia enunciativa busca criar uma conexão emocional com as famílias educadoras, tentando validar, de algum modo, a prática perante as críticas especializadas e os desafios legais no Brasil.

Ao usar a linguagem como ferramenta de persuasão, a associação direciona seus enunciados para fortalecer valores como liberdade de escolha, responsabilidade parental e o direito de decidir sobre a educação dos filhos. Desse modo, tais argumentos – que retoricamente podem assumir a forma de provas de persuasão distintas, como *ethos*, *pathos* e *logos* (aqui em especial o *ethos* como veremos no próximo capítulo) – são apresentados como uma tentativa de alcançar, talvez, uma maior adesão à causa do *homeschooling*, como veremos no capítulo de análise desta Dissertação.

Assim, ainda que essa pesquisa não tenha tido como objetivo analisar as estratégias pedagógicas de ensino *in loco* e não tenha como objetivo analisar os processos de interação durante esse tipo de aprendizado, ou ainda estudar casos de uso do *homeschooling*, sem dúvida alguma, a AD, interagentes sociais, relacionada aos conceitos teórico-pedagógicos aqui apresentados, deve ser considerada uma ferramenta crítica importante – como atesta Maingueneau (2015) – para compreender os discursos que estruturam os posicionamentos a respeito da problemática do *homeschooling* e que impacta – agora, sim, diretamente – em futuras políticas educacionais. Valer-se, portanto, de AD para tratar desse tema não é algo aleatório, porque, na verdade, a abordagem discursiva sobre a língua/linguagem parte do pressuposto de que os efeitos de sentido ocorrem no processo de interação. Assim, a enunciação está em todos os processos de manifestação linguística dos sujeitos e a sua análise nos permite compreender aquilo que lhes é estruturante.

Em suma, ao considerarmos tais reflexões acerca dos problemas da educação domiciliar e de todo processo que envolve a ANED, valendo-se da análise de estratégias discursivas e argumentativas para tanto veremos como a ANED constrói as suas imagens (as imagens de si), isto é, o conjunto de *ethé* que vai ser responsável por configurar essas estratégias na composição da cenografia enunciativa em seu *site*.

## CAPÍTULO III

### A CONSTRUÇÃO DE IMAGENS DE SI: OLHARES CRUZADOS SOBRE O *ETHOS* E A CENA ENUNCIATIVA

#### 3.1 O *ethos* retórico e as implicações discursivas para a enunciação

Os estudos sobre o *ethos* não são nada novos, remontam, na verdade, a uma tradição antiga, Clássica, com o desenvolvimento dos estudos da Retórica acerca dos sujeitos no discurso, de suas implicações na razão prática e nas ações em sociedade. Reconhecido como sistematizador da Arte Retórica, a *tekhné rhétoriké*, Aristóteles entendia o *ethos* como a prova discursiva por meio do “caráter moral do orador”, “quando o discurso é proferido de tal maneira que deixa a impressão de o orador ser digno de fé” (Aristóteles, 2012, 1356a, p. 13). O *ethos* é, para o mestre estagirita, uma das três provas por meio das quais um orador<sup>10</sup> consegue persuadir ou convencer<sup>11</sup> um auditório a crer em determinada tese que a ele se apresenta (Perelman; Olbrechts-Tyteca, 2005). As outras

---

<sup>10</sup> Devido à cultura oratória da Grécia Antiga, Aristóteles nomeou as partes interactantes de um discurso persuasivo como *orador*, o locutor, aquele que toma a palavra, e *ouvinte* (tomado também como *auditório*), que se assemelharia, na Linguística, à figura do interlocutor, aquele que recebe o ato interacional. Como trabalharemos nesta dissertação, sobretudo, com a perspectiva enunciativo-discursiva de Maingueneau (2008), mais à frente passaremos a adotar os termos *enunciador* e *coenunciador* para nos referirmos a essas duas instâncias enunciativas da interação, respectivamente. Como alguns diálogos serão feitos com a Retórica – sobretudo, na perspectiva de Amossy (2020), na forma como ela a relê pelas chaves da Análise do Discurso –, é possível que, em alguns momentos, certas retomadas de termos como *orador*, *auditório*, ou mesmo de forma geral *locutor/alocutário* (terminologia adotada por Ruth Amossy), possam ser eventualmente reintroduzidas de modo lateral, a fim de manter a fidelidade aos textos originais.

<sup>11</sup> Para Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005), há uma distinção entre *persuadir* e *convencer*: “Propomo-nos chamar *persuasiva* a uma argumentação que pretende valer só para um auditório particular e chamamos *convincente* àquela que deveria obter a adesão de todo ser racional [noção de auditório universal]” (p. 31). Persuadir seria, portanto, algo vinculado à ordem do individual, do idiossincrático, que se ancora em aspectos mais emocionais e particulares a um determinado auditório específico, enquanto convencer seria da ordem da razão e da prova e, como tal, daria conta da universalidade. Essa distinção parece perder sentido na evolução dos estudos retóricos tal como retomados pela AD, sobretudo pelo que afirma Ruth Amossy (2020), quando chama atenção para a existência, nessa distinção, muito mais de uma escolha política e teórica (buscando enaltecer a razão em detrimento da emoção) do que necessariamente uma diferença epistemológica e prática. No fim das contas, dirá a autora, persuadir é sempre um ato de convencer, o que pode ocorrer por meios racionais e/ou emocionais (ou ainda por meio de ambos, de forma híbrida).

duas provas seriam a do *pathos*, prova derivada da disposição dos ouvintes e a do *logos*, derivada do próprio discurso, da razão que se veicula pela linguagem, por meio do que parece o discurso demonstrar.

É importante ter em mente que essas três provas retóricas agem em conjunto na constituição do sentido persuasivo. Meyer (2008) chama a atenção para a existência entre tais provas – as quais ele chama de *dimensões* – de uma interdependência, o que faz o retoricista belga nominar tal condição como uma *unidade tridimensional* (*ethos*, *pathos* e *logos*). Isso implica dizer que a persuasão nunca é atividade centrada no resultado de apenas um tipo de prova – como se apenas as disposições afetivas, o *pathos*, fossem dela responsáveis, ou que o *logos*, ou mesmo o *ethos*, separadamente pudessem ter um efeito isolado, mas antes é a persuasão o resultado da interação de estratégias discursivas e argumentativas diversas que passeiam por essas três dimensões, ou seja, que se apresentam, na maior parte das vezes, em mais de uma prova retórica concomitantemente e que, ao fim, constituem (ou não) o saldo persuasivo.

No entanto, por questões didáticas e científico-exploratórias, é sempre possível tomar uma dessas dimensões como foco para pensar, de modo direcionado, quais os efeitos particulares de sua ação no jogo do discurso, que é o que faz Amossy (2020) em seus estudos, nos quais afirma que é possível sustentar que o *ethos* possui sua particularidade na forma como um orador constrói imagens de si (a partir de imagens do outro) a fim de persuadir. Isso ocorre porque um sujeito, quando se põe a comunicar algo em sociedade, o faz sempre movido por um projeto de intenção (parcialmente consciente), um querer agir sobre o outro, um querer fazê-lo sentir algo, um querer fazê-lo pensar de um determinado modo etc. Essa realidade interacional da linguagem evoca, portanto, a ideia de que esse agir sobre o outro por meio do discurso prevê uma estratégia por parte desse sujeito da locução – chamado por Maingueneau (2005, 2015, 2020), como veremos, de *enunciador* – para que o outro (*coenunciador*) adote a sua forma de compreensão do mundo. O agir sobre o outro parte, por assim dizer, de uma construção de comunicabilidade a partir dos efeitos de sentido sobre como os sujeitos representam o mundo, como entendem os sentidos que os circundam por meio da linguagem, assim, se na Retórica o foco estava no enunciador e nas potencialidades retórico-discursivas para o orador, na AD esse “*ethos*” inscreve-se, sobretudo, no dizer e nos efeitos de sentido que emanam da interação, pois é nela que o sujeito enunciador deixa marcas linguísticas que permitem compreender a imagem de si construída para o outro a fim de levar a adesão, ou não, de seu discurso.

Amossy (2020), em sua retomada da Retórica a partir dos estudos discursivos, empreende semelhantemente sua forma de ler o dispositivo de enunciação. Para ela, em uma interação comunicativa qualquer, um *eu* fala sempre para um *tu*, podendo tais instâncias cobrir a singularidade de um indivíduo que fala para um outro ou mesmo de coletividades que assumem a instância locutária – o mesmo que enunciador para Maingueneau (2005, 2015, 2020) – e que se direcionam a uma outra coletividade como instância alocutária (Amossy, 2020), para referenciar o interlocutor. Isso ocorre porque, em um discurso, não interessam tanto as pessoas reais (de carne e osso) que porventura produzam o ato linguageiro, mas sim a apropriação, no discurso, de um *eu* que, ao fazê-lo, assume a responsabilidade do dizer e configura suas possibilidades enunciativas, construindo também determinados efeitos enunciativos (efeitos de sentido).

Na releitura da analista do discurso, o dispositivo de enunciação começa pela compreensão da relação interlocutiva de base, isto é, de um locutor (individual, coletivo, institucional<sup>12</sup> etc.) que se dirige a um interlocutor (alocutário), cuja natureza e características são inerentes à própria produção do sentido persuasivo, na medida em que, para a retórica, todo orador (locutor/enunciador) leva em consideração o seu auditório (interlocutor/alocutário/co-enunciador) para construir o discurso.

Importa ressaltar, no entanto, que Amossy (2020) entende a interação de modo *dialógico* (nos moldes bakhtinianos) e não apenas *dialogal*. Isso porque nem sempre a troca argumentativa ocorre de maneira sincrônica, face a face (seja de modo presencial, seja remoto) – como em uma interação dialogal, com turnos de fala –, mas é muito comum que ocorra de modo virtual, isto é, em uma projeção interacional possível, independentemente do momento em que ocorra (sincrônica ou assincronamente). Isto é, em um site como o da ANED, há uma interação argumentativa em funcionamento, ainda que o interlocutor dessa argumentação não esteja sincronicamente presente, no mesmo momento da enunciação. Tais discursos empreendidos nessa interação podem, no entanto,

---

<sup>12</sup> Falaremos mais apropriadamente sobre isso no fim deste capítulo.

impactar de variados modos (concordante, discordante etc.) em momentos posteriores e sem a necessidade de presença de um interlocutor real no processo dialogal. Trata-se, nesse sentido, de uma interação *dialógica*, visto que todo discurso, de alguma maneira, responde a outro, seja efetivamente respondendo-o (comentando-o), concordando com ele ou ainda com ele polemizando etc.

Essa perspectiva está também presente na compreensão de Eemeren *et al.* (1996 *apud* Amossy, 2020, p. 53), para quem

[...] a argumentação endereçada a um interlocutor único ou a um leitor deve ser considerada parte de um diálogo, mesmo que o outro adote uma atitude passiva e nada responda [...]. Mesmo diante de um auditório totalmente impassível, o argumentador, procurando ter sucesso, antecipará os contra-argumentos possíveis e tentará levantar as objeções presumidas.

Assim, uma interação argumentativa, nestes termos – em que se tem apenas uma projeção do interlocutor/alocutário (auditório) – exige do locutor (orador) a construção de imagens, tanto de si quanto do outro, que sejam convergentes com as imagens projetadas do auditório.

Nessa perspectiva, haveria, como dissemos acima, um *ethos efetivo* (resultante da interação efetiva) e um *ethos projetivo* (ou imanente, que emana do auditório como um *a priori*) (Meyer, 2007), que jogam com a defasagem entre as imagens produzidas no discurso pelo locutor (orador) e pela sua recepção por parte do alocutário (auditório): “Tanto o orador quanto o auditório projetam no outro uma imagem *a priori*, que não corresponde forçosamente à realidade” (Meyer, 2007, p. 51). Há, de igual modo, um *pathos projetivo* que se refere à projeção que o orador faz do auditório (como essa imagem surge como reflexo): “O orador ou *éthos efetivo* imagina um auditório ou *páthos* que é uma projeção dessa efetividade” (Meyer, 2007, p. 52).

Ora, o jogo persuasivo está, por parte do locutor/orador, em justamente efetivar ao máximo (ou, ao menos, ter controle sobre isso) as imagens por ele projetadas (de si e do interlocutor/auditório) com as imagens dele mesmo projetadas pelo auditório. Essa é a função, no fim das contas, do *logos*, porquanto se pretende – na maior parte das vezes – extinguir tais eventuais distâncias ou problemas existentes entre os integrantes de uma interação argumentativa, pelo discurso, a fim de lograr a adesão.

Assim, é importante compreender que tal construção de imagens (de si e do outro) é fundamental na configuração do dispositivo de enunciação em uma perspectiva retórico-discursiva. Isso porque tais imagens construídas são representações (podendo ser

mais ou menos ajustadas à realidade) do conjunto daqueles a quem o orador visa a influenciar, este sendo, a propósito, o conceito de “auditório”, como vimos, na perspectiva de Perelman e Olbrecht-Tyteca (2005).

Amossy (2020), ao retomar a abordagem de Jean-Blaise Grize (em sua obra *Logique et Langage*, de 1995), afirma que o locutor/orador deve construir uma representação daquele a quem se dirige e deve imaginar “a maneira pela qual ele percebe e compreende o tema tratado” (p. 56-57). Tais representações são, nesse sentido, advindas da *doxa* ambiente, isto é, do conjunto de crenças e valores de um determinado grupo e que vai impactar na forma como tal grupo compreende a realidade social (Seixas, 2024). É exatamente nesse sentido que a Amossy encaixa a sua perspectiva de *ethos*, ultrapassando uma mera compreensão “moral” dessa dimensão retórica, passando a entendê-la como a “imagem que o orador constrói de si em seu discurso, com o objetivo de contribuir para a eficácia de seu dizer” (Amossy, 2020, p. 79) e para a conformação desse dizer com as expectativas do seu alocutário.

De modo relativamente semelhante, Meyer (2017, p. 25) fornece uma concepção de retórica bastante coerente com essa perspectiva, quando afirma ser a retórica “a negociação da diferença entre os indivíduos sobre uma questão dada”. Por esse lado, dentro da sua perspectiva “retórico-negociativa” (chamada por ele de “retórico-problematológica”), o *ethos* seria a construção, por parte desse sujeito, de uma imagem de si (a partir da imagem que projeta do outro) *digna de fé*, isto é, crível o suficiente para ser acreditada e aceita pelo interlocutor, ser tomada como verdade e ser partilhada por este como a melhor forma de compreender determinada realidade (de um modo que não se compreendia anteriormente, ao menos não da mesma forma). Afirmer isso é o mesmo que dizer que o sentido apenas existe se ambas as partes da interação concordarem, se ambas estiverem de acordo sobre como se representa uma determinada realidade.

É possível tornar ainda mais complexa a compreensão do que seria ser *digno de fé*, na retórica, na medida em que as imagens projetadas pelo sujeito que comunica, o locutor (orador, nos termos retóricos), carece de aprovação e consenso do interlocutor, de modo que o orador vê-se na condição de prever como o seu auditório (interlocutor) pode vir a interpretar a sua imagem (ou seja, a imagem do orador), quais as representações que esse auditório faz sobre a sua pessoa, sobre os lugares sociais dos quais faz parte, sobre as crenças e as ideologias que julga ter o orador. Esse complexo fenômeno faz Meyer (2008) salientar que a negociação de sentidos em uma interação retórica é também uma projeção do orador.

Dito de outra maneira, o orador projeta um *ethos*, uma imagem de si, buscando ser “o ponto final do questionamento” (Meyer, 2017, p. 35), porque, para o filósofo, o orador é “alguém que deve ser capaz de responder às perguntas *que* suscitam debate e que são aquilo *sobre o que* negociamos” (p. 34), isto é, o orador “como princípio de autoridade” (p. 35). O autor divide, assim, o *ethos* em *ethos projetivo* – aquele que ele projeta ao auditório, aquela imagem de si que ele veicula e que pretende que seja credível para que a sua mensagem seja acreditada como verdadeira – e o *ethos efetivo*, que é aquele resultante da interação com o auditório, a saber, resultado de como a sua imagem *efetivamente* é compreendida pelo interlocutor. A projeção pode ser bem-sucedida ou não, o que vai implicar diretamente no saldo – se positivo ou negativo – de uma negociação retórica e discursiva.

Amossy (2020), em sua retomada da retórica a partir dos estudos discursivos, empreende semelhantemente sua forma de ler o dispositivo de enunciação. Para ela, em uma interação comunicativa qualquer, um *eu* fala sempre para um *tu*, podendo tais instâncias cobrir a singularidade de um indivíduo que fala para um outro ou mesmo de coletividades que assumem a instância elocutiva e que se direcionam a uma outra coletividade como instância alocutária (como já acima dito, esse é o termo usado por Amossy para referenciar o interlocutor). Na releitura da analista de discurso, o dispositivo de enunciação começa pela compreensão da relação interlocutiva de base, isto é, de um locutor (individual, coletivo, institucional<sup>13</sup> etc.) que se dirige para um interlocutor (alocutário), cuja natureza e características são inerentes à própria produção do sentido persuasivo, na medida em que, para a retórica, todo orador (locutor) leva em consideração o seu auditório (interlocutor/alocutário) para construir o discurso. Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 6), no clássico *Tratado da argumentação*, afirmam que “é sempre em função do auditório que uma argumentação se desenvolve”. Sendo assim, o dispositivo de enunciação do discurso, em uma perspectiva retórico-discursiva, inicia-se pela

---

<sup>13</sup> Falaremos mais apropriadamente sobre isso no fim deste capítulo.

compreensão de quem são essas partes estruturantes de uma situação de discurso e, em segundo momento, em como tais partes constroem os elementos discursivos e argumentativos da interação.

De igual modo, Maingueneau (2020) constrói sua análise do discurso de cunho enunciativo também influenciado, em grande parte, pelos contributos da retórica. O *ethos* é uma das categorias por ele retomada, mas o analista de discurso o compreende a partir de três possíveis dimensões: categorial, experiencial e ideológica. A dimensão *categorial* envolve papéis discursivos (*ethos* de instituição, por exemplo) e estatutos extradiscursivos (*ethos* da família, por exemplo); a dimensão *experiencial* engloba características psicossociológicas, como estereótipos ou imagens cristalizadas, partilhadas no imaginário social e na *doxa* (*ethos* de acolhimento etc.); a dimensão ideológica, por sua vez, remete a posicionamentos no interior de um campo discursivo (*ethos* conservador, *ethos* de direita etc.). Tais dimensões contribuem para a natureza das imagens de si criadas por um locutor (nos termos deste autor, como veremos, por um “enunciador”), qualquer que ele seja. Essas dimensões se tornam possíveis de serem identificadas porque, no discurso – por meio da enunciação – o locutor deixa marcas que desvelam, ao menos em parte, o seu projeto persuasivo e, conseqüentemente, as imagens que pretende projetar para o interlocutor a fim de que nelas creia.

Com efeito, essa perspectiva já está presente nos trabalhos da linguista Catherine Kerbrat-Orecchioni (1997). Para a autora, tais imagens são acompanhadas das marcas verbais (de modo extensivo, também das marcas multissemióticas) que o locutor propõe ao parceiro da interlocução. Maingueneau (2008), de igual modo, compreende essa construção por meio da apropriação do conceito de *ethos*. Embora o linguista não construa uma concepção própria de *ethos*, ele se ancora naquela desenvolvida por Barthes (1970), para dizer que são “os traços de caráter que o orador deve mostrar ao auditório (pouco importa sua sinceridade) para causar boa impressão: são os ares que se assumem ao se apresentar [...] o orador enuncia uma informação, e ao mesmo tempo diz: eu sou isto, eu não sou aquilo” (Barthes, 1966, p. 212 *apud* Maingueneau, 2005, p. 98). A partir desse conceito, Maingueneau (2005, p. 98) compreende – estendendo a problemática do *ethos* também para o texto escrito – que todo texto possui,

[m]esmo quando o denega, um tom que dá autoridade ao que é dito. Esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do corpo do autor efetivo). A leitura faz então emergir uma instancia subjetiva que desempenha o papel de fiador do que é dito.

O fiador, um dos conceitos centrais na perspectiva de Maingueneau (2005), é uma construção do interlocutor a partir de indícios textuais de diversas ordens, pelos quais se atribuem a ele um caráter e uma corporalidade. O caráter tem a ver com os traços psicológicos do enunciador, ou seja, são traços de personalidade que o enunciador, por meio do discurso, utiliza para obter a adesão do seu co-enunciador. Por outro lado, a corporalidade corresponde a uma “compleição corporal, mas também a uma maneira de se vestir e se movimentar no espaço social. O *ethos* implica, com efeito, uma disciplina do corpo apreendido por intermédio de um comportamento global” (Maingueneau, 2005, p. 98-99). Assim, é a partir dessa corporalidade que o enunciador tenta validar o seu discurso por meio das próprias ações, refletidas no modo de falar, de se vestir etc.

Como afirma Amossy (2020), é preciso pensar tal problemática a partir da constatação de que, no discurso, “o enunciador deve se conferir, e conferir a seu destinatário, certo *status* para legitimar o seu dizer: ele se outorga no discurso uma posição institucional e marca sua relação com um saber” (Amossy, 2008, p. 16). Dessa maneira, é possível pensar que, para além da corporalidade, existe, de modo mais amplo, a construção de imagens de si e do outro, no e pelo discurso, por parte dos interlocutores em uma interação (real ou virtual), qualquer que seja o tipo de locutor, se individual, se coletivo (formado por um grupo de pessoas ou mesmo por uma instituição).

Por essa perspectiva, é também possível pensar nas imagens que uma instituição, uma empresa, por exemplo, uma associação, organização etc., constrói de si e do seu interlocutor/auditório, do grupo daqueles a quem pretende persuadir. Maingueneau (2023), a propósito, atualiza sua compreensão sobre o assunto ao se questionar sobre os desafios que a internet traz para o estudo sobre o *ethos* discursivo. Ele vai dizer que podemos

[...] distinguir enunciados focados na produção de um *ethos* e aqueles em que o *ethos* não está no foco da atenção do produtor. Assim, no caso de anúncios de *sites* de relacionamento, o *ethos* discursivo é o próprio objetivo do enunciado, que visa a mostrar a personalidade do enunciador (Maingueneau, 2023, p. 9318, grifos do autor)

O que Maingueneau (2023) discute no texto acima põe em vista a problemática sobre o foco do *ethos* na internet, especificamente em *sites*. No exemplo dado – de anúncios de *sites* de relacionamento –, ele afirma que esse *ethos* é construído com o intuito de mostrar a personalidade do enunciador, sendo, de tal modo, o *ethos* discursivo o próprio objetivo do enunciado. Por um lado, no caso do *site* da ANED, esse foco pode

estar dividido em naturezas diversas, uma vez que a página da associação tem um caráter institucional, podendo, em boa parte das vezes, sobrepor um *ethos* coletivo, mas sem deixar, de certo modo, as características de um *ethos* pessoal. Por outro lado, existe também o que Maingueneau (2023) chama de *ethos* de marca, que é justamente quando se cria uma identidade para se relacionar com a marca evidenciada. A ANED, por mais que se enquadre majoritariamente como um *site* institucional, não deixa de lado essa característica do *ethos* de marca, uma vez que, a todo momento, tenta vender essa imagem de “representante oficial da educação domiciliar no Brasil” e, por conta disso, consequentemente, acaba se tornando também um meio comercial, ao vender os materiais relacionados ao ensino domiciliar.

Em continuidade, Maingueneau (2023), ao discutir sobre as diferentes fontes enunciativas, apresenta duas visões a respeito do *ethos*: a *saliência* e o *apagamento*. A *saliência*, como o próprio nome pressupõe, evidencia o *ethos*, projetando-o de maneira clara. Já o *apagamento*, diferente da *saliência*, está relacionado aos *sites* institucionais e que desaparecem ao navegar pela página, pois, segundo Maingueneau (2023, p. 9321), “[...] a fonte desaparece por trás do gerenciamento dos percursos dos usuários”. Nesse sentido, o que fica explícito ao navegar em um *site* institucional, como o da ANED, é a presença de um meta-enunciador, cujas características não se enquadram a um enunciador apenas, pois, à medida que as seções de um *site* são visitadas, ao enunciador de cada módulo é atribuído um meta-enunciador, responsável por todo o *site* (Maingueneau, 2023).

Desse modo, poderíamos afirmar a existência de um *ethos* da ANED (ou, na verdade, um conjunto de *ethé*) que constitui as imagens de si para buscar a adesão do seu auditório (coenunciador) acerca da efetividade do *homeschooling* e da condição da associação em ser a instituição responsável por promovê-lo no Brasil, ou seja, ao mesmo tempo construir um *ethos* institucional e um *ethos* de marca.

Compreender a forma como um *ethos* se configura em uma interação é uma das etapas da análise enunciativo-discursiva proposta por Maingueneau (2005, 2008, 2015, 2020). Veremos que o autor lida com o conceito dentro da sua categoria de *cenografia*, mas apenas é possível compreender suas implicações a partir, antes, de um entendimento sobre o quadro global de uma enunciação, isto é, da *cena enunciativa* de modo mais geral, o que nos leva a pensar tanto a *cena englobante* quanto a *cena genérica* como componentes cruciais para a configuração dos sentidos no site da ANED, das imagens de si que ela projeta enquanto instituição, para produzir uma *cenografia* como estratégia de

persuasão. Vejamos, nas próximas seções, alguns pormenores sobre tais categorias para que, na sequência, desenvolvamos considerações a respeito do *ethos institucional* da ANED e sua configuração discursiva.

### 3.2 As cenas da enunciação

As cenas de enunciação, nas hipóteses de pesquisa e concepções de Maingueneau (2005, 2006, 2008, 2015), são compostas pela *cena englobante* (referente ao tipo de discurso), pela *cena genérica* (referente ao gênero mobilizado na enunciação) e pela *cenografia* (referente à maneira como a fala é encenada em um texto). Tais cenas constituem uma espécie de validação do discurso, na medida em que demonstra que todo discurso pretende convencer ao fazer reconhecer a cena de enunciação que ele impõe e por intermédio da qual se legitima (Maingueneau, 2006).

De acordo com Maingueneau (2008), o texto não existe para ser contemplado, ele é um ato enunciativo direcionado a alguém, ou seja, a um coenunciador. Para ele, é preciso que este coenunciador seja levado a um “certo universo de sentido” por meio de quem enuncia e que, mediante a sua fala, consegue transpor um *ethos* com o qual o leitor vai se identificar no decorrer do seu enunciado. Assim, ressaltemos, o linguista francês afirma que o *ethos*

[...] recobre não somente a dimensão vocal, mas também o conjunto das determinações físicas e psíquicas atribuídas pelas representações coletivas à personagem do orador. O “fiador”, cuja figura o leitor deve construir com base em indícios textuais de diversas ordens, vê-se, assim, investido de um caráter e de uma corporalidade (Maingueneau, 2008, p. 72).

O conceito de “fiador” utilizado aqui outra vez se refere, segundo a perspectiva do autor, ao enunciador, o qual, “por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado” (Maingueneau, 2005, p. 99), ou seja, é uma instância subjetiva que garante (daí o termo original em francês *garant*) a confiabilidade do texto, e a ele são atribuídos um caráter e uma corporalidade. Como acima mencionado, o caráter tem a ver com os traços psicológicos atribuídos ao fiador, enquanto a corporalidade se refere ao conjunto somativo de ações, tais como a forma como o enunciador se veste, bem como o seu movimento; é também uma “compleição corporal”. Ao fiador, ainda, é incorporado o “tom”, cuja finalidade é

transmitir autoridade ao que é falado. Ele é o modo como o enunciado é transmitido, tanto em sua forma oral, como escrita. Logo, Maingueneau (2005, p. 98, grifos do autor) esclarece que “esse tom permite ao leitor construir uma representação do corpo do enunciador (e não, evidentemente, do *corpo* do autor efetivo). A leitura faz, então, emergir uma instância subjetiva que desempenha o papel de **fiador** do que é dito”.

Para que o enunciador possa colocar em prática o seu discurso, é necessário, a princípio, um lugar onde ele consiga construir um cenário de acordo com a sua finalidade. O pesquisador vai chamar esse cenário de “cenas de enunciação”, composto, como vimos, pelos três tipos de *cenas*, dos quais dois compõem o quadro cênico do texto, a “cena englobante” e a “cena genérica”, e um terceiro tipo, o da “cenografia”. É o quadro cênico “que define o espaço estável no interior do qual o enunciado adquire sentido – o espaço do tipo e do gênero do discurso” (Maingueneau, 2005, p. 87). Nesse sentido, a *cena englobante* corresponde ao tipo de discurso, ao domínio discursivo, se este é de cunho político, religioso, publicitário, entre outros. Nascimento e Carreira (2013, p. 70, grifo dos autores) afirmam que

[o]s discursos produzidos num mesmo contexto de uma instituição ou comunidade constituem, por sua vez, as ordens discursivas. Tais ordens são tipos de discursos que, definidos social e temporalmente, circulam interna e externamente em determinada instituição ou comunidade, dialogando também com textos de outras ordens discursivas, em um processo que chamaremos de *interdiscursividade*.

Essa *interdiscursividade* discutida por Nascimento e Carreira (2013) parte da noção de Maingueneau (2008) de que o discurso tem um caráter processual e está organizado em camadas. No caso do discurso da ANED, temos um domínio híbrido de tipo instrucional/educativo e político, sem deixar de compreender também o domínio propagandístico, visto que busca vender uma ideia, constituir uma propaganda institucional de uma forma de fazer educação básica no Brasil. Ao mesmo tempo, é também um discurso político – em termos mais gerais – porque evoca questões sensíveis e polêmicas a respeito de debates sociais, como o da educação básica, e que incitam embates perenes sobre o lugar da educação, sobre as melhores práticas, questões que, em maior ou menor medida, tangenciam pontos políticos e ideológicos importantes. Por essa razão, discursos dessa espécie tornam-se pauta de grande interesse dos grupos de poder. O caráter híbrido, por assim dizer, apenas testifica a complexidade do tema e aponta para a necessidade de deslindar os desdobramentos dessa discussão.

A *cena genérica*, por seu turno, refere-se ao gênero de discurso, e é representada por uma realidade tangível, tais como um folheto, uma aula e até mesmo uma página da internet institucional, que é o nosso caso neste trabalho. Maingueneau (2015, p. 120, grifos do autor) afirma que “[a]s cenas *genéricas* funcionam como normas que suscitam expectativas” e que estão associadas a “uma ou mais finalidades”, a “um lugar apropriado para o seu sucesso”, a “um suporte”, a “um uso específico de recursos linguísticos” (p. 122-122) etc.

Segundo Maingueneau (2010, p. 132), ao analisar os gêneros discursivos modernos e as suas composições, “[...] a Web não é apenas o lugar onde aparecem novas formas de genericidade: ela transforma as condições de comunicação, o que se considera gênero, e a própria noção de textualidade”. O linguista ainda segue afirmando que “[a] concepção clássica de gênero, que não leva em consideração a *internet*, foi estruturada por uma dupla hierarquia: a hierarquia dos suportes materiais e a hierarquia dos componentes da cena de enunciação” (2010, p. 132, grifos do autor). Segundo ele, a internet é um ambiente onde “as unidades comunicacionais são da mesma ordem”. O *site* é exatamente isso, unidades comunicacionais de iconotextos, agrupados em páginas da internet. Maingueneau (2015) explica que esses iconotextos são imagens que aparecem em um *site* e que podem constituir-lo como “um conjunto de imagens na tela (p.162). Em um estudo mais recente, Maingueneau (2023, p. 9316, grifos do autor) afirma que

[o]s *sites* se dividem em grandes categorias, como “*sites* de comércio”, “blogs”, “*sites* de informação” etc., que não possuem as características de gêneros discursivos, mas sim de hipergêneros, dentro dos quais se desenvolvem cenografias muito variadas. O principal problema dos que desenvolvem e administram os *sites* é definir escolhas em matéria de encenação da enunciação, mobilizando tanto recursos verbais e multimodais (imagem fixa, em movimento, som) quanto operações hipertextuais.

Isto posto, em um hipergênero como os *site*, caracterizado por sua complexidade estrutural e pelo caráter heterogêneo de apresentação, é possível identificar diversas cenografias (como no *site* da ANED). Essa diversidade acontece por causa da construção da enunciação, que combina diversos recursos verbais, elementos multimodais, como imagens, sons, vídeos, operações hipertextuais etc., que permitem uma interação não linear entre os conteúdos da página. Tudo isso demonstra que a cena englobante, a cena genérica e a cenografia nesses ambientes são instáveis e passíveis de maior pluralidade.

Sendo assim, ressaltamos que a relação instituída numa página de internet está muito mais centrada no modo de dizer, isto é, na cenografia, do que dependente das

restrições constitutivas a um gênero definido. É claro que há, na página, elementos compósitos<sup>14</sup> (Paveau, 2021) e tecnológicos importantes de serem observados (como um botão de inscrição para assinatura de um pacote logo após ter sido apresentado a uma proposição etc.) e que, de certa maneira, dizem respeito à organização do gênero digital, em sua característica multimodal, multissemiótica e, para fazer referência ao conceito de Paveau (2021), a sua natureza *relacional*. No entanto, figura como mais importante, nesse tipo de situação comunicativa, a forma como o locutor/enunciador mobiliza o discurso para gerar determinados efeitos de sentido, em especial por meio da construção de *ethé* credíveis e alinhados às representações imaginárias concernentes a um interlocutor/auditório projetado.

Ainda a respeito da cenografia, importa dizer que ela é produzida pelo próprio texto e que o enunciador, “por meio da enunciação, organiza a situação a partir da qual pretende anunciar” (Maingueneau, 2015, p. 123). É por meio dela que o enunciado será validado, estabelecendo uma relação de dependência em que este deverá validá-la na mesma proporção, a fim de que a cenografia esteja de acordo com o propósito enunciativo. Sobre essa última, Maingueneau (2005, p. 87-88, grifos do autor) reforça que

[a] cenografia implica [...] um processo de *enlaçamento paradoxal*. Logo de início, a fala supõe, que, na realidade, vai sendo validada progressivamente por intermédio da própria enunciação. Desse modo, a cenografia é *ao mesmo tempo a fonte do discurso e aquilo que ele engendra*; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la, estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém, segundo o caso, a política, a filosofia, a ciência, ou para promover certa mercadoria.

É possível, então, perceber que a cenografia permite que um tipo de discurso se desenvolva de diversas maneiras. Maingueneau (2015) evoca o exemplo de que um

---

<sup>14</sup> A noção de elementos *compósitos* aqui é tomada como um resultado de múltiplas semioses configurando um gênero ou um subgênero, algo muito comum no discurso digital, como atesta a linguista Marie-Anne Paveau (2021).

romance pode apresentar várias cenografias, seja ele por meio de um diário íntimo, de um relato de viagem, de uma conversa ao pé do fogo, ou mesmo por uma correspondência amorosa. Dado isso, compreende-se que a cenografia, no que se refere à sua legitimação, não se constitui somente como um cenário; ela vai se adaptar, por intermédio da enunciação, ao público, às motivações pragmáticas, com a finalidade de validar aquilo sobre o que se fala.

Dessarte, a cenografia e o *ethos* constroem e legitimam a enunciação, na medida em que não é só o universo cenográfico dado pelo discurso que constitui o sentido, mas este é também possibilitado por meio do *ethos* transmitido pelo enunciador ao coenunciador e que remete a uma maneira de ser de um corpo investido de valores socialmente especificados (Maingueneau, 2005). O corpo mencionado pelo linguista remete não a um corpo efetivo do autor, mas ao do enunciador, o qual pode apresentar-se individualmente ou coletivamente, ainda que o corpo coletivo seja institucional, como é o caso aqui em tela.

A ANED, por exemplo, busca constituir em sua *página da internet* (em seu *site*) – principal meio de informação da associação – um corpo institucional, formado por um grupo de famílias, com a finalidade de persuadir o leitor dos benefícios do *homeschooling* a partir da construção de diversos *éthé* direcionada ao co-enunciador.

É justamente, aqui, que buscamos compreender, para este trabalho, como se desenvolve o *ethos* institucional da ANED (ou melhor, o conjunto de *éthé*), ao menos da forma como ele é construído em sua página. Nesse sentido, torna-se necessário analisar não só as cenas de enunciação da página, mas como, a partir disso, o *ethos* institucional se configura, uma vez que se coloca, como dito, como produto de diversos outros *éthé*, estrategicamente engendrados pelo enunciador, com vistas à persuasão pretendida, a saber, de que o *homeschooling* é algo urgente e necessário para a sociedade brasileira e, por isso, deveria ser legalizado.

### **3.3 Algumas breves palavras mais sobre a metodologia de análise**

Como apresentado na **Introdução**, esta dissertação adota uma abordagem metodológica qualitativa, focada na análise discursiva de algumas partes do site da ANED (corpus da pesquisa), utilizando as categorias de análise preconizadas nos capítulos iniciais: das categorias enunciativas (cenas da enunciação – cena englobante, cena genérica, e cenografia) propostas por Dominique Maingueneau (2005, 2010, 2015), e do

*ethos*, a partir de (Maingueneau (2005, 2008, 2010, 2015), Amossy (2008, 2020) e Meyer (2008), somando a elas categorias dos estudos interacionistas de Vygotsky (1991) e Figueiredo (2019). A metodologia combina um método descritivo e analítico-interpretativo, procedimento híbrido bastante comum nos trabalhos de análise do discurso, pela própria heterogeneidade teórica da disciplina, no já reconhecido encontro que nela se faz entre os campos da sociologia, da linguagem, da filosofia, da história, das ciências políticas, da psicanálise (nas vertentes iniciais, sobretudo) e mesmo da psicologia (em vertentes mais atuais), das ciências sociais e humanas, de modo geral. Charaudeau (2011) afirma que, nas ciências humanas, algumas disciplinas

privilegiam estudos de campo que seguem um método descritivo-empírico (sociologia, antropologia), outras privilegiam procedimentos experimentais (psicologia social), outras, análises a partir de arquivos ou a partir de *corpora* organizados com procedimentos mais ou menos sistemáticos de coleta e tratamento do material semiológico reunido (história, ciências da linguagem) (Charaudeau, 2011, p. 3)

Ora, embora o autor afirme que as ciências da linguagem se coloquem, portanto, como disciplinas de *corpus*, pela própria natureza de trabalho com dados observáveis reunidos e organizados pelo pesquisador (e este é, igualmente, o nosso caso), não podemos deixar de considerar que tais dados não se encontram isolados, fora de condições de produção que lhe são não apenas constituintes, estruturantes, mas até condicionantes. Cabe, aqui, a velha indagação foucaultiana sobre algo ser de um certo modo e não de um outro qualquer em determinadas circunstâncias. Tais questões são sintomáticas de um estado social de coisas que deve ser levado em conta em uma análise do discurso, em uma disciplina que tem como método principal uma hermenêutica necessariamente histórica e social. Não há análise do discurso que dispense a observação de tais aspectos, posto que estamos falando da constituição de sentido, ou, ao menos, de potenciais de sentido, de *possíveis interpretativos* – como assinala Charaudeau (2019), e que se constrói na interpretação sistemática (a partir de determinado método) de fatos e eventos históricos.

Isso implica afirmar que, para além de uma disciplina de *corpus*, cujo método tende a ser o de descrever os observáveis, ou de analisar os fenômenos que ocorrem com os dados observados, a análise do discurso – como o entremeio entre diferentes campos e epistemologias das ciências sociais e humanas – vale-se, também, de métodos analíticos e interpretativos, hermenêuticos, a fim de, ao mesmo tempo em que *descreve* o material coletado, também o *interpreta* o sentido apreendido do acontecimento do *corpus*, ou do

fenômeno que o *corpus* faz imergir, *analisando* as possíveis razões de sua ocorrência, as razões da forma de sua ocorrência, os sentidos irrompidos historicamente a partir de um determinado recorte, diacrônico ou sincrônico.

A posição de Charaudeau (2011) diante desse campo heterogêneo é que o trabalho com o discurso pode variar, metodologicamente, a partir da natureza principal de suas problemáticas, podendo ser: a) *cognitiva/categorizante*, em que o foco está em captar a existência de um conjunto de mecanismos discursivos “e seu modo de combinação no interior de uma produção discursiva qualquer, ou de descrever como é que se dá o seu funcionamento, e particularmente seu modo de produção” (p. 9); b) *comunicativa/descritiva*, de natureza empírica e pragmática, cujo foco está em observar os comportamentos comunicativos e as características da situação comunicativa, como “identidade dos locutores, finalidade, dispositivo” etc. (p. 9); e c) *representativa/interpretativa*, que se orienta para uma pesquisa em que se busca aventar “hipóteses de representações sócio-discursivas que se supõem dominantes num dado momento da história de uma sociedade [...], e que caracterizam um determinado grupo social” (p. 9).

Como vemos até o momento, e como ainda mais perceberemos ao lançarmo-nos na análise do *corpus*, o nosso objeto em tela mobiliza questões atinentes sobretudo aos dois últimos tipos de problemáticas, na medida em que nos interessa tanto pensar a configuração comunicativa e pragmática das possíveis interações (ainda que virtuais) da ANED a partir de seu *site*, como também descrever a situação comunicativa, a identidade dos locutores/enunciadores, a finalidade (e as estratégias potenciais do projeto de influência) e, claro, o dispositivo em que ocorre a comunicação. A questão do dispositivo, como sabemos, nos é claramente muito caro, em especial porque entendemos ser o aparato digital, assim como defende Paveau (2021), não um suporte em que o discurso canônico dos meios não digitais passaria a explorar (nesse sentido, teria uma papel nulo), mas antes é o próprio digital e suas implicações que passam a orientar as formas de sentido possíveis na análise, por exemplo, de um *site*. O já aqui mencionado “desafio” de lidar com *hipergêneros* – lembra-nos Maingueneau (2015) – se dá muito devido às características fluidas, inerentes à digitalidade, que exige uma mudança de trato com a análise porque, na verdade, é a própria constituição de sentido que muda.

Ademais, esta pesquisa apresenta, ainda muito mais evidentemente, uma problemática *representacional/interpretativa*. Como acima dito, o método que busca recortar o objeto a partir dessa problemática evidencia a existência de hipóteses lançadas

pelo analista sobre os posicionamentos sociais (ideológicos e culturais, portanto) dos sujeitos, sobretudo em sua relação com as práticas discursivas e com os tipos de sujeitos que se acham interligados a esses posicionamentos e práticas (Charaudeau, 2011, p. 11). É exatamente pelo fato de ser uma formulação de hipóteses que consideramos tal postura como *interpretativa*. A análise do discurso, entretanto, não concebe a *análise* como uma mera interpretação subjetiva (solipsista), mas antes leva em consideração princípios hermenêuticos complexos, olhando para as condições de produção do discurso, para o interdiscurso e para a memória discursiva, isto é, para o conjunto de sentidos históricos reunidos na grande rede de significações, estas que, claro, atestam sempre para a existência de pertencimentos culturais, ancoragens ideológicas, assujeitamentos, identificações políticas, interesses pragmáticos em sociedade etc.

Nesse sentido, ressaltamos que esta análise que aqui se iniciará tanto busca apresentar uma postura *descritiva* dos fenômenos discursivos em jogo na construção das imagens de si da ANED, mas também uma postura *analítico-interpretativa*, que visa a estabelecer hipóteses sobre os possíveis interpretativos dos atos linguageiros da instituição, a partir de uma circunscrição discursiva, isto é, de todos os elementos da ordem do discurso (do interdiscurso e da memória discursiva) que nos permitem afirmar, com segurança, os gestos de análise empreendidos.

Trabalharemos com essas duas posturas e problemáticas inicialmente em etapas, para depois lançarmos mão de uma análise híbrida, em que questões de análise comunicativa e interpretativa se imiscuem na compreensão dos sentidos do discurso da ANED. Na primeira etapa, **descritiva**, apresentamos a disposição dos elementos da página da instituição e sua organização enquanto *módulos*, conforme definido por Maingueneau (2015, 2023). Essa descrição detalhada permite identificar os componentes estruturais que caracterizam o *site* – considerando-o como categoria de um hipergênero – e compreender como eles interagem para construir o seu projeto discursivo. Essa interação pode ser vista a partir das imagens selecionadas por meio de *prints* do *site* da ANED. A escolha foi feita com base nos critérios verbo-visuais, que pudessem evidenciar como a associação promove o *homeschooling*, ancorada em posicionamentos político-ideológicos, bem como em discursos contraditórios. Assim, por tais razões, apenas algumas partes do *site* foram selecionadas, como a *Página Inicial*, *Perguntas e Respostas* etc.

Na segunda etapa, **analítico-interpretativa**, exploramos as estratégias discursivas utilizadas na construção da cenografia e na promoção do *ethos institucional*

da ANED enquanto *metaenunciadora* (Maingueneau, 2023). Para isso, analisamos as cenas de enunciação – mas evidenciando a cenografia e o hipergênero como primeiro plano –, buscando compreender como diferentes *ethé* (*ethos de competência, ethos de segurança, ethos de acolhimento, ethos conservador* etc.) são construídos dentro do *site* da associação. Importa ainda frisar que, enquanto também interpretativa (e, portanto, hermenêutica), a análise aqui empreendida se torna inescapavelmente crítica, aliás como toda análise do discurso o é (ou deveria ser), tal como postulado por Maingueneau (2015, p. 59): “A nosso ver, por sua própria forma de proceder, a análise do discurso tem uma força crítica [...]”.

Ademais, reconhecendo o caráter analítico-discursivo-argumentativo desta pesquisa, esta abordagem também dialoga com elementos da argumentação, uma vez que as estratégias cenográficas identificadas integram um projeto persuasivo da ANED. Esse projeto visa a garantir a adesão do interlocutor à proposta institucional apresentada, promovendo uma construção discursiva capaz de lograr a potencial adesão dos usuários ao *homeschooling* (como veremos, é, ao mesmo tempo, uma construção de *ethos* institucional, mas também de um *ethos* de marca e, portanto, comercial).

Por essa razão, trata-se de uma análise discursiva, com foco enunciativo e argumentativo, que considera não apenas os aspectos que constroem o *ethos* e a cenografia, mas também como a associação se utiliza de estratégias argumentativas na construção de um discurso persuasivo, explorando o papel das cenas de enunciação na articulação de sentidos e na construção de imagens de si. No capítulo a seguir, faremos uma análise dessas questões, retomando eventualmente elementos cruciais a respeito da cena englobante e da cena genérica (conforme apresentados aqui), mas focando na configuração da cenografia e, em especial, da disposição dos diferentes *ethé* que sustentam o projeto persuasivo da ANED em seu *site*.

## CAPÍTULO IV

### ANÁLISE ENUNCIATIVO-DISCURSIVA DA *PÁGINA* DA ANED E O SEU *ETHOS* INSTITUCIONAL

#### 4.1 Contextualização sobre a página da ANED

Desde as primeiras investigações desta pesquisa, iniciadas no ano de 2022, buscamos compreender e analisar como se constitui, discursiva e argumentativamente, o perfil da página oficial da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED). Durante o processo de observação, notamos uma mudança significativa na forma como a associação passou a divulgar a prática de *homeschooling* em seu *site*, apresentando novos ajustes em seu discurso e em sua estratégia de comunicação. Essas alterações aconteceram tanto na organização visual quanto no conteúdo fornecido, adaptando-se às demandas e desafios do contexto político e social em que o ensino domiciliar está inserido no Brasil. Como dito anteriormente, o *site*, que inicialmente apresentava uma estrutura mais simples e direta, passou por algumas transformações até chegar na versão atual, de 2025, marcada por um reposicionamento em relação à forma de abordar a temática e engajar seu público-alvo. Vale ressaltar que, embora a associação tenha realizado tais modificações, o *site* permaneceu com as referências do ano de 2021 e, por este motivo, as citações terão o ano de 2021 como base.

Como também já apresentado, a mudança foi resultado da transição de governo, que se iniciou com as eleições de 2022, quando o atual presidente, Luiz Inácio Lula da Silva, assumiu o cargo que pertencia ao líder de extrema-direita, Jair Messias Bolsonaro. O antigo governo, cujo norte moral e político ancorava-se no conservadorismo (em especial religioso e cristão), apoiava veemente a prática do *homeschooling* (em uma evidente, e polêmica, postura contrária ao ensino regular público, que seria, segundo ele,

“de esquerda<sup>15</sup>”, “progressista” ou mesmo “comunista” etc.) e, por esta razão, o movimento das famílias praticantes desse tipo de ensino ganhou força no período em que esteve atuando como presidente.

Não precisamos de muito esforço para lembrarmos que, durante a campanha do ex-presidente Jair Bolsonaro, ainda em 2018, a pauta da Escola Sem Partido estava entre as mais celebradas pela direita, no Brasil. Há uma *doxa* quase que generalizante nos grupos mais à direita (e quanto mais à direita, mais isso se torna presente) de que o ensino público e regular, tanto nas universidades, quanto nas escolas básicas, foi tomado por um projeto comunista de “doutrinação ideológica”, cujo principal objetivo, entre outros “nefastos”, seria o de acabar com as famílias e com a moral religiosa. A “esquerdização da educação” seria, portanto, uma “balbúrdia”, a lembrar do fatídico episódio do então Ministro da Educação do governo Bolsonaro, Abraham Weintraub,

Como mais uma arma política contra tal “esquerdização”, no mesmo ano de 2019, de acordo com Elida Oliveira (2019), Bolsonaro, entre as suas prioridades nos 100 primeiros dias de governo, assinou um projeto de lei que tinha como objetivo regulamentar a educação domiciliar. O projeto, que não data desse período (data de 2012<sup>16</sup>) renasce, portanto, como um claro movimento político de direita e se fortalece durante esse período de governo (2019-2022), chegando até a ser aprovado pela Câmara dos Deputados neste mesmo ano de 2022, mas não teve força suficiente para prosseguir dado à renovação governamental, a saber, a entrada de um governo de esquerda (lulopetista) não alinhado à proposta do ensino domiciliar.

Diante desse contexto, sem apoio governamental, a ANED precisou buscar outras maneiras de propagar o ensino domiciliar dentro de uma realidade totalmente desfavorável à prática, e que é considerada, ainda hoje, ilegal no Brasil. Desse modo, até

---

<sup>15</sup> Ver Cardim (2019). Disponível em: [https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna\\_politica,755396/a-esquerda-tomou-grande-parte-das-universidades-e-escolas-diz-bolso.shtml](https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna_politica,755396/a-esquerda-tomou-grande-parte-das-universidades-e-escolas-diz-bolso.shtml).

<sup>16</sup> Projeto de Lei 3179/2012.

talvez como estratégia comunicativa e de *marketing* diante de um novo cenário político apresentado, a associação se viu supostamente movida a reformular sua página, adaptando o conteúdo e as estratégias de comunicação para continuar divulgando o ensino domiciliar e engajando famílias interessadas, mesmo em um ambiente político adverso. Essa mudança resultou, como veremos mais à frente, em um *site* mais enxuto, mas com uma cenografia um tanto mais comercial do que institucional, o que garantiu, como aqui defendemos, efeitos híbridos na construção de um *ethos* institucional e um *ethos* de marca da ANED.

#### **4.2 Primeiras discussões sobre a cenografia da página da ANED: o que ficou e o que mudou?**

Maineuneau (2015) afirma que, para compreender um texto, de fato, não basta apenas analisá-lo a partir da sua genericidade, é preciso ir mais adiante. Para ele, enunciar “não é apenas ativar as normas de uma instituição de fala prévia; é construir sobre essa base uma encenação singular da enunciação: uma *cenografia*” (Maineuneau, 2015, p. 122). Conforme vimos, no ambiente digital, a cenografia e o hipergênero vão ocupar um espaço de centralidade, ou seja, assumem o primeiro plano, distanciando-se da concepção clássica do gênero que se organiza em cena genérica, cena englobante e cenografia (Maineuneau, 2023). Desse modo, para analisarmos a cenografia do *site* da ANED, vamos considerar tanto os recursos verbais, quanto multimodais, uma vez que entendemos que o ambiente digital, em especial o próprio *site*, possibilita desenvolver múltiplas cenografias.

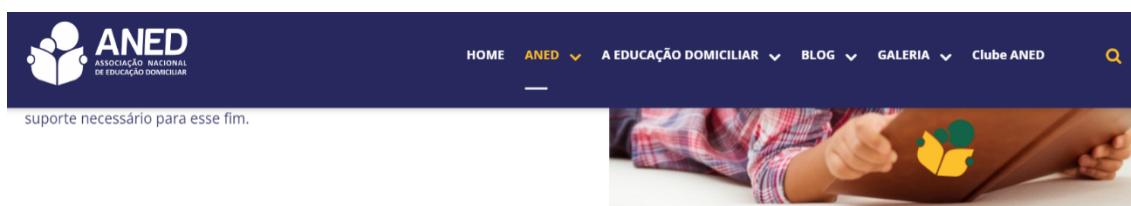
No início desta pesquisa, entre os anos de 2022 e 2023, observamos que a associação contou com alguns detalhes em seu *site*, localizados na barra superior da página, que ajudaram a direcionar o usuário para informações pontuais sobre o que é a associação, seu objetivo, visão e valores. Essas informações ajudaram a estruturar os enunciados a partir da situação comunicativa, com o intuito de “suscitar a adesão dos destinatários instaurando a cenografia que o legitima” (Maineuneau, 2015, p. 123). Isso significa dizer que, ao dispor as informações na página, a ANED visa a legitimar o seu discurso ao mesmo tempo que ele o legitima, à medida que essa cenografia é construída.

Ao observar a página, verificamos uma dupla cenografia, o que Maineuneau (2023) vai chamar de cenografia *verbal* e *digital*. A verbal é justamente os diversos tipos de declarações que aparecem na tela; enquanto a digital se subdivide em *iconotextual* e

*reticular*. A dimensão *iconotextual* está atrelada ao conjunto de imagens que aparecem na tela. Já a *reticular*, estabelece uma relação com o interno e o externo, sendo eles, respectivamente, o *layout* da página e os *links* com o exterior (Maingueneau, 2023). Por essa razão, interessa-nos olhar para esses dois planos (verbal e digital), a fim de compreender, no conjunto, como os sentidos persuasivos são construídos.

Quando abríamos a página inicial da associação (em 2022/2023), notávamos essa dupla cenografia (verbal e digital), na qual pudemos observar que as postagens focaram em orientações para as famílias interessadas, como os passos para iniciar o ensino doméstico e os seus benefícios – acessados também por meio de *links* externos –, aspectos legislativos e exemplos de relatos de pessoas que, segundo a ANED, receberam o ensino domiciliar. De modo geral, as seções apresentavam repertório bem abrangente, como pode ser visto na figura abaixo:

**Figura 9** – Barra de tarefas da página inicial da ANED em 2022/2023



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 20 maio 2024.

A maioria das seções do *site* era acompanhada de uma seta para baixo, um ícone semelhante a um “v”, que permitia acessar *links* internos, do próprio *site*, e *links* externos, de artigos, reportagens, entre outros. Ressaltamos que essa configuração por *hiperlinks* dificulta falar, como acentua Maingueneau (2023), de uma compreensão exclusivamente genérica de um *site*, ou página de internet, ao menos em termos clássicos com que se costuma chamar de “gênero discursivo”. Para ele, a internet, por sua fluidez, e pela natureza particular que se cria a cada navegação (por navegante), subverte o plano canônico do gênero discursivo e privilegia as conexões linkadas, portas de acesso a uma diversidade de outros gêneros, em outros espaços (internos ou externos ao *site*).

Paveau (2021, p. 311-312) vai chamar esse princípio de *relacionalidade* (cf. Cap III), sua “materialidade relacional” com outros discursos digitais por meio de uma conexão hiperlinkada. Essa relacionalidade atesta para a existência de uma grande *ecologia* do discurso digital que, ressaltamos, dificulta o trabalho do analista que esteja preso a apenas uma ideia clássica de gênero ou de suporte. Na verdade, o *site* (página da

ANED ou qualquer outro), enquanto um **hipergênero**, estabelece relações diversas com outros tantos tipos de gêneros, em suportes distintos etc.

Com efeito, em todas as seções da página da ANED é possível perceber a sua intensa relacionalidade com outros discursos. Na seção “Educação Domiciliar”, por exemplo, como se vê na **Figura 9**, há diversos *hiperlinks* que redirecionariam o usuário que estivesse navegando a um outro ambiente da própria página, ou mesmo a um ambiente externo (e, portanto, de outro suporte). Para fins de exemplo, no ano de 2022, o *hiperlink* “Perguntas e Respostas” redirecionava para um novo ambiente dentro da própria plataforma, diferentemente do *hiperlink* “Trabalhos Acadêmicos”, que redirecionava para um ambiente externo, em geral repositórios em que tais trabalhos estavam/estão hospedados.

Mas em que isso importa para a construção da cenografia e para o que aqui defendemos como objetivo discursivo e argumentativo das estratégias cenográficas na página da ANED? Ocorre que, como todo projeto comunicativo (Charaudeau, 2019), o discurso da ANED organiza as informações sempre em função de um objetivo nuclear. Dito de outra maneira, todas as estratégias multissemióticas, de relacionalidade etc. vão servir ao objetivo principal da associação, objetivo já aqui amplamente mencionado e defendido, qual seja o de persuadir o público navegante da página a aderir a suas teses sobre a relevância da educação domiciliar e, conseqüentemente, a lograr apoio ou adesão ao movimento, inclusive promovendo a associação de interessados ou o seu apoio e contribuição financeira.

Isso implica dizer que os elementos desse hipergênero, em termos genéricos, pouco têm a dizer se comparado ao trabalho com a cena genérica em *corpora* clássicos (textos verbais, impressos, por exemplo). Contudo, se pouco tem a dizer, algo ainda pode ser dito e, de fato, algo ainda bastante relevante. Os diversos *hiperlinks* mencionados vão redirecionar a outros ambientes em que novos gêneros discursivos são apresentados, mas não são gêneros quaisquer. O gênero *artigo acadêmico*, por exemplo, um dos textos trazidos na relacionalidade do *site* com outros discursos, visa a contribuir para a construção de autoridade sobre o que está sendo dito e defendido. Trata-se, por assim dizer, de uma estratégia retórico-argumentativa para lastrar um argumento de autoridade a fim de conseguir a adesão do coenunciador. O mesmo ocorre com o *hiperlink* “Minuto Homeschool”, presente na seção “Blog” (como se pode ver na **Figura 9**), em que o metaenunciador ANED traz uma série de vídeos curtos de autoria de um dos líderes da instituição, vídeos que foram hospedados no *YouTube* e nos quais o autor faz uma

apologia ao *Homeschooling*, “desmitificando” o que ele considera como “mitos” (considerando-os como enganos) a respeito do que seria a educação domiciliar. Há ainda o gênero “testemunho”, que é trazido no *hiperlink* de mesmo nome, “Testemunhos”, surgindo como hipertextos (Maingueneau, 2015; Paveau, 2021), nesta mesma aba, e que tem o claro objetivo de evocar relatos positivos de diversos estudantes, usuários do método *homeschooling*, e que tiveram sucesso em seus planos e empreendimentos.

Em todos esses casos, por meio desses diferentes gêneros (artigo acadêmico, vídeo de *YouTube*, testemunho etc.), percebemos que o metaenunciador ANED visa a organizá-los todos em sua página para incrementar sentidos e construir autoridade acerca do discurso que se direciona, ao mesmo tempo, em defesa e promoção da ANED. Assim, trata-se esse discurso relacional, nas palavras de Paveau (2021, p. 315), de um “tecnodiscurso relatado”, que consiste em “transferir um discurso de um espaço digital nativo fonte para um espaço digital nativo alvo, por meio de um procedimento automatizado de compartilhamento”.

No mundo digital, isso ocorre semelhantemente ao fenômeno da citação, em que se tem um citante e um citado, cuja relação se dá no sentido de que o citante cita o citado para aproveitar dele a sua autoridade – ou o seu testemunho, o que não deixa de ser um argumento de autoridade – para fortalecer a sua persuasão. Como veremos daqui em diante na análise, de que a *cenografia* se vale de estratégias discursivas e enunciativas com o fim de persuadir o navegante da página sobre a viabilidade e importância da ANED, para promovê-la enquanto instituição – promover a sua “marca” – vender a sua proposta para lograr adesão de simpatizantes (para apoiar, associar-se ou contribuir) e, ainda, para lançar mão de uma campanha de defesa do *homeschooling* diante de uma constituição polêmica do tema no Brasil (como já vimos anteriormente) o que torna nossa análise, por opção, uma análise discursivo-argumentativa, na qual utilizamos categorias da argumentação para respaldar nosso olhar, tendo em vista que a AD é uma disciplina de entremeio que faz uso da interdisciplinaridade.

Para além das diferenças comparativas, é importante também destacar as regularidades. Entre tais manutenções, uma nos chama logo a atenção. Embora a página tenha sofrido algumas alterações durante a transição, entre os anos de 2022 e 2025, outros componentes permaneceram do mesmo modo, como a frase “para todas as famílias que desejam a liberdade de educar seus filhos”, dando sempre destaque para a parte inicial do enunciado “para todas as famílias”.

Figura 10 – Seção “Quem somos” da página da ANED em 2022/2023

**PARA TODAS AS  
FAMÍLIAS |**

**QUE DESEJAM A LIBERDADE DE  
EDUCAR SEUS FILHOS.**

**SEJA ASSOCIADO ANED**

Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 23 maio 2024.

Figura 11 – Seção “Sobre” da página da ANED em 2025

**PARA TODAS AS FAMÍLIAS  
QUE DESEJAM A LIBERDADE DE EDUCAR SEUS FILHOS.**

Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

Nota-se que ambas as imagens apresentam o mesmo texto, mas com algumas pequenas variações. Há, de pronto, uma mudança visível entre as fontes das letras, o que parece significar uma tentativa de atualizar o visual sem alterar o conteúdo da mensagem, funcionando como uma espécie de *slogan*, um enunciado promotor da marca ANED, que é facilitado, como todo *slogan* (Krieg-Planque, 2010), em sua circulação discursiva: “[os *slogans*] são tipicamente enunciados feitos para serem retomados, ou ainda comunicado na imprensa” (Krieg-Planque, 2011, p. 33, tradução nossa). A manutenção desse *slogan* em ambas as versões não pode, sem dúvida, passar despercebido. Discutimos no primeiro capítulo desta Dissertação a configuração contextual da pauta *homeschooling* no Brasil. A cena englobante desta situação enunciativa parte de uma sólida polêmica sobre os benefícios e malefícios da educação domiciliar no Brasil e no mundo e tem como cena englobante discurso ideologicamente demarcado pelo conservadorismo.

Como vimos, no discurso da ANED, há sempre uma voz dialogicamente instituída como o seu outro polêmico (voltaremos também a falar disso, com mais detalhes, logo adiante), aquele que sustenta o contradiscurso, aquele contra quem se enuncia (marcada ou veladamente), aquele que é a fonte motivadora do seu dizer. Em outras palavras, o discurso da ANED em sua página de internet evoca frequentemente uma posição contradiscursiva e que, assim sendo, coloca-se ora na postura defensiva (defendendo-se dos ataques levantados contra a modalidade educacional), ora na postura ofensiva (atacando aqueles que criticam a modalidade), o que reforça uma cena englobante política

que replica a polaridade político-discursiva do Brasil e as condições sócio-históricas impostas pelos diferentes governos como demarcamos anteriormente e como se pode ver na **Figura 12** abaixo:

**Figura 12** – “Perguntas e respostas” da Seção “Quero me associar” em 2025



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 06 jan. 2025.

Na imagem acima, para cada uma dessas perguntas há uma resposta que se lança com o objetivo implícito de defender o *ethos* da ANED de acusações do tipo “a educação domiciliar implica abandono intelectual” (o que vai ser respondido na aba “O que é o abandono intelectual?”), ou do tipo “a educação domiciliar é um movimento conservador

e religioso”, ou ainda, que a educação domiciliar é um modelo educacional elitista etc. Para cada uma dessas acusações – que, obviamente, apontam para a existência de discursos que sustentem tais posicionamentos, tais *doxas* (Seixas, 2024) contrárias ao *homeschooling* –, há uma resposta da instituição, como forma de comunicar ao navegante interessado na modalidade que a ANED possui autoridade para responder (um *ethos* de competência, como veremos adiante) e se defender de “injustas” acusações.

Outra dessas marcas enunciativas da polemicidade instituída é a centralidade que se dá, no enunciado construído na versão antiga, à tópica “familiar”, possível de ser identificada, na Figura 10, pelo destaque da palavra “família” em cor amarela, e, ainda, do ponto de exclamação colocado em sequência, o que, nesse caso, parece ter a função de dar ênfase ao que é efetivamente afirmado: não são para “**algumas famílias**”, mas são para “**todas as famílias!**”, como se dissesse “para **todas** as famílias **sem exceção!**”. Essa escolha linguístico-discursiva aponta igualmente para a existência de um contradiscurso evidente, aquele que traz a voz, de modo dialógico e polifônico, de quem acusa o *homeschooling* de servir apenas a algumas famílias específicas (como na pergunta da **Figura 12** sobre ser a educação domiciliar um modelo educacional elitista e também sobre qual seria o perfil das famílias que adotam esse modelo).

Em sequência a esse trecho do enunciado presente nas **Figuras 10 e 11**, traz-se, separadamente, a sua continuidade “que desejam a liberdade de educar seus filhos”. Aqui, parece haver um claro jogo semântico no enunciado, entre sua primeira parte (“para todas as famílias) e a parte complementar, a oração adjetiva restritiva (“que desejam a liberdade de educar seus filhos”), evocando um efeito de exclusividade. Isto é, se na primeira parte do enunciado, defende-se ser o *homeschooling* para **todas** as famílias, agora já se especifica que são aquelas famílias que “desejam a liberdade de educar seus filhos”. Aqui, outra vez, há um destaque para a constituição polêmica do discurso da ANED. Nesse caso específico, frisemos o uso da palavra “liberdade”, que não à toa aparece junto à palavra “família”. Em um primeiro momento, em uma análise mais evidente e superficial, podemos dizer que a “liberdade” de que se fala é a “livre possibilidade de educar os filhos”, a autonomia (o que vai ser corroborado com outro trecho de discurso analisado mais à frente), com finalidades e motivações meramente pedagógicas. No entanto, o contexto já aqui apresentado de surgimento da educação domiciliar no Brasil aproxima o movimento de uma pauta política e moral, religiosa, e não apenas educacional, o que potencializa o sentido de “liberdade”, quando enunciado por um dos promotores do *homeschooling*, também a um patamar inescapavelmente político.

A presença da tópica da **liberdade** e da **família**, de fato, evocam sentidos memoriais importantes de serem trazidos à baila aqui. Barbosa (2015) menciona, por exemplo, que a *tópica da família* é recurso importante no discurso político, sobretudo porque o povo brasileiro é considerado, com pouca objeção, majoritariamente um povo conservador. O valor da família está no cerne da cosmovisão cristã. Em que pese tal pauta não ser exclusiva do cristianismo, é inegável que esse é um dos valores mais defendidos pelos cristãos e, volta e meia, aproveitado pelos políticos como estratégia política movida pela emoção para estabelecer comunidade com o seu público/auditório. Jair Bolsonaro, por exemplo, finaliza seu pronunciamento na Assembleia da ONU, dia 22 de setembro de 2020, com o enunciado: “O Brasil é um país cristão e conservador que tem na família sua base” (BRASIL, 2020).

Ora, tais palavras (liberdade e família) andam juntas como mote do imaginário da extrema-direita brasileira, a qual, lembremos, configura-se como topografia política que agrega majoritariamente os defensores desse movimento educacional. O lema “Deus, Pátria, Família”, por exemplo, marca e marcou a história como um símbolo do fascismo mundial, presente em diversas frentes de movimentos fascistas, como no fascismo português, também no movimento integralista brasileiro, recentemente presente também em discursos do ditador húngaro, Victor Orbán, que, na presença de Jair Bolsonaro, defendeu o alinhamento entre os países, baseado no alinhamento de valores conservadores: Deus, Pátria, **Família e Liberdade** (Almeida, 2020).

Com efeito, conforme enfatiza Almeida (2020, p.171), o discurso religioso é um

[...] ato fundacional do Brasil. E ele se repete como um elemento ordenador do funcionamento discursivo em outros momentos históricos do país, especialmente quando as massas que compõem as classes trabalhadoras representa um perigo iminente para a hegemonia discursiva que põe certos sentidos enviesados de Deus, de família e de pátria como os únicos corretos e aceitáveis numa sociedade altamente hierarquizada, ainda que constituída, historicamente, por pluralidades culturais que esgotam o sentido de um único Deus, de um único modelo de família, de uma única pátria de traços brancos e europeus.

A proximidade do *slogan* “Deus, Pátria, Família” e a ideia de um modelo político ancorado nessa divisa, como a proposta religiosamente influenciada do “Estado Integral”, encabeçada pelo Movimento Integralista Brasileiro, de liderança de Plínio Salgado, já foi reconhecida, inclusive, por quadros do governo Bolsonaro, como, por exemplo, na fala da então Ministra Damare Alves – que, inúmeras vezes, se valeu de um desdobramento do *slogan*, ao repetir “Deus, Pátria, Família e Liberdade”, quando afirmou: “O movimento

integralista, pelo que conheço, defende Deus, pátria, família e essa é a minha bandeira. Eu sou religiosa, cristã, sirvo a um Deus vivo e poderoso. Pátria, eu amo esta nação [...]” (O Globo, 2022, p. 10).

No caso da ANED, essa mesma simbologia é retomada, como se pode ver na **Figura 13** abaixo – não só com o uso do lema, do *slogan*, mas se valendo também de uma imagem claramente religiosa como pano de fundo (com pessoas alçando mãos ao alto em sinal de devoção) e, ainda, com um texto em referência a um congresso cristão<sup>17</sup> –, marcando claramente um posicionamento cristão que, em versões anteriores do *site*, ficava mais velado<sup>18</sup>:

**Figura 13** – Página inicial da ANED “Deus, Família e Liberdade” em 2025



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

A ideia do que se entende por “liberdade”, nesse espectro conservador político e religioso, não foge da própria ressonância semântica de “Deus” e de “Família”, como

<sup>17</sup> O evento ocorreu em São Paulo, entre os dias 17 e 18 de janeiro de 2025, e teve como apresentação: “este congresso será para discussão sobre o papel da família, a essência da educação e o significado da liberdade, tudo sob a perspectiva cristã”. Fonte: Legado Cristão, 2025. Acesso: <https://legadocristao.com.br>.

<sup>18</sup> Em resposta a uma pergunta levantada na **Figura 12**, sobre ser a educação domiciliar um movimento religioso e conservador, a resposta dada foi a seguinte: “Não. No Brasil, existe grande diversidade de famílias que praticam educação domiciliar. Entre elas, famílias que assumem posições políticas liberais, conservadoras, de esquerda, de direita ou que não se assumem como parte de nenhuma delas, como as libertárias, católicas, protestantes, espíritas, budistas, ateístas, entre outras” (ANED, 2021, versão atual). Vê-se que, nessa resposta, a ANED não se vincula como um movimento religioso, tampouco exclusivamente cristão, o que se mostra contraditório ao se levar em consideração outros enunciados da própria ANED, em outros lugares de seu *site*.

dito, dois valores religiosos centrais no imaginário conservador brasileiro. Mencionar a “liberdade das famílias” não é um ato, portanto, isento de interesses; pelo contrário, a “liberdade das famílias” aponta para a ideia de que as crenças familiares devem ter lugar central na educação das crianças e jovens – é, portanto, uma liberdade condicionada – e não a liberdade heurística existente na própria formação do conhecimento pelo ato de aprender o que quer que seja sem impedimentos de qualquer natureza, como prenunciava autoridades especialistas em educação.

Seixas (2019) afirma, inclusive, que palavras como “liberdade”, “democracia” etc. são *palavras-valores*, no sentido dado por Angenot (2008), as quais são energizadas com sentidos distintos, porque são dependentes da carga ideológica imantada por cada sujeito. Se um direitista afirma que é preciso lutar pela “liberdade” do indivíduo, o sentido imantado à “liberdade” não é o mesmo do que seria caso o mesmo enunciado fosse sustentado por um progressista. O que se entende por liberdade, portanto, nesse enunciado, pode ser modulado a depender do viés que se dê à interpretação, e é nisso que reside o jogo de sentido pretendido pelo metaenunciador ANED e isso contribui para a construção de uma cena de enunciação (Maingueneau, 2008) que simula e ativa os efeitos de sentido de “liberdade” entre os co-enunciadores.

O que seria, então, em suma, a “liberdade educacional” no ponto de vista da ANED? De algum modo isso se explicita no seguinte trecho, parte da seção *Apresentação* da ANED em sua página. A associação seria, segundo sua própria definição,

[...] uma instituição sem fins lucrativos. Fundada no ano de 2010, por iniciativa de um grupo de famílias. A principal causa defendida pela ANED é a autonomia educacional da família. Não nos posicionamos contra a escola, mas entendemos que, assim como os pais têm o dever de educar, têm também o direito de fazer a escolha pela modalidade de educação dos filhos. Defendemos portanto, a liberdade e a prioridade da família na escolha do gênero de instrução a ser ministrado aos seus filhos. Isso com base na Declaração Universal de Direitos Humanos, artigo 26, e no Código Civil Brasileiro, artigo 1.634 (ANED, 2021, s.p).

Como já discutido aqui anteriormente (Capítulo I), no Brasil, a educação é um direito constitucional de todo cidadão, garantido por cláusula pétrea (*Direitos e garantias individuais*, Art. 6º da CF). É bem verdade que a educação não é exclusividade do Estado; também dever da família, como assegura o Art.2º da Lei nº 9.394, mais conhecida como *Lei de Diretrizes Básicas da Educação* (LDB) (Brasil, 1996). No Art. 4º da mesma lei, entretanto, estabelece-se a obrigatoriedade da educação escolar pública, básica e gratuita, dos 4 aos 17 anos. Não há o entendimento, portanto, que as famílias possam ter o direito

de escolher pela não escolarização regular de seus filhos, sobretudo porque se entende que, na escola, para além do ensino-aprendizagem de componentes curriculares, também se assegura a interação e a socialização, que, em conjunto com a formação educacional no seio familiar, contribuem para a formação de cidadania do indivíduo. Além disso, como discutimos no Capítulo II, Figueiredo (2019), ancorado na “teoria sociocultural” (p. 15), enfatiza a importância dessa relação do sujeito com o meio ambiente para o seu desenvolvimento cognitivo, uma vez que tais interações, principalmente no ambiente escolar, contribuem diretamente para isso.

Por todo o exposto, como vemos no trecho acima, o que a ANED pleiteia por meio do *homeschooling* é a ideia de que as famílias devem ter autonomia – a suposta “liberdade” – de escolher a modalidade de educação dos seus filhos, inclusive sobre o que deve ou não ser aprendido. Isso, no contexto político e polêmico em que a educação domiciliar surge, pode ser encarado como um controle de conteúdo ensinado (e não uma liberdade *lato sensu*), em detrimento da formação regular ampla e irrestrita, fundamental para a formação de pensamento crítico e reflexivo.

Tal contrassenso pode ser observado, inclusive, em outro ato de relacionalidade no *site*. Ao clicar na aba “Blog” na versão antiga, ou ao descer a barra de rolamento para baixo, não versão atual, encontramos a opção de acesso a artigos acadêmicos ou de opinião em defesa da educação domiciliar. O primeiro desses artigos recebe o título de “Homeschooling: um direito humano que fortalece famílias e liberdades”, como se pode ver na figura abaixo:

**Figura 14** – Página inicial da ANED “Blog, Artigos e Notícias” em 2025



20 de dezembro de 2024

### **Homeschooling: Um Direito Humano que Fortalece Famílias e Liberdades**

Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Em termos semióticos e imagéticos (um dos elementos que compõem a cenografia), de acordo com o seu aspecto iconotextual, tal como defende Maingueneau

(2023), já é possível inferir uma estratégia de conferir uma representação positiva do *homeschooling* ao trazer duas crianças alegres deitadas na grama como imagem encabeçadora do texto, que atribuem à cena de enunciação uma ideia de felicidade, bem-estar e familiaridade.

Essa seria, é claro, uma análise elementar, mas que, junto ao conteúdo do texto verbal associado, passa a configurar, no plano geral, um papel importante e em consonância com o alinhamento estratégico persuasivo do metaenunciador ANED para a construção de sua imagem positiva, de seu *ethos* positivo, como veremos mais à frente. Ao abrir o texto, temos acesso à construção argumentativa do que se está entendendo, em um primeiro senso, como “liberdade das famílias”. No enunciado abaixo, **Recorte 1**, o artigo menciona o seguinte posicionamento:

### Recorte 1

[o] homeschooling nos lembra que cada criança é única e merece uma educação que valorize essa individualidade. Ele vai além dos métodos padronizados e oferece algo mais profundo: a oportunidade de formar cidadãos conscientes, autônomos e respeitosos. Além disso, quando defendemos o direito ao homeschooling, estamos defendendo não apenas uma família ou um grupo, mas o direito de todas as famílias de fazer escolhas baseadas em suas convicções. A educação domiciliar é um direito humano que reforça a liberdade, a diversidade e o respeito às diferenças (ANED, 2021, s.n).

Percebemos, pelo trecho acima, que a “liberdade” da família, antes de se colocar como um valor de protesto contra os supostos abusos ou inconsistências da educação regular, na verdade se cola como um valor de afirmação de *doxas* conservadoras, como, a propósito, fica em evidência no excerto “[defendemos] o direito de todas as famílias de fazer escolhas baseadas em suas **convicções**” (grifo nosso). A liberdade de educação pode ser entendida, por assim dizer, nesse segundo sentido, como a liberdade de ensinar apenas aquilo que está em consonância com as crenças da família (crenças advindas de uma cosmovisão cristã).

No **Recorte 2**, trecho do mesmo enunciado, anterior a esse, o autor afirma que

[o] homeschooling reflete exatamente isso: a liberdade de *moldar* a educação das crianças de uma forma que respeite a individualidade e as *prioridades da família*” (ANED, 2021, s.p, grifo nosso).

Parece ainda mais evidente que o valor de “liberdade” é confundido pelo enunciador ANED como o direito de “moldar”, de escolher unilateralmente o que pode

ou não ser aprendido pelas crianças, ainda que isso possa resultar em prejuízos sociocognitivos para os infantes.

Defendemos, aqui, que a observação de tais regularidades, diante de algumas importantes diferenças existentes entre as versões antiga e nova do *site*, são significativas para perceber a construção da cenografia da página da ANED. Com efeito, em que pese as relativas mudanças, a adoção de um mesmo discurso “pela liberdade das famílias” parece mostrar haver, junto com o *slogan*, também uma essência, uma *marca* do discurso institucional da associação, que permanece fiel à sua proposta inicial, mantendo-se a mesma até hoje e configurando-se, por assim dizer, como um conjunto de *ethé* que etiqueta a imagem de si construída pela ANED, com ou contra a sua vontade.

Dessa maneira, a preservação de elementos enunciativos apresenta uma mensagem central pautada na identidade da associação e no alinhamento com o seu objetivo, mesmo em meio às transformações visuais e estratégicas realizadas ao longo dos anos. É importante ressaltar que tais mudanças ocorreram mediante um anúncio feito pela associação diretamente na página inicial do seu *site*, como já mostrado na Figura 5.

O recado de transição foi publicado na página inicial da ANED, ano de 2023, pouco tempo depois da mudança de governo. O texto apresentado demonstra essa necessidade de reorganização da associação, indicando que ajustes foram feitos durante esse período. Ao observarmos o anúncio, é possível identificar a utilização de expressões que demonstram um eufemismo em relação à percepção de possíveis dificuldades enfrentadas pela associação, como “mudanças, melhorias e atualizações”. Não obstante, o aviso deixa entrever uma limitação momentânea ao informar que novos cadastros de inscritos não serão recebidos até que os ajustes necessários sejam concluídos. Diante disso, tal questão pode, possivelmente, ser interpretada como um resultado dos desafios enfrentados pela ANED em se adaptar ao contexto atual e que, possivelmente, tenham motivado a associação a repensar, inclusive, o seu *marketing* estratégico.

Outrossim, em continuidade à análise do anúncio, podemos observar que o enunciado “muito temos a fazer pela educação domiciliar (*homeschooling*) na nossa nação” explicita a ideia de que o trabalho da associação dará continuidade após a reformulação. Essa construção discursiva indica uma preocupação da ANED em manter a renovação e o engajamento do público-alvo, utilizando um recurso argumentativo que apela para emoções, algo muito frequente em discursos políticos, “muito temos a fazer por...”, para reafirmar os valores e os objetivos da instituição e inserir o coenunciador em uma luta que não lhe pertence, mas a um grupo específico. As atualizações feitas no *site*

da associação resultaram em um ambiente digital mais enxuto, se comparado ao ano de 2022, no qual se organizavam as seções e suas subseções (Figura 9). A nova interface parece um tanto mais objetiva, como mostra a Figura 15:

Figura 15 – Página inicial da ANED em 2025



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Embora as mudanças tenham impactado a estrutura do *site*, o discurso central, como já adiantado, ficou inalterado, destacando sempre a ideia da “liberdade educacional” como proposta do *homeschooling* e a sua ligação com a *tópica da família*. A dimensão iconotextual (Maingueneau, 2015) representada pela figura de um casal e uma criança, felizes e abraçados, explicita esse vínculo que a ANED tenta criar com o seu usuário, por meio de uma estratégia argumentativa para criar **familiaridade** e, como consequência disso, de um **ethos de acolhimento**, como veremos mais adiante. Essa cenografia confirma as estratégias de alguns tipos de *ethé* que vão ser discutidos na próxima seção.

Ainda em tempo, é importante destacar a ênfase que a ANED dá aos seus princípios fundamentais, explicitados em seus valores, visão e missão, desconsiderando princípios importantes para o desenvolvimento infantil, tais como os já citados no Capítulo II, entre os quais destacamos a socialização e o processo de interação, pagados em seu discurso ou dissimulados pela presença da família. A Figura 16 apresenta uma parte da página inicial da associação dedicada a explicar cada um desses pilares:

Figura 16 – Página inicial da ANED em 2025 – valores, visão e missão



#### Nossos Valores

A ANED é orientada por uma cosmovisão Cristã, ordenada por valores, crenças, concepções, fé e práticas bíblicas que afirmam, dentre outras premissas, que vivemos mundo criado por Deus em perfeição, cujos problemas são consequentes do afastamento do homem de Deus e cuja esperança está na redenção em Jesus Cristo.



#### Nossa Visão

Ser reconhecida como a principal entidade de promoção da liberdade educacional e de educação domiciliar da América Latina.



#### Nossa Missão

Promover e garantir a liberdade educacional das famílias que optam pela educação domiciliar.

Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

A figura acima deixa claro que, na nova versão do *site*, em diferença à versão antiga, o posicionamento cristão aparece mais marcado, o que impacta significativamente na construção da cenografia enunciativa. O papel que a ANED agora parece construir não é mais tão somente o de uma instituição ampla que não aceita receber o rótulo de um movimento conservador político e religioso, em especial, de um movimento cristão. Ao contrário, podemos perceber a assunção de uma responsabilidade pela criação desse **ethos cristão** logo em sua afirmação dos valores, como consta no primeiro tópico acima, em que se enfatiza que os valores da associação se fundamentam em uma cosmovisão cristã.

Embora em outras partes do *site* e, sobretudo na versão anterior, a ANED afirme que o movimento não possui caráter político ou religioso, o discurso apresentado até aqui, nesta seção, aponta nitidamente para uma direção diferente, ao destacar princípios religiosos como base de suas ações (aproximando-se, assim, de uma proposta de ensino religioso, ainda que a ANED negue e se defenda sumariamente de tais acusações, como anteriormente mencionado), o que permite afirmar que a cena englobante é política, ainda que tente criar uma aparência pedagógica, e quase o mesmo ocorre com a cena genérica, como podemos notar pela análise dos *ethé*.

Quanto à visão e à missão, ambos os aspectos estão interligados, sendo a visão apresentada como o objetivo de se estabelecer como a principal defensora da educação domiciliar e da liberdade educacional na América Latina, enquanto a missão destaca o objetivo de promover e garantir essa tal liberdade para as famílias que optam pelo ensino domiciliar. Nesses três espaços, conseguimos perceber a ocorrência de diferentes *ethé*, possíveis de ser categorizados, conforme veremos a seguir, como um **ethos acolhedor**

(ou de acolhimento), um *ethos* protetor (de proteção ou de segurança), um *ethos* de competência, um *ethos* libertador (de libertação), e mais recentemente (na mudança de postura da ANED), também um *ethos* cristão e conservador.

Em suma, essas primeiras discussões sobre o que ficou e o que mudou na cenografia da ANED, na versão antiga e nova do seu *site*, tem o objetivo de informar sobre os elementos que seguiram importantes no projeto discursivo-argumentativo da associação (as regularidades, os elementos que ficaram) e o que mudaram (as diferenças, elementos que saíram ou entraram na composição cenográfica). Ambos os movimentos são bastante sintomáticos. Por que o *ethos* cristão, que antes era evitado, passa a ser agora um *ethos* euforicamente sustentado e até assumindo um papel central na cenografia? Quais outros tipos de *ethé* são construídos e, no saldo, qual a relação entre eles que permita pensar num argumento central (um *leitmotiv*) que aponte para o objetivo principal da instituição (o de defender a viabilidade do *homeschooling* e vender a sua própria marca enquanto a principal associação de educação domiciliar na América Latina, conseqüentemente também vendendo, a partir disso, a adesão aos seus produtos e serviços)?

Diante de tudo isso, parece patente que a cenografia da ANED é, em resumo, construída a partir de um discurso central sobre as tópicas da “liberdade” e da “família”, que parte de uma hermenêutica política conservadora e de cosmovisão cristã. Os diferentes *ethé* que vão ser construídos a partir disso vão igualmente modular a cenografia do *site*, variando ora como uma página institucional sem fins lucrativos (uma associação como sociedade civil organizada, que visa a defender os direitos e interesses das famílias educadoras e promover o *homeschooling* no Brasil), ora como uma página comercial, cujo interesse central está em fortalecer a sua própria marca (ANED), buscando, conseqüentemente, vender a adesão à associação e, com isso, serviços e produtos para os navegantes interessados na pauta da educação domiciliar. Sendo assim, a cena genérica distancia-se de uma cena pedagógica efetiva, respaldada por pesquisas que considerem o desenvolvimento infantil e o processo de ensino-aprendizagem.

#### **4.3 Sobre cenografias e a configuração de diferentes imagens na construção do *ethos* da ANED**

Relembremos que, para Maingueneau (2005, 2010, 2015), os conceitos de cenografia e de *ethos* estão quase sempre interligados e apontam, em conjunto, para os

elementos estratégicos que vão dar vida ao sentido nos diferentes modos discursivos – narrativo, descritivo, argumentativo, enunciativo, se tomamos como referência Charaudeau (2019) –, mas, em especial, um sentido persuasivo, na medida em que “persuadir consiste em atestar o que é dito na própria enunciação” (Carneiro, 2004, p. 107). Assim, cumpre compreender que tanto o *ethos* como a cenografia, na medida em que indissociáveis, contribuem para legitimar a enunciação.

Outra vez tenhamos também em mente que, segundo Maingueneau (2005), a cenografia não é tão somente um cenário onde o discurso aparece no interior de um espaço já construído e independente, mas antes é um cenário enunciativo, ou seja, construído no desenvolvimento da própria enunciação (uma *mise en scène*). O analista de discurso afirma que a cenografia é, ao mesmo tempo, “fonte do discurso e aquilo que ele engendra; ela legitima um enunciado que, por sua vez, deve legitimá-la estabelecendo que essa cenografia onde nasce a fala é precisamente a cenografia exigida para enunciar como convém” (Maingueneau, 2005, p. 87-88). O texto, por assim dizer, “mostraria” a cenografia por meio de indícios textuais (tais indícios textuais, vale dizer, são multissemióticos e não apenas verbais, o que é fundamental compreender quando se empreende uma análise do discurso digital).

Isso ocorre semelhantemente com o *ethos*, conceito que, para Maingueneau (2005), corresponde à imagem que o enunciador transmite ao coenunciador para remeter a uma maneira de ser de um corpo investido de valores “socialmente especificados”. Para ele, a função do *ethos* seria jogar o jogo das imagens e representações, seria fazer “remissão à imagem do fiador que, por meio de sua fala, confere a si próprio uma identidade compatível com o mundo que ele deverá construir em seu enunciado” (Carneiro, 2004, p. 108).

O que esperar, então, da construção da cenografia e do *ethos* discursivo da ANED em seu *site*? Em primeiro lugar, importa salientar que não estamos buscando fazer, aqui, um compilado de cada elemento importante no discurso da ANED, em suas variadas manifestações e em diversos lugares de fabricação. Na verdade, intentamos, como se sabe, investigar tal construção discursiva apenas em como o *site* da associação é configurado, quais elementos surgem nesse contexto cenográfico (tempo e espaço da enunciação), sobretudo pelos desafios que a internet impõe à análise do discurso.

Com efeito, é necessário, em tempos digitais, entender que a ação discursiva em páginas de internet, redes sociais, plataformas digitais etc. é uma forma de produzir sentido em novos espaços da esfera pública, porque é próprio da era da internet a

diversificação da informação, frequentemente dissolvida na rede de outras tantas informações disponíveis. Na era da informação virtual, do discurso digital, vide a sua fluidez tão característica, impõem-se novas formas de acontecimentos, novos modos sociocognitivos de produção e de interpretação dos sentidos.

Por assim dizer, o *site* da ANED, em um primeiro momento, poderia ser enquadrado como um site institucional de uma organização civil. Lembremos que a cenografia de um *site* respeita outros critérios de coerência. Como já aqui exposto, a temporalidade e a espacialidade funcionam diferentemente; a configuração cenográfica vai apresentar componentes tanto da cenografia verbal, quanto da cenografia digital, com sua fluidez, sua relacionalidade, sua expansionalidade etc. (Paveau, 2021). Maingueneau (2023) afirma que o esforço em manter certa coerência (diante da cacofonia própria da configuração hipergenérica e multissemiótica dos *sites*) é “o que deve permitir estabilizar um *ethos* relativamente unificado. Um *blog* intimista, por exemplo, vai privilegiar algumas cores, um certo tipo de recorte da página, optar por uma iconografia sugestiva, evitar *links* internos e externo para fins didáticos etc.” (p. 9316).

A cenografia de um *site* de uma Associação Civil, como a ANED, poderia ser compreendida, portanto, nos mesmos moldes de um *site* institucional de uma Universidade, por exemplo, ou de um *site* institucional de uma organização, em que se preza, sobretudo, por informações funcionais. Mas o que se vê, e conforme apresentado até aqui, a cenografia do *site* da ANED revela existir também (e, portanto, revelando um hibridismo) um movimento por parte do metaenunciador em estabelecer uma relação comercial e, para tanto, adota estratégias discursivo-argumentativas pertencentes ao campo estratégico do *marketing* (inclusive, atualmente adotando o suporte do *site* como uma *hotpage*, isto é, hospedada na *Hotmart*, que tem uma maneira bastante característica

de construção de uma página de internet, voltada para estratégias de *marketing* digital, uma *landing page*<sup>19</sup>).

Ora, a ANED, como já aqui se mostrou, tenta construir, ao mesmo tempo, uma imagem enquanto instituição defensora de direitos de uma comunidade – e, nesse sentido, aproxima-se do que se espera de uma associação da sociedade civil organizada – e uma imagem enquanto agência de fomento de uma determinada prática – no caso, o *homeschooling* –, inclusive não apenas promovendo o movimento educacional, mas também vendendo uma *marca* como “maior associação sobre educação domiciliar na América Latina”.

Sendo assim, defendemos que o *ethos* institucional construído pela ANED é também um *ethos* de marca, ainda que, como defende Maingueneau (2023), frequentemente, nesses casos, tenta-se **salientar** o aspecto institucional da associação (privilegiando sua funcionalidade) e **apagar** o aspecto comercial, publicitário, de marca, a fim de proteger a própria face (nos termos de Erving Goffman) de críticas e, coadunamente, também construir a autoridade de uma instituição séria e que promove serviços indispensáveis para o cidadão que se preocupa com a “liberdade” educacional. Nesse sentido, ao nos depararmos com tais circunstâncias explicitadas no *site* da ANED, observamos que a associação tenta, com estratégias próprias, promover a adesão dos seus coenunciadores, desconsiderando os estudos de teóricos da educação (como Vygotsky, por exemplo) que se dedicam às pesquisas sobre o processo de ensino-aprendizagem.

O *ethos* institucional (e, por vezes, de marca) da ANED, veremos a seguir, constitui-se, na verdade, como um conjunto de imagens distintas que, na soma e no saldo, tentam construir um efeito de homogeneidade, ao ponto de podermos falar da existência

---

<sup>19</sup> Segundo o Portal Sebrae, itens-chave nas campanhas de *marketing* digital, uma *landing page* “tem como principal objetivo a conversão de *leads*, ou seja, fazer com que o visitante se torne um cliente, passando para a próxima etapa do funil de vendas. Elas também são conhecidas como páginas de aterrisagem, páginas de conversão, de captura ou de destino” (Sebrae, 2022, s.p). Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/o-que-e-uma-landing-page,3e1e097399323810VgnVCM100000d701210aRCRD>. Acesso em 23. Jul. 2024.

de um “*ethos* da ANED”. No entanto, tal *ethos*, por sua vez, é composto por uma série de outras imagens de si, advindas de diferentes dimensões de *ethos* (categorial, experiencial, ideológica), e que, todas, de algum modo, sustentam o argumento da “familiaridade”, da “liberdade”, tópicos argumentativos relevantes no discurso da ANED, como vimos anteriormente. Havendo essa diferença hierárquica entre os diferentes *ethé*, propomos aqui, apenas de modo a organizar o entendimento (na medida em que todos são imagens de si), separá-los em *macroethos*, que seria o saldo resultante (o *ethos* institucional e de marca da ANED) dos distintos *microethos* (os variados *ethé* que compõem e sustentam esse *ethos* institucional).

#### 4.4 O *ethos* institucional da ANED desdobrado em cinco imagens de si (*ethé*)

Ao navegar pela página, seria possível identificar alguns *ethé* (*microethos*) na construção de um *macroethos* da ANED: a) o ***ethos de competência***, como aquele que sabe e que pode ajudar e assessorar as famílias educadoras; b) o ***ethos de proteção ou segurança***, porquanto busca se lançar como instituição responsável – e preparada – para defender o *homeschooling* e o direito das famílias interessadas em adotar a modalidade contra eventuais denúncias e contra o que entendem ser abusos do Estado; c) o ***ethos de acolhedor*** – a ideia de um acolhimento viabilizado por meio da *tópica da família* –; d) um ***ethos de libertador***, que se ancora na *tópica da liberdade* para defender a ideia de que se está “libertando” as crianças – e as famílias – das ameaças do ensino regular (não à toa insistem em falar de uma “ameaça comunista” nos espaços educacionais); e, por fim, e) um ***ethos conservador e cristão***, inequivocamente contrassensual, visto que, em diversos momentos, como já apresentamos, é possível encontrar enunciados que negam o caráter religioso do movimento, mas que, em outras partes do *site*, tal construção de *ethos* se mostra evidente.

No texto “O *ethos* discursivo e o desafio da internet”, de 2023, Dominique Maingueneau relembra alguns trabalhos em que se debruçou sobre *corpora* políticos, literários, midiáticos e publicitários, nos quais a dimensão do ***ethos experiencial*** era enfatizada, isto é, a relação entre a fala e um imaginário do corpo que permite compreender uma corporalidade e um caráter. Segundo ele, nessa dimensão do *ethos*, o destinatário construiria “a figura de um *fiador* dotado de propriedades físicas (*corporalidade*) e psicológicas (*caráter*), apoiando-se num conjunto difuso de

representações sociais estereotipadas [...]” (Maingueneau, 2023, p. 9315). Ainda segundo o teórico, “o poder de persuasão de um discurso deve-se, portanto, em grande parte, ao fato de trazer o interlocutor a se identificar com o movimento de um corpo, ainda que muito esquemático, investido de valores historicamente especificados (p. 9315).

Isso porque, tomando tais palavras teóricas como parâmetro, é curioso considerar que, ainda que estejamos procedendo à análise de *sites*, uma organização coletiva difusa, portanto, é possível perceber, de todo modo, uma *corporalidade* e um *caráter* como efeitos do discurso, na medida em que há, por parte do meta-enunciador ANED, uma tentativa de construir uma imagem “familiar”, evocando todos os efeitos perlocutivos (Charaudeau, 2019) que a ideia de “família” tem no imaginário conservador cristão. Nesse projeto, a associação constituiria, assim, uma “grande família”, que busca ajudar outras famílias a conseguirem pôr em execução a educação domiciliar de seus filhos, “com segurança”. Vejamos a Figura 17 a seguir:

**Figura 17** – Seção “Quero me associar” em 2025



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15. jan. de 2025.

Essa Figura retrata o que está exposto ao navegante do *site* quando clica em “Quero me associar”. Logo em evidência está o enunciado “É possível, sim, fazer homeschooling *com segurança* no Brasil!” (grifo nosso). A ideia de que a ANED pode “ajudar” o associado a executar a modalidade *com segurança* pressupõe, é claro, que haja casos em que isso ocorre com *insegurança*. Lembremos que, de acordo com o regulamento brasileiro, a educação domiciliar, por não estar regulamentada, ainda se tipifica como inconstitucional e, portanto, ilegal. A ANED busca construir, nesse sentido,

um **ethos de competência**, ao se colocar como aquela que pode dizer “o que fazer e o que não fazer, de modo prático, em caso de denúncia” (ANED, 2021). A denúncia pode ocorrer, exatamente, porque a escolarização regular da criança é um dever, e portanto obrigatório, dos pais, podendo ser passível de punição (multa e/ou detenção) para aqueles que infringirem a lei, de acordo com o que regulamenta o Art. 246 do Código Penal (BRASIL, 1940) e o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (BRASIL, 1990).

Em termos pragmático-discursivos, é possível perceber que a ANED se coloca num *saber-fazer* e num *poder-fazer* enquanto joga o co-enunciador para um possível *querer-fazer* (Charaudeau, 2019), condicionando o conhecimento à associação, quando restringe “Associe-se à ANED, se você:” e a série de ações “saber praticar, se informar, saber o que fazer ou não fazer etc.”. Ademais, assoma-se ao *ethos* de competência também um **ethos de segurança**, na medida em que a ANED se põe na condição de garantir uma prática “segura” do *homeschooling* aos associados. A mesma lógica se encontra, por exemplo, a seguir, na Figura 18:

Figura 18 – Seção “Quero me associar” (mentoria jurídica) em 2025

## WORKSHOP JURÍDICO HOMESCHOOLING SEGURO

FUI DENUNCIADO / TENHO MEDO DE SER DENUNCIADO. O QUE FAÇO?



Ao se associar à ANED, você ganha acesso à mentoria jurídica Homeschooling Seguro. São mais de 3h de conteúdo gravado e focado em te explicar:

**1**

O que fazer e o que não fazer para apoiar e promover a defesa do homeschooling no Brasil

**2**

Que cuidados precisam ser tomados se você deseja praticar o homeschooling de forma segura.

**3**

O que fazer e o que não fazer em caso de denúncia. Como falar com o advogado? Como lidar com CT, MP e Judiciário? Que estratégias você deve adotar? Tudo isso é explicado.

Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

Outra vez surge a proposta de um “*homeschooling seguro*”. Nesse caso específico, trata-se de uma seção em que a associação vende um produto (*Workshop* Jurídico) para ensinar aos pais, em caso de denúncia ou medo de denúncia, a tomar as medidas e cuidados necessários para praticar a modalidade sem maiores prejuízos penais. Na proposta 3 da Figura 18 acima, por exemplo, encontramos as perguntas conjugadas: “O que fazer e o que não fazer em caso de denúncia; Como falar com o advogado?; Como lidar com o CT, MP e Judiciário?; Que estratégias você deve adotar?” para, em seguida, promover o *Workshop* instigando o potencial associado a querer aderir: “tudo isso é explicado”. Mais uma vez temos um encontro do *ethos* de competência (daquele que detém do saber e do poder) com o *ethos* de segurança, aquele que pode proteger o outro, por dispor de meios para isso que outros não dispõem. E, novamente, percebemos que a cenografia construída está presente não em prol da Educação ou de uma modalidade, mas em prol de valores conservadores capazes de agirem contra a lei, mas mantendo o *ethos* de confiança e segurança, cujo discurso cria uma aparência de confiabilidade.

Nesse caso, defendemos estar em curso a construção de um conjunto de *ethé* que parte tanto da dimensão categorial quanto experimental, na medida em que temos ao mesmo tempo a tentativa de construção de um *status* extradiscursivo do tipo “líder da família”, “líder de um grupo de famílias” (que seria da dimensão categorial), como também um *ethos* de dimensão experimental, quando diz respeito à caracterização sociopsicológica da ANED em seu projeto de constituir-se como *aquela que sabe e que pode* (a competente), como o *ethos* “que põe um ponto final aos questionamentos”, nos termos de Meyer (2008), e aquela que pode cuidar e/ou proteger, dar segurança (o protetor). Em ambos os tipos de *ethos* (de competência e de segurança), estamos diante de valências do que se espera de uma “família”. O líder da família (pai ou mãe etc.) busca ser competente em seus papéis e afazeres familiares para dar segurança, em todos os sentidos, para aqueles que estão sob a sua responsabilidade.

Dito isso, é possível avançarmos na análise a fim de compreender como tudo isso se configura no objeto aqui recortado, ou seja, como esses e outros tipos de *ethé* são construídos, todos em volta de uma ideia *conservadora* de “família” – possível de ser também categorizado como um ***ethos conservador*** (o que pode apontar para a dimensão ideológica dos *ethé*) –, e visam a sustentar o *ethos* institucional (e também *de marca*) da associação.

Já ao entrar na página inicial, na seção “Quem Somos”, identificamos como elemento central da imagem, como podemos ver abaixo, na Figura 3 – mais uma vez aqui reapresentada para fins de análise –, um enunciado em destaque: “Muito além de uma associação”.

Figura 3 – Página inicial da ANED em 2023



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

Esse enunciado, por si só, já transmite uma ideia de que a ANED se coloca como um “algo a mais”, deduzível pelo uso de “muito além”, recurso linguístico-discursivo que naturalmente tem o potencial de acionar, na mente do interlocutor (o leitor/espectador desse site), a expectativa sobre qual seria essa maior grandeza da instituição. A resposta parece estar ao lado, na medida em que figuram presentes alguns elementos, tal como uma flor amarela – possivelmente representando o cuidado familiar, como na simbologia da tulipa amarela, no imaginário cristão – e algumas fotos, registros em que aparecem várias pessoas juntas, aparentemente felizes, deixando subentendido a proposição de ser a ANED muito além de uma instituição porque ela seria, na verdade, uma “família”.

Essa estratégia parece se confirmar logo na sequência. Isso, de certa forma, já se apresenta, em primeiro momento, quando a ANED faz uma breve apresentação de si, na qual afirma que foi fundada “por iniciativa de um grupo de famílias”, ou seja, reforça a sua imagem de instituição familiar. Entende-se já haver, aqui, justamente a tentativa de criar uma ideia de *familiaridade*, na medida em que, tendo a instituição nascido por iniciativa de um grupo de famílias, ela entenderia, por assim dizer, das necessidades que apenas tal instituição [a familiar] saberia reconhecer.

Nesse sentido, tal *ethos* pode se colocar, como acima antecipado, como um **ethos de acolhedor**, pautado nesta tópica da família, porque entende ter a capacidade de reunir pessoas com as mesmas intenções, insatisfações, os mesmos desejos, e, por conseguinte, tenta construir um **acolhimento** (dimensão experiencial) (Maingueneau, 2014). De fato,

enquanto uma instituição que visa a persuadir as famílias brasileiras da efetividade e, conseqüentemente, da necessidade do *homeschooling* no país, a ANED parece almejar constituir para si um papel de acolhedora, visando a se colocar como parte integrante da comunidade familiar brasileira desejosa de prover a própria educação para seus filhos.

É por isso que defendemos, aqui, haver uma cenografia familiar tentando ser construída nesse *site*, que visa a pôr em relação não mais, de um lado, uma associação desejosa de clientes em seu quadro e, de outro, tais associados em potencial (movimentos comerciais que tendem a ser mascarados), mas sim membros de uma mesma família que lutam por uma pauta que os aproxima em irmandade. Importa lembrar, a propósito, que a educação domiciliar se constitui como uma pauta conservadora e religiosa, de modo que, neste campo (o religioso), é comum tratar uns aos outros como “irmãos” e “membros de uma mesma família”. Lembremos também a própria incitação à ação feita pela ANED, no fim de sua apresentação: “Vamos juntos! Fazermos a integração e a cooperação entre as famílias educadoras, fornecendo o suporte necessário para esse fim” (ANED, 2021).

Com efeito, a tópica da *família* figura claramente como central na argumentação da ANED e na construção de seu projeto persuasivo por meio do *site* (aqui, em especial, nesta subseção mencionada). Na imagem abaixo (Figura 10), por exemplo, evoca-se a tópica da família, como se pode ver neste enunciado já inicialmente analisado no início desde capítulo (alguns elementos mais são interessantes de serem analisados nesse enunciado):

**Figura 10** – Seção “Quem somos” da página da ANED em 2022/2023



**PARA TODAS AS  
FAMÍLIAS!** **QUE DESEJAM A LIBERDADE DE  
EDUCAR SEUS FILHOS.**

**SEJA ASSOCIADO ANED**

Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 23 jun. 2023.

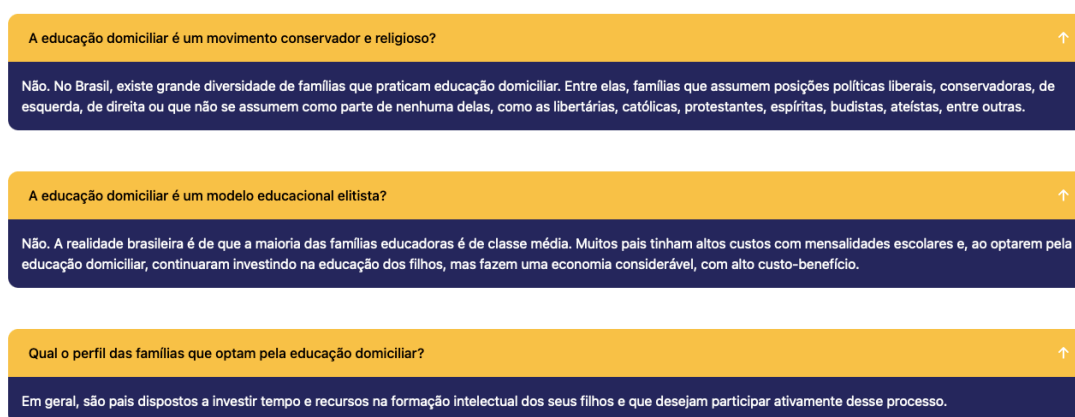
Como já mencionamos anteriormente, chama a atenção, aqui, a voz de um enunciatador polêmico – de acordo com Oswald Ducrot (2020) – subentendido. Isso porque, ao dizer “para todas as famílias”, pode-se pensar que há um sentido sendo construído em oposição a um outro polêmico existente no interdiscurso. Dissemos acima que existe um posicionamento hegemônico no campo educacional que compreende ser o *homeschooling* uma pauta de uma minoria conservadora, em geral alinhada com o espectro da direita – ou mesmo da extrema-direita. Esse posicionamento gera, em

contradiscorso, o posicionamento acima, com vistas a defender ser a ANED a associação não apenas para algumas famílias conservadoras e de direita, mas para todas as famílias.

Não é difícil compreender a configuração dessa polêmica no espaço discursivo. A pauta da educação domiciliar, se por todo esse tempo não avançou, passou a ganhar destaque no seio de um governo de direita (conservador nos costumes) como o de Jair Bolsonaro. Os principais entusiastas do projeto estavam justamente no quadro de seu governo, ao menos no início: a então ministra da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, Damares Alves, e o então ministro da Educação, Abraham Weintraub, entre outros. Isso significa dizer que há uma identidade verificada entre os defensores do *homeschooling*, o que impacta diretamente na configuração do *ethos* – no saldo entre o pré-discursivo e o discursivo.

Dito de outra maneira, há um *ethos* de direita conservadora atrelado à associação que é de difícil ruptura, pela própria história de evolução da pauta, de seus defensores etc. Isso, de algum modo, ajuda a esclarecer o porquê de haver, dentre as estratégias escolhidas pelo meta-enunciador ANED, a de tentar marcar uma amplitude de ação, um não pertencimento político-ideológico, como é possível de ser encontrado, a propósito, em outras seções do *site*. Na Figura 19 a seguir, podemos ver tal tentativa de apagamento de um pertencimento a um espectro político e religioso:

**Figura 19** – Perguntas e respostas da seção “Quero me associar” em 2025



Fonte: <https://aned.org.br/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

A Figura 19 acima se refere a um recorte da seção de perguntas e respostas, disponíveis em ambas as versões do *site*. Vejamos que a primeira pergunta neste recorte é diretamente relacionado à dúvida sobre ser a ANED um movimento conservador e

religioso. A resposta é expressamente um “não”, alegando haver famílias dos mais variados espectros políticos (incluindo a esquerda) e também adeptos de variadas religiões, e não apenas as cristãs (como as budistas, ateístas etc.). Em que pese poder ser verdade que eventualmente existam adeptos do *homeschooling* de variados espectros político-religiosos, não parece que essa característica seja da ANED em si, enquanto instituição. Em outros momentos, como aqui já apresentado na Figura 13 e na Figura 16, a associação se declara abertamente cristã, pautando seus valores, filosofia e pedagogia educacional a partir da cosmovisão cristã.

É interessante notar que, a despeito dessa instabilidade quanto a assumir ou não abertamente o seu *ethos* cristão, a referência constante à ideia de família parece ter também o motivo de deslocamento de campos, ou seja, evade-se do campo ideológico e político para entrar no campo afetivo, o que tornaria mais fácil a sua empreitada persuasiva de estender o alcance a uma maior gama de famílias, incluindo as indecisas. O meta-enunciador ANED, ao afirmar ser para todas as famílias, deixa entrever a existência, portanto, no espaço discursivo, de algum tipo de questionamento acerca da abrangência da instituição ou, ainda, de suas pautas: seriam pautas de famílias de direita conservadora e cristã? Se a resposta a essa pergunta for verdadeira, a projeção do *homeschooling* pode ser eventualmente enfraquecida pela restrição de alcance. A tópica familiar, a ideia de uma família conservadora e cristã, outra vez defendemos, parece ser o grande *leitmotiv* (argumento central, motivador) da construção discursivo-argumentativa da ANED, possível de ser percebida por um olhar holístico para a configuração do *site*, em seus aspectos verbais e imagéticos (iconotextuais).

Toda essa compreensão é importante porque, em tempo, vale ressaltar que, segundo Amossy (2020) e Maingueneau (2008), o *ethos* se funde em dados pré-discursivos diversos. Dito de outra maneira, as imagens que são criadas pelo discurso, muitas vezes, é uma gestão (de mudança ou de manutenção) de imagens já existentes, prévias ao momento da enunciação, mas que constituem o ato enunciativo desde o seu princípio. E, nesse sentido, é importante compreender que há, por parte da ANED, antes de mais nada, uma intenção em estabelecer uma defesa de um projeto educacional bastante criticado por especialistas da área da educação, pela opinião média, pela maior parte das autoridades etc.

Por essa razão, não há, como afirma Amossy (2020), como entender o problema do *ethos* fora de uma compreensão da configuração histórica, cultural, política e social em uma dada situação discursiva. Segundo a analista do discurso,

o *ethos* é tributário de um imaginário social e se alimenta de estereótipos de sua época: a imagem do locutor está necessariamente dominada pelos modelos culturais. É preciso, portanto, ter em conta a imagem que se atribui, em um momento preciso, à pessoa do locutor ou à categoria da qual ele participa (Amossy, 2020, p. 92).

Tomando aqui como locutor/enunciador a própria instituição ANED (como metaenunciador), é possível pensar que existe uma relação entre o seu *ethos* (ou o conjunto de *ethé*) e o imaginário social circulante a respeito da associação e das pessoas que a formam. Quem são esses membros? Quem são seus defensores? Quais políticos sustentam a pauta? De quais partidos e orientações políticas e ideológicas? Há, sem dúvida, uma questão política que é central nessa polêmica. A Deputada Federal e educadora Sâmia Bonfim (PSOL), uma das vozes ouvidas pelas repórteres em matéria publicada pelo *site Agência Pública*<sup>20</sup>, afirma que, diante de tantos problemas enfrentados pela educação, somente um lobby poderoso explicaria a aprovação, naquele ano, de um projeto destinado a apenas 15 mil pessoas<sup>21</sup>.

Com efeito, a educação domiciliar, ao menos no Brasil, é uma pauta defendida por uma minoria que constitui apenas 0,03% da população em idade escolar. Uma primeira imagem dos grupos defensores do *homeschooling* seria, então, podemos afirmar, a de um grupo extremamente pequeno e sem expressividade representativa diante das pautas mais urgentes da educação brasileira (não tendo o apoio político de um governo alinhado com suas pautas). Essa condição estabelece, assim, um *ethos* prévio contra o qual a ANED precisa lutar para ressignificá-lo. Em segundo ponto, a matéria também evoca a preocupação de muitos educadores e especialistas a respeito dos prejuízos que a educação domiciliar pode ocasionar, como a violência contra as crianças como forma de “educar” comportamentos. A deputada afirma, ainda nesta entrevista, que “sem acesso à

---

<sup>20</sup> Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/homeschooling-brasil-castigo-fisico-bater-aned-hslda/>. Acesso em: 23 jul. 2024.

<sup>21</sup> Ver Souza *et al.* 2022.

escola, as crianças que sofrem violência são ainda mais vulneráveis” (Souza *et al.*, 2022, n.p.).

Importa também salientar que o consultor jurídico da ANED, Alexandre Magno Moreira, chegou a ser ministro dos Direitos Humanos do governo Bolsonaro e, enquanto ministro, teria afirmado ser necessário o castigo, desde que com finalidade educativa, feito com calma, paciência e dentro de situações específicas. Haveria ainda, por trás dessa postura, uma pretensa validação bíblica, possível de ser encontrada em materiais distribuídos pelo Clube ANED<sup>22</sup>, como versículos bíblicos incitando a repreensão violenta (“A vara e a repreensão dão sabedoria, mas a criança entregue a si mesma envergonha sua mãe”). A reportagem indica que, na investigação empreendida pelas jornalistas, “ao menos quatro dessas empresas [parceiras do Clube ANED] oferecem livros ou materiais didáticos que promovem ou normalizam castigos físicos” (Souza *et al.*, 2022, s.p). Nesse ponto, para além de um movimento político conservador e de direita, parece cada vez mais claro ser também um movimento religioso, potencialmente fundamentalista e violento.

Todos esses possíveis elementos são importantes de serem mencionados porque contribuem para a compreensão das condições de produção desses discursos e dos elementos sócio-históricos que corroboram para essa cenografia e quais são as imagens contra as quais a ANED precisa lutar caso seja seu objetivo alcançar mais famílias interessadas no *homeschooling*. Nesse sentido, parece um tanto mais compreensiva a atitude da associação em tentar gerir as representações existentes a respeito da educação domiciliar, e do grupo que a defende, e se colocar na condição de reconstruir tal imaginário por meio da construção de um *ethos* positivo da instituição, que projetaria para o interlocutor, como bem sinaliza Maingueneau (2005, 2010, 2020), uma boa impressão de si mesmo e, por extensão, do próprio *homeschooling* enquanto modalidade educacional eficaz.

---

<sup>22</sup> Programa de descontos para membros com 25 empresas parceiras.

Diante disso, a tópica da *família* parece mesmo figurar, em um primeiro momento, como uma estratégia de sustentar, como acima mencionado, um *ethos de acolhimento*, um *ethos receptivo*, que visa a captar a benevolência (*captatio benevolentiae*) de seus interlocutores. No entanto, em um segundo momento, a estratégia da ANED muda um pouco de curso e passa a marcar um posicionamento muito típico, porquanto efetiva um recorte axiológico próprio da direita conservadora no Brasil, assumindo claramente seu posicionamento cristão conservador.

Como já mencionado, o enunciado da Figura 3, com efeito (apesar de ser aparentemente finalizado pelo ponto de exclamação), tem sua continuidade no enunciado “que desejam a liberdade de educar seus filhos” (oração adjetiva restritiva). Se, em um primeiro momento, o locutor institucional ANED busca ampliar o espectro das “famílias”-alvo da educação domiciliar, agora *restringe* estrategicamente o alcance, por meio da oração acima, ao ressaltar a “liberdade de educar seus filhos” como valor condicional para a garantia de uma boa educação. Nesse ponto, não mais apenas se contrapõe a ANED à voz polêmica (ponto de vista) que acusa a instituição de ser um pequeno grupo de famílias conservadoras e de direita, mas qualifica o grupo atingido como sendo as [únicas] famílias preocupadas com a liberdade da educação dos filhos.

Há outra vez um jogo de sentidos nessa estratégia discursivo-argumentativa. Ao dizer que é “para todas as famílias que desejam a liberdade de educar seus filhos”, o meta-enunciador ANED joga com o próprio valor de liberdade, separando tais famílias de outras famílias – supostamente presas ao Estado (representante maior desse grande Outro polêmico). Com efeito, a tópica da liberdade, nesse ponto, junto com a tópica da família, passa a ser também elemento central no argumentário da ANED. Uma de suas entusiastas, a deputada Bia Kicis (PL) – coautora do PL N°3.262<sup>23</sup> –, chega a afirmar, em coluna publicada no Jornal Pleno News, que

---

<sup>23</sup> Projeto de Lei que prevê que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. Disponível em:

a base da educação domiciliar é a liberdade. Liberdade dos pais de educar seus filhos; liberdade educacional; liberdade dos pais de escolha do modelo de educação dos filhos. Acrescento, como base da educação domiciliar, o pluralismo de ideias e concepções pedagógicas, como prevê a Constituição [...] (Kicis, 2020, s.p)

A noção de “liberdade”, sem dúvida, cerne deste argumento, é axiologicamente energizada de modo muito particular aos grupos de direita liberal-conservadora. A polêmica que está sendo evocada é a velha cisão entre estatismo *x* individualismo. Enquanto no estatismo entende-se que há algumas prerrogativas do Estado, entre elas a saúde e a educação, no individualismo se entende que o Estado não deveria impedir a suposta liberdade dos indivíduos – nesse caso, dos pais – de escolher pela melhor forma de educar seus dependentes<sup>24</sup>. A pauta deixa de ser, nesse sentido, uma questão do campo educacional – deixa-se de discutir com mais acurácia os limites e problemas da educação domiciliar para o desenvolvimento cognitivo e intelectual das crianças e jovens – e passa-se a centralizar o debate em torno de questões políticas acerca da “liberdade” de agir em uma democracia etc.

Ademais, o valor de “liberdade” passa a ser restrito a uma perspectiva mais pragmática, a de ensinar os filhos a partir de valores restritos, como se pode verificar na apresentação de si, feita pelo próprio site da ANED, e já aqui mencionada anteriormente. A “liberdade” pleiteada pela ANED é, portanto, a liberdade dos pais de escolherem o que entendem – ainda que não tenham formação intelectual ou capacidade técnica para isso – ser o melhor para seus filhos, incluindo métodos didáticos, tais como o da violência, em casos extremados. A construção do *ethos* agora aproxima as tópicas dóxicas da *família* e da *liberdade* como um norte de alinhamento. Pretende-se não só desenvolver um *ethos*

---

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso em: 25 ago. 2023.

<sup>24</sup> Não se quer entrar aqui no mérito da discussão acerca de ser legítimo ou não tal entendimento da deputada, mas apenas compreender, descrever e analisar como o argumento aparece no discurso e como ele impacta na construção de sentidos dessa polêmica no campo educacional.

de familiaridade e acolhimento, mas também um *ethos* de liberdade; no limite, poder-se-ia dizer de um *ethos* de liberdade familiar e, para tanto, a ANED se colocaria na posição de ajudar tais famílias a lutarem por essa “liberdade”, não só a terem a liberdade de escolha educacional, mas a libertação contra o maligno, contra a ameaça presente na educação regular. O que seria uma discussão educacional para o bem das crianças passa a ser, a essa altura, uma discussão política e ideológica para criar comunidade com as famílias-alvo.

Aqui parece existir uma questão extremamente relevante na construção discursivo-argumentativa da ANED. Há uma estratégia em curso que visa a retirar de um campo (o epistêmico e educacional) em que há uma sabida perda de capital para adentrar, como dissemos, no campo político e religioso, em que as verdades são epifânicas e, por isso, dispensáveis de maiores comprovações. Isso fica claro quando olhamos para a seção de “Perguntas e respostas” (Figura 12), na pergunta “Quais são os principais benefícios da educação domiciliar?”. A resposta dada é: “*De acordo com pesquisas e estudos científicos e com a prática de vários países ao redor do mundo, a educação domiciliar proporciona maior amadurecimento [...]*” (ANED, 2021, grifo nosso). O mesmo ocorre com a pergunta “A educação domiciliar produz bons resultados acadêmicos?”, e a resposta: “*Estudos internacionais mostram que [...]*” (ANED, 2021, grifo nosso). Quais pesquisas, quais estudos científicos, quais estudos internacionais? Percebemos que as respostas se configuram como uma falácia da autoridade, da generalização indevida, nos termos de Weston (2009), na medida em que deixa em suspensão a verdadeira fonte do saber relatado. Em um contexto epistêmico, num debate acadêmico, por exemplo, tal argumento seria facilmente desqualificado. Em um domínio político e religioso, no entanto, em que as bases de verificação são ideológicas e epifânicas, respectivamente, conforme nos pontua Emediato (2016), tudo se lança para o domínio do possível e do conveniente, daquilo que se estabelece por meio de uma comunidade de valores e, nesse caso, até mesmo por uma comunidade de fé.

Todos esses *ethé*, das três diferentes dimensões, ajudam a construir o *ethos* institucional da ANED, conforme o quadro abaixo.

**Quadro 1** – Resumo dos *ethé*, classificados por tipos de dimensão de *ethos*

Dimensão categorial (papéis discursivos ou <i>status</i> extradiscursivos)	1 - <i>Ethos de acolhimento</i> – construção da ideia de familiaridade, como se a ANED
--	--

	<p>fosse uma líder familiar, que guiará as demais famílias (todas agora fazendo parte de uma mesma grande família) ao objetivo de desenvolver a prática do <i>homeschooling</i>. Esse <i>ethos</i> visa a conquistar a benevolência dos navegantes e torná-los potenciais futuros associados;</p> <p>2 – <i>Ethos de competente</i> (ou de competência), como a instituição que tudo sabe sobre o tema e que tudo pode fazer para ajudar os interessados na educação domiciliar.</p>
<p><b>Dimensão experimental</b> (caracterizações sociopsicológicas estereotipadas)</p>	<p>1 - O <i>ethos de protetor</i> (de proteção ou de segurança), na medida em que se tem uma representação já cristalizada de que é papel do líder da família o de proteger os seus e de defendê-los contra os ataques externos (denúncias ou ofensas sofridas etc.). A ANED se colocaria, portanto, no papel familiar de defender os seus;</p> <p>2 – O <i>ethos de libertador</i> (ou de libertação). Pautado na tópica da liberdade, apoia-se também no imaginário maniqueísta próprio da extrema-direita de que é preciso “libertar” o povo das amarras de um mal, de um causa diabólica, de uma ameaça (“comunista”?) que assola o campo educacional e que põe em perigo a saúde moral, psicológica,</p>

	quando não física, das crianças e dos jovens.
<b>Dimensão ideológica</b> (posições em um campo):	<p>1 – <i>Ethos conservador</i>, na medida em que se coloca como defensor de valores morais conservadores, como possível de perceber na seção de valores;</p> <p>2 - <i>Ethos cristão</i>, tomando como paradigma moral a cosmovisão cristã para fundamentar posicionamentos acerca da educação e da criação das crianças e jovens.</p>

Como vemos, todas essas imagens de si (*ethé*) não são sempre necessariamente ditas pelo meta-enunciador ANED, como se dissesse “sou isso e não aquilo”. Muito mais frequentemente, temos uma cenografia que se desenvolve pelo conjunto de elementos semióticos – linguísticos ou não, verbais ou não – apontando para a tentativa da ANED de construir, ao mesmo tempo, uma posição de instituição civil que se preocupa com as famílias porque as considera como partícipes de uma mesma família (o que faz parte, de certa maneira, da cosmovisão cristã de direita, como vimos) e, de outro, a posição de uma empresa, uma instituição de Direito Privado, que busca vender seus serviços e produtos para potenciais associados, e, assim, instituir sua *marca*, mas que tenta apagar enunciativamente tal postura, salientando, em seu lugar, aquela de uma instituição funcional para aqueles que dela precisam.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta dissertação, buscamos compreender como os elementos enunciativo-discursivos sustentam a construção do *ethos* institucional da Associação Nacional de Educação Domiciliar (ANED), destacando seu papel como a principal representante na promoção do ensino doméstico no país, mas que, em sua cenografia, parece também se colocar, a seu despeito ou não, como uma empresa que visa a instituir uma *marca*. Para chegar a esses resultados, procedemos a uma análise discursiva, ancorada principalmente nos pressupostos de Dominique Maingueneau, dialogada com a argumentação, em especial a partir das contribuições de Ruth Amossy. Essa análise permitiu identificar as estratégias discursivas e argumentativas empregadas pela associação para projetar uma imagem positiva de si, tentando, de modo estratégico, persuadir seu público-alvo sobre a aplicação e os benefícios da educação domiciliar.

A partir da análise do *corpus* constituído pela página oficial da ANED, observamos que a construção de seu *ethos* institucional – e de alguma maneira o *ethos* de marca (Maingueneau, 2023) – não se dá de forma isolada, mas em constante relação com os discursos contrários à prática do ensino domiciliar e, portanto, construindo-se sempre de forma polêmica. Essa interação discursiva remonta a um contexto educacional, político e social marcado por tensão, no qual a ANED busca legitimar suas propostas e angariar apoio, utilizando como fundamento as brechas legislativas acerca do ensino no Brasil e, sobretudo, argumentos calcados em emoções que visam, por meio da construção de diferentes *ethé*, instituir persuasão a partir de tópicos argumentativos como as da *família* e da *liberdade*, valores caros para a direita liberal-conservadora.

As estratégias utilizadas pela ANED mostram a percepção de que a linguagem, enquanto ferramenta de interação e mediação, assume um papel importante na articulação de sentidos e na construção de posicionamentos discursivos e que uma análise enunciativa do discurso (das cenas de enunciação) deve considerar não só os indícios textuais, mas também os elementos de contexto e de gênero que estão abarcados no que Maingueneau (2008, 2010, 2015) chama de cena englobante e cena genérica. Tais informações de contexto, portanto, parte da cena englobante, mostraram-se cruciais para o entendimento das estratégias, e dos atos enunciativos, que configuraram a cenografia do discurso da ANED em seu *site*.

Por conseguinte, trouxemos, brevemente (por não se tratar do foco desta pesquisa), algumas questões problemáticas que envolvem a educação domiciliar no Brasil, especialmente no que tange às implicações sociais e educacionais. Enquanto a ANED promove a modalidade como uma alternativa mais alinhada aos valores da família cristã de direita conservadora, a prática enfrenta resistência de especialistas em educação, que apontam os possíveis prejuízos à socialização, ao desenvolvimento cognitivo e à formação cidadã das crianças. Assim, considerando esse contexto, a presente análise permitiu compreender que o *ethos* institucional da ANED é construído não apenas para defender a modalidade, mas também para se defender dentro de um cenário em que a prática é considerada ilegal e, ainda, para vender seus serviços, sua *marca*, como a associação que detém do poder – e do saber – para auxiliar as famílias educadoras em seus objetivos com o *homeschooling*.

Por fim, durante o processo de análise, foi possível examinar evidências de elementos enunciativos-discursivos que fundamentaram a construção geral de um *ethos* institucional, um *macroethos*, resultado de uma série de *microethos* (*ethos de competência, ethos de acolhimento, ethos de segurança/proteção, ethos de libertação, ethos conservador, ethos cristão*). Podemos concluir, ao menos pelo que nos permitiu a análise dos dados, que a construção desse *ethos* institucional – e obviamente, todos os *ethé* que o dão sustentação – obedece a uma dinâmica argumentativa calcada na tópica da família e da liberdade, valores caros para esse espectro da direita cristã conservadora.

A cenografia, enquanto conjunto de estratégia de legitimação do dizer, atesta, pelo conjunto dos elementos aqui apresentados, para duas posturas de enunciação bastante claras (e possíveis de serem averiguadas pela navegação no *site* da associação): a de que a ANED se coloca como uma instituição civil organizada, voltada para a proteção das famílias educadoras e para a promoção da educação domiciliar no Brasil (e, portanto, um papel cenográfico que se pretende funcional) e, também, a de uma empresa, instituindo consequentemente um *ethos* de marca, que busca a legitimar uma cenografia relativamente empresarial, valendo-se, inclusive, de estratégias de *marketing* para vender serviços e produtos (basta navegar na página para ver a quantidade de elementos incitando à associação ou à compra de seus produtos/serviços).

Entendemos que esta pesquisa, diante da carência de trabalhos sobre a educação domiciliar no Brasil, oportuniza-se como uma contribuição acadêmica relevante para problematizar um tema educacional tão sensível, que atravessa o campo da educação para se vincular, até mais fortemente, ao campo político e ideológico. Para além, entretanto,

de uma análise educacional do tema (o que, de certa maneira, tentamos também empreender), buscamos nos valer de uma análise enunciativa para pensar como essa problemática é gerida pela associação que se nomeia como a grande representante do movimento no Brasil. Ao escolher uma pesquisa dentro do campo da Análise do Discurso, decidimos privilegiar os aspectos ideológicos, sociais e políticos que estão estruturados – e que também são estruturantes – da racionalidade discursiva dos defensores do *homeschooling*, nem sempre tão claramente marcada ou explícita. Com efeito, é na busca do oculto que se lança uma análise discursiva, ao mesmo tempo como hermenêutica e exegese, uma “leitura que vá além do sentido superficial do texto para decifrar o interesse inconfessável que nele está dissimulado” (Maigneueau, 2015, p. 56).

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, João P. M. “Deus, Pátria, Família”: os sentidos do fascismo brasileiro, do integralismo ao populismo do século XXI. *Entheoria: Cadernos de Letras e Humanas*, Serra Talhada, n. 7, v.2: 163-178, Jul/Dez, 2020.
- AMOSSY, Ruth. *A argumentação no discurso*. Trad. Rosalice Botelho Wakim Souza Pinto ... [et al.]. – São Paulo: Contexto, 2020.
- AMOSSY, Ruth. *Apologia da polêmica*. Trad. Eduardo Lopes Piris e Moisés Olímpio-Ferreira (orgs.). São Paulo: Contexto, 2017.
- AMOSSY, Ruth. Da noção retórica de *ethos* à análise do discurso. In: \_\_\_\_\_ (org.). *Imagens de si no discurso*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 09-23.
- ANDRADE, Édson Prado de. *A Educação Familiar Desescolarizada como um Direito da Criança e do Adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do Direito à Educação*. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo. São Paulo, p. 552. 2014.
- ANGENOT, Marc. *Dialogues de sourds*. Traité de rhétorique antilogique. Paris: Ed. Mille et une nuits, Fayard, 2008.
- ANED, Associação de Educação Domiciliar. *Página inicial*. 2021, Brasília – DF. Disponível em: <https://aned.org.br/index.php>. Acesso em: 08 jul. 2025.
- ARISTÓTELES. *Retórica*. Trad. Manuel Alexandre Júnior et al. São Paulo : Martins Fontes, 2012.
- BARBOSA, Márcia S.S. *O papel da escola: Obstáculos e Desafios Para uma Educação Transformadora*. Deissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, p. 234. 2004.
- BARBOSA, Rodrigo S. P. *Negociando distâncias: uma análise retórico-discursiva de dois pronunciamentos políticos*. Dissertação defendida para obtenção de grau de mestre em Estudos Linguísticos pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos (PosLin) da UFMG. 2015.
- BAKHTIN, Mikhail. *Problemas da poética de Dostoiévski*. Tradução direta do russo, notas e prefácio de Paulo Bezerra. 5ªed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.
- BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). *Marxismo e filosofia da linguagem*. São Paulo: Hucitec, 2004.
- BATISTA, B. N. Educação doméstica no Brasil: que prática é essa? *Debates em Educação*, Maceió, v.10, n. 22, p. 51-75, 2018: DOI: <https://doi.org/10.28998/2175-6600.2018v10n22p51-75>.
- BERNARDES, Cláudio Márcio. *Ensino domiciliar (homeschooling) no Brasil: uma abordagem ético-jurídica* [recurso eletrônico]. Porto Alegre/RS: Editora Fi, 2019.

Disponível em: [https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206\\_e67f51567f2c4d8897226619f50b8bfc.pdf](https://3c290742-53df-4d6f-b12f-6b135a606bc7.filesusr.com/ugd/48d206_e67f51567f2c4d8897226619f50b8bfc.pdf). Acesso em: 20 jul. 2024.

BRAIT, Beth. PCN's, gêneros e ensino de língua: faces discursivas da textualidade. In: ROJO, Roxane (org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2000.

BRASIL. Art. 246, do Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940. Código Penal. [Online]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/91614/codigo-penal-decreto-lei-2848-40#art-246>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Código Civil (2002). *Código civil brasileiro e legislação correlata*. – 2. ed. – Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2008. 616 p. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/70327/C%C3%B3digo%20Civil%202020ed.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2024.

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Ensino domiciliar é debatido no Senado. 13. dez de 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/2023/dezembro/ensino-domiciliar-e-debatido-no-senado>. Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Lei 8.069, de 1990 – *Estatuto da Criança e do Adolescente*. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 23 jul. 2024.

BRASIL. Lei n° 9.394, *Lei de Diretrizes Básicas da Educação (LDB)*, de 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm). Acesso em: 23 jul. 2024. BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n° 1338, de 2022*. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14816/209209212856>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei n° 3262, de 2019*. Altera o Decreto-Lei n° 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para incluir o parágrafo único no seu art. 246, a fim de prever que a educação domiciliar (homeschooling) não configura crime de abandono intelectual. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=220616>. Acesso em: 22 jul. 2024.

BRASIL. Presidente (2019-2022: Jair Messias Bolsonaro). *Discurso em ocasião de abertura da 75ª Assembleia Geral das Nações Unidas (ONU)*. Edição virtual, 22 set. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2020-09/veja->

[integra-do-discurso-de-bolsonaro-na-75a-assembleia-geral-da-onu](#). Acesso em: 18 jan. 2025.

BRASIL. Câmara dos Deputados. *PL 3262/2019*. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2206168>. Acesso em: 21 jul. 2024.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. *STF mantém inconstitucionalidade de lei de SC que autorizava ensino domiciliar*. 20. out de 2023. Disponível em: <https://portal.stf.jus.br/noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=516634&ori=1>. Acesso em 20 jul. 2024.

CAMARGO, Arlete Maria Monte de; ROSA, Ana Claudia Ferreira. Homeschooling: o reverso da escolarização e da profissionalização docente no Brasil. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v.15, p. 1-21, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14818/209209212976>. Acesso em: 23 jul. 2024. DOI: <https://doi.org/10.5212/PraxEduc.v.15.14818.036>.

CARDIM, Maria E. “A esquerda tomou grande parte das universidades e escolas”, diz Bolsonaro”. Seção *Política*, *Correio Braziliense*, 16. Mai. 2019. Disponível em: [https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna\\_politica\\_755396/a-esquerda-tomou-grande-parte-das-universidades-e-escolas-diz-bolso.shtml](https://www.correio braziliense.com.br/app/noticia/politica/2019/05/16/interna_politica_755396/a-esquerda-tomou-grande-parte-das-universidades-e-escolas-diz-bolso.shtml). Acesso em: 21 jan. 2025.

CARNEIRO, Maria A. L. Cenografia e ethos: legitimação enunciativa em uma notícia jornalística. *Alfa*, São Paulo, 48 (2): 107-116, 2004.

CECCHETTI, Elcio; TEDESCO, Anderson Luiz Educação Básica em “xeque”: Homeschooling e fundamentalismo religioso em tempos de neoconservadorismo. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2014816, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/14816/209209212856>. Acesso em: 25 jul. 2024.

CHARAUDEAU, Patrick. “Dize-me qual é teu corpus, eu te direi qual é a tua problemática”. *Revista Diadorim / Revista de Estudos Linguísticos e Literários do Programa de Pós-Graduação em Letras Vernáculas da Universidade Federal do Rio de Janeiro*. Volume 10, Dezembro 2011. [<http://www.revistadiadorim.letras.ufrj.br>]

CHARAUDEAU, Patrick. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Tradução de Ângela M.S. Corrêa e Ida Lúcia Machado. 2ªed. São Paulo: Contexto, 2019.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Homeschooling ou Educação no Lar. Educação em Revista, Belo Horizonte, v.35, p. 1-8, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/Z8rKFbJP9B3k6G7mdgbxBCt/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2023. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0102-4698219798>.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. 2ª edição. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas/SP: Pontes Editores, 2020.

EMEDIATO, Wander. *Análise do discurso numa perspectiva enunciativa e pragmática*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2022.

EMEDIATO, Wander. *Análises do discurso político*. Programa de Pós-graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2016.

EMEDIATO, Wander (org.). *Interações polêmicas e violência verbal em temas sociais sensíveis*. Campinas/SP: Pontes Editores, 2023.

ESTANISLAU, Julia. Apenas 21% dos brasileiros são favoráveis ao homeschooling, mostra pesquisa. *Jornal da USP*. São Paulo, 11 set. de 2023. Seção Atualidade. Disponível em: <https://blog.mettzer.com/referencia-de-sites-e-artigos-online/>. Acesso em: 22 jul. 2024.

FIGUEIREDO, Francisco José Quaresma de. *Vygotsky: a interação no ensino/aprendizagem de línguas*. 1. Ed. São Paulo: Parábola, 2019.

FIORIN, José L. A linguagem humana: do mito à ciência. In: \_\_\_\_\_. **Linguística? Que é isso?** São Paulo: Contexto, 2021.

FROSSARD, Marcele. Homeschooling (Educação Domiciliar) e democracia: uma contradição radical? *Cadernos da Pedagogia*, v. 16, n. 35, p. 54-69, maio-agosto/2022. Disponível em: <https://www.cadernosdapedagogia.ufscar.br/index.php/cp/article/view/1854/775>. Acesso em: 20 ago. 2023.

KERBRAT-ORECCHIONI, C. *La Enunciación: de la subjetividad en el lenguaje*. Buenos Aires: Edicial, 1997.

KICIS, Bia. Educação Domiciliar. Coluna no *Jornal Pleno News*. 8.Out. 2020. Disponível em: <https://pleno.news/opiniaio/bia-kicis/educacao-domiciliar.html>. Acesso em 10 ago. 2023.

KOCH, Ingedore D. Villaça. *A inter-ação pela linguagem*. 10. Ed. São Paulo: Contexto, 2008.

KRIEG-PLANQUE, Alice. *A noção de fórmula para a análise do discurso: quadro teórico e metodológico*. Tradução de Luciana Salazar Salgado e Sírio Possenti. São Paulo: Parábola Editorial, 2010.

KUNZMAN, Robert. *Understanding Homeschooling: A Better Approach to Regulation*. *Theory and Research in Education*, 7, No. 3 (2009), 311-330.

LIMA, Iana G; GANDIN, Luís A; ROSA, Luis F; SANTOS, Gabriel D. A rede da educação domiciliar no Brasil: a aliança conservadora em ação. *Práxis Educativa*, v. 17, 2022.

MAINGUENEAU, Dominique. *Análise de textos de comunicação*. Trad. Cecília P. de Souza-e-Silva. 4ªed. São Paulo: Cortez, 2005.

- MAINGUENEAU, Dominique. A propósito do ethos. In: MOTTA, Ana Raquel; SALGADO, Luciana. (Org.). *Ethos discursivo*. São Paulo: Contexto, 2008. p. 11 – 29.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Discurso e análise do discurso*. Tradução Sírio Possenti. 1. ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Doze conceitos em análise do discurso*. Trad. de Adail Sobral (et al.). São Paulo : Parábola Editorial, 2010.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Ethos, cenografia, incorporação*. In: AMOSSY, Ruth (org.). *Imagens de si no discurso*. 4ª. ed. São Paulo: Cortez, 2008, p. 69-90.
- MAINGUENEAU, Dominique. Retour critique sur l’ethos. *Langage et société*, n. 149, p. 31-48, 2014.
- MAINGUENEAU, Dominique. *Variações sobre o ethos*. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola Editorial, 2020.
- MEYER, Michel. *A retórica*. Trad. Lineide Mosca (org.). São Paulo: Ática, 2007.
- MEYER, M. *Principia Rhetorica: une théorie générale de l’argumentation*. Paris: PUF, 2008.
- MOREIRA, José Antônio; SCHLEMMER, Eliane. Por um novo conceito e paradigma de educação digital *onlife*. *Revista UFG*, v.20, 2020.
- NASCIMENTO, J. V; CARREIRA, R. A. R. Uma análise do discurso da guerra em Moçambique e o papel social da leitura nas camadas interdiscursivas em terra sonâmbula. *Linha d’Água*, n. 26 (1), p. 67-82, 2013. Disponível em: <https://revistas.usp.br/linhadagua/article/view/52489/60929>. Acesso em 22 jul. 2024.
- OLIVEIRA, Elida. Bolsonaro assina projeto de lei que pretende regulamentar a educação domiciliar no Brasil. *GI*. 11. mar. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/noticia/2019/04/11/bolsonaro-assina-projeto-de-lei-que-pretende-regulamentar-a-educacao-domiciliar-no-brasil.ghtml>. Acesso em 18 jan. 2025.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 22 jul. 2024.
- O GLOBO. “Damares e Integralismo: candidata diz se identificar com movimento de extrema-direita inspirado no fascismo italiano”. Seção *Política*, *O Globo*, 26. Set. 2022. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/eleicoes-2022/noticia/2022/09/damares-e-integralismo-candidata-diz-se-identificar-com-movimento-de-extrema-direita-inspirado-no-fascismo-italiano.ghtml>. Acesso em: 21 jan. 2025.
- PAVEAU, Marie-Anne. *Análise do discurso digital : dicionário de formas e práticas*. Trad. Júlia Lourenço Costa e Roberto Baronas (orgs.). Campinas/SP: Pontes Editores, 2021.

PEREIRA, C. M. R.B e CARLOTO, R.C. Reflexões sobre o papel social da escola. *Pesquisar - Revista de Estudos e Pesquisas em Ensino de Geografia*. Florianópolis, v. 3, n. 4, maio 2016, p. 3 – 11.

PERELMAN, Chaïm; OLBRECHTS-TYTECA, Lucie. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina de Galvão. 2ªed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

PIAIA, Danilo M. A onda conservadora brasileira: livro ousa analisar questões candentes da nossa crise política. *Jornal da Unicamp*, 15. Abr. 2019. Disponível em: <https://www.unicamp.br/unicamp/index.php/ju/noticias/2019/04/15/onda-conservadora-brasileira>. Acesso em: 10 ago. 2023.

PROJETO de homeschooling no Brasil coloca um muro entre a família e o mundo social. *Jornal da USP*, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/projeto-de-homeschooling-no-brasil-coloca-um-muro-entre-a-familia-e-o-mundo-social/>. Acesso em: 20 jul. 2023.

RAJAGOPALAN, Kanavilil. *Por uma linguística crítica: linguagem, identidade e a questão ética*. São Paulo: Parábola Editorial, 2003.

RIBEIRO, Adalberto Carvalho. *Homeschooling e controvérsias: da identidade à pluralidade – o drama da socialização*. *Práxis Educativa*, v. 15, e2014775, p. 1-22, 2020. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/praxeduc/v15/1809-4309-praxeduc-15-e2014775.pdf>. Acesso em: 22 jul. 2024.

ROJO, Roxane. Modos de transposição dos PCN's às práticas de sala de aula: progressão curricular e projetos. In: \_\_\_\_\_(org.). *A prática de linguagem em sala de aula: praticando os PCN's*. Campinas/SP: Mercado de Letras, 2000.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. Apresentação de Carlos Faraco. Tradução, notas e posfácio de Marcos Bagno. São Paulo: Parábola, 2021.

SEIXAS, R. Análise da *doxa* e a ordem discursiva: um breve estudo de regimes de racionalidade argumentativa em uma polêmica. *EID&A - Revista Eletrônica de Estudos Integrados em Discurso e Argumentação*, v. 24, n. 1, 2024.

SEIXAS, R. *Entre a retórica do impeachment e a do golpe: análise de lógicas argumentativas na doxa política brasileira*. Tese (Doutorado em Estudos Linguísticos) – Faculdade de Letras, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019.

SOUZA, Alice de; LEVY, Clarissa; CORREIA, Mariama; CARIBONI, Diana. Defensores do homeschooling no Brasil recomendam castigos físicos de crianças. *Agência Pública*, 18. jul. 2022. Disponível em: <https://apublica.org/2022/07/homeschooling-brasil-castigo-fisico-bater-aned-hslda/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

TRAVAGLIA, Luis Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática*. – 9. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2003.

VIEIRA, André de H. P. “*ESCOLA? NÃO, OBRIGADO*”: Um retrato da homeschooling no Brasil. Monografia (Bacharel em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Brasília. Brasília, p. 77. 2012.

VYGOTSKY, Lev S. *A Formação social da mente*. Org. Michael Cole ... [et al.]. Trad. José Cipolla Neto, Luís Silveira Menna Barreto, Solange Castro Afeche. 6. Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1991. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod\\_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3317710/mod_resource/content/2/A%20formacao%20social%20da%20mente.pdf). Acesso em: 28 jul. 2024.

WESTON, Anthony. *A construção do argumento*. Tradução de Alexandre Feitosa Rosas. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.